

MARIA AUXILIADORA GUZZO DECCA

A VIDA FORA DAS FÁBRICAS: COTIDIANO OPERÁRIO EM

SÃO PAULO - 1927-1934

Dissertação apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, para obtenção do grau de Mestre, - sob a orientação da Profa. Dra. Dea R. Fencioni.

1983

D355v

4954/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Devo agradecer à muitas pessoas que, de várias formas, me ajudaram e incentivaram na realização deste trabalho de pesquisa. No entanto, os agradecimentos não constituem aqui obrigação ou mera formalidade; são expressão de meu reconhecimento sincero a muitos e oportunidade de registrar, com satisfação, afeto e amizade.

Inicialmente quero agradecer aos professores do Departamento de História do IFCH - UNICAMP, e de maneira muito especial, a Michael Hall e Déa Fanélon. Michael foi responsável pela "inspiração inicial" e Déa, orientadora, sempre foi mais que isso, confiando e acreditando em mim como pessoa e pesquisadora.

À "turma do mestrado" de 1976-1977, inesquecível, devo as primeiras discussões do tema e a boa convivência daquele período. Zélia, Ciro, Barreiro, Maria Alice e Sílvio estiveram, sempre, especialmente próximos.

O "pessoal do FINEP" redimensionou minhas preocupações e indagações entre 1979-1980 e, mais recentemente, em 1982, contribuiu decisivamente para a direção final do trabalho, sem ser responsável, é claro, pelos seus desacertos. Heloisa, Kazumi, Antonio Paulo e Malu, do primeiro grupo, foram, além de excelentes interlocutores, amigos. No grupo recente, Clementina, "Zé" Flávio, Antonista e João Batista, principalmente, colaboraram com suas idéias e apoio.

Quero "abraçar" os novos amigos do CONDEPHAAT, arquitetos e historiadores. Os colegas historiadores, particularmente, me incentivaram a concluir a redação ajudando de muitas formas. Ana, Celina, Haroldo, Malu, Marli, Sheila e Sonia, obrigada.

À família toda agradeço pela paciência e atenção. O interesse e ajuda de meus pais, Emilia, Teresa e Beth foram, destacadamente, decisivos.

Sou ainda muito grata à Julieta, Eliana e "Alpha" pela amizade e presença. Nesse sentido, ao Edgar devo a "força" total.

No período de pesquisa, principalmente, Marisa e Regina, do Arquivo Edgar Louenroth, propiciaram um acesso tranquilo e agradável à documentação.

Agradeço finalmente o concurso financeiro da FAPESP entre 1976-1978.

"Essa gente que nos chama de
"canalha das ruas" e que di
vidiu São Paulo em duas par
tes, "a da porteira prá cá"
e a da "porteira prá lá" to
mou-se inesperadamente de
um grande "amor" pelos tra
balhadores...

querem acabar com a sífilis,
com a caspa e com o analfa
betismo do proletariado..."

A Flebe - 13/1/1934

"Os grotões transformaram-se
em jardins cortados a meio
pelas avenidas e pela som
bra dos viadutos não há mais
sapo. Nos jardins encontra
reis recintos fechados com
instrutoras, dentistas, edu
cadoras sanitárias dentro.
São parques infantis onde
as crianças proletárias se
socializam aprendendo nos
brinquedos o cooperativismo
e a consciência do homem so
cial"

Mário de Andrade - 1936

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

	PÁGINA
CAPÍTULO I - Condições de Vida da Classe Operária em São Paulo - 1927-1934.....	1
1.1 - Os Salários Operários e Seu Poder de Compra.....	14
1.2 - A Saúde e Higiene do Operariado continuam precárias.....	29
1.3 - Sobrava Pouco para o Lazer e a Instrução	32
CAPÍTULO II - O Controle do Cotidiano Operário.....	39
2.1.- O Padrão de Vida Operário-Salários/Alimentação.....	41
2.2 - Habitação-Problema Operário/Preocupação de Muitos.....	48
2.3 - Higiene e Saúde no Meio Operário: Questão Pública e Razão Econômica.....	66
2.4 - Disciplinar o Lazer/Adequar a Educação no Meio Operário.....	82
CAPÍTULO III - Um Possível Contraponto - A Imprensa Operária.....	90
3.1 - A Imprensa Operária como Fonte e Orgão de Luta.....	90
3.2 - A Questão da Identidade Operária.....	99
3.3 - As Condições de Vida Operária.....	107
3.4 - O Cotidiano Operário e a Sua Organização.....	114
Considerações Finais	124

Bibliotecas ou Arquivos.....	126
Fontes Consultadas.....	127
1. Anuários, Boletins, Estatísticas, Leis e Decretos, Recenseamentos, Relatórios e Revistas.....	127
2. Publicações Diversas e Folhetos.....	128
3. Jornais	
3.1. Imprensa Diária.....	130
3.2. Imprensa Operária ou Pequena Imprensa.....	130
Bibliografia.....	131

APRESENTAÇÃO

Este é um estudo sobre o cotidiano operário fora dos locais de trabalho na cidade de São Paulo, que, nas décadas de vinte e trinta, torna-se um dos centros industriais mais importantes do país.

Pretende contribuir para o conhecimento das condições concretas de existência dos trabalhadores fora da esfera da produção num período e local determinados. Por outro lado, busca apreender como a vida operária em vários de seus aspectos se constituiu a partir da prática de diferentes agentes históricos e grupos sociais na capital do Estado. Desde o aparecimento do operariado como força social importante em São Paulo, nos fins do século XIX, sua presença fora dos ambientes de trabalho foi objeto de preocupação crescente no interior de uma sociedade onde a ordem urbano-industrial se acentuava. Empenhos repressivos ou mais persuasivos dos setores dominantes em relação ao viver operário sempre se alternaram desde as primeiras décadas do crescimento industrial e urbano da cidade. No entanto, os mesmos tem uma especificidade histórica própria nas décadas de vinte e trinta.

Se de um lado as condições da vida operária parecem ter sido o objeto de maior atenção na década de vinte, principalmente por parte dos poderes públicos, não se pode negligenciar o fato de que o operariado que se insurgia, aberta ou veladamente em São Paulo, também refletiu acerca de sua situação e condição.

Neste trabalho não se encontram os cortes cronológicos mais convencionais da historiografia (antes de trinta - pós trinta) uma vez que o recorte temático pretende ultrapassar a cronologia estabelecida pelos

acontecimentos políticos valorizados pelas classes dominantes. Não se busca tampouco uma generalização ou tipologia da dominação burguesa (formas de estado, liberal ou autoritário, oligárquico ou ditatorial, etc...) e da ação operária. Pretende-se talvez muito menos. Em um estudo localizado, de "curta duração", sobre a vida operária fora das fábricas, o intuito foi muito mais o de perceber a constituição de um determinado cotidiano em São Paulo.

Inúmeros trabalhos historiográficos tem se preocupado com as condições mais gerais de existência da classe operária no Brasil, situando diversamente seus interesses e preocupações. Este estudo se inspirou originalmente nas indagações de Michael Hall sobre a formação da classe operária no Brasil, na crítica historiográfica realizada por Carlos Vezentini e Edgar de Decca e nas discussões realizadas no programa de pós-graduação sobre o trabalho assalariado urbano. Mais recentemente, as linhas de pesquisa do projeto FINEP/Departamento de História - UNICAMP colocaram novas indagações que foram incorporadas ao trabalho.

Esta monografia está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo se procurou apreender as condições de vida do proletariado industrial e urbano em São Paulo, através de diferentes relatos da época. Ao mesmo tempo em que se tentou construir um quadro do cotidiano operário (salários, habitação, saúde, lazer, etc...) na cidade, neste capítulo houve intenção também de indicar como o trabalhador era percebido e sua situação avaliada nas estatísticas, inquéritos, relatórios, imprensa (inclusive imprensa operária). Uma presença operária se efetiva através dos diferentes documentos.

No segundo capítulo, o controle do cotidiano operário é a questão central. Problemas enfrentados pelo operariado no dia a dia foram

pesquisados, diagnosticados, avaliados, por várias instituições, grupos sociais, agências ligadas ou não ao poder público, sendo equacionadas soluções, de alcance diverso, para os mesmos. Eficazes ou não essas soluções - nunca esconderam intenções de controle, a despeito de não constituírem práticas de caráter essencialmente repressivo. Um conhecimento "técnico" da condição operária foi constituído na década de vinte e trinta, sendo retirada progressivamente do trabalhador a auto-determinação do seu modo de vida.

No terceiro capítulo a presença e a condição operárias são apreendidas através de um outro viés. A imprensa operária colocou-se como opção possível para se alcançar uma outra dimensão da vida operária na cidade de São Paulo, permitindo, não sem problemas, a percepção difusa de um outro mundo de conhecimentos e práticas sociais. Por isso mesmo, o contraponto proposto no terceiro capítulo não deve ser entendido como resposta mecânica ou como reflexo das iniciativas de controle da vida operária que percorreram as décadas de vinte e trinta. Esse contraponto deve ser avaliado na sua justa medida e em suas próprias determinações.

I - CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE OPERÁRIA EM SÃO PAULO

1927 - 1934

A vida da população operária na cidade de São Paulo nos fins da década de vinte e inícios da década de trinta, foi apreendida de várias formas e por vários agentes sociais. Construir de maneira impressionista, um quadro geral das condições de vida do operariado na cidade no período, através das mais variadas fontes, através do relato dos vários agentes sociais, é o intuito deste capítulo. As várias fontes e relatos usados para a reconstituição um tanto difusa do quadro de vida do operariado, fora dos locais de trabalho, vão sendo contrapostas ao longo deste capítulo, pois confluem os interesses divergentes e conflitantes de agentes históricos concretos.

Em 1927, o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, publicava um "Recenseamento operário da capital", realizado pela Delegacia de Ordem Política e Social: 203.736 seriam os operários e 3.629 as fábricas/ e estabelecimentos industriais. As "fábricas e estabelecimentos industriais" incluíam fiação e tecelagem, construções e materiais, "padarias, hotéis, bares e chopes, cafés e botequins com garçons", massas alimentícias, frigoríficos (generos alimentícios) manufatura de ferro, estradas de ferro (Estrada de Ferro Sorocabana, São Paulo Railway, Estrada de Ferro Central do Brasil), "diversos estabelecimentos industriais e fábricas", (chapéus e bonés, eletricidade, roupa branca, brinquedos, fumos (manufatura), óleos etc.), calçados e artefatos de couro, manufatura de madeiras, estabelecimentos gráficos, indústrias de vidro, automóveis e acessórios, produtos e preparados químicos, bebidas diversas (fábricas de cerveja, licores e xaropes...) papel

e papelão, manufaturas de metais, borracha e mármore, viação e transporte / (The São Paulo Tramway, Light e Power Company Limited), Companhia Telefonica Brasileira, Companhia de Gás (The São Paulo Gaz Company Limited) Serviços Públicos (Secção de Obras da Prefeitura Municipal, Águas e Esgotos e Limpeza Pública), Cemitérios Públicos, etc... Amostra significativa de pequenas e médias empresas, grandes fábricas e fabriquetas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de transporte, serviços... O mundo do "trabalho" em São Paulo era imenso. Do total de trabalhadores, 55717 seriam "autônomos" : estimava-se em 20.000 os pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitas e jornaleiros em geral e 20.000 os "chauffeurs" matriculados na 3a. delegacia/ auxiliar (destes, fariam parte de associações de classe 7.950), em 11.717 os carroceiros e condutores de veículos à tração animal e uns 4.000 os ajudantes de carroceiros.⁽¹⁾ O "Recenseamento operário" do D.O.P.S., cujos critérios não são explicitados, ao mesmo tempo que revela o grau de controle exercido sobre a classe trabalhadora na cidade, evidencia a heterogeneidade do trabalho urbano, no qual são iguallados operários industriais e urbanos, trabalhadores assalariados ou independentes (notadamente os motoristas), operários de grandes indústrias e pequenas indústrias ("manufaturas" de ferro, metais, borracha, mármore...), pequenas oficinas, deixando entrever a complexidade das relações de trabalho na capital do estado.

/..

(1) A.E.S.P. - Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, São Paulo, Tipografia Brasil de Rothschild e Cia, 1927, (1928) nº 53 (1º trimestre de 1927) "Recenseamento Operário da Capital (D.O.P.S.) pp. 29-34.

Os trabalhadores, igualados e homogeneizados naquela estatística por sua "condição operária" são em sua maior parte imigrantes e filhos de imigrantes, na cidade de São Paulo, que aliás, ainda é vista por alguns observadores como uma cidade "estrangeira", mesmo em 1940⁽²⁾. A classe trabalhadora seria "estrangeira" mesmo nos anos trinta (1934) e a população dos bairros operários "branca", apresentando pequena porcentagem de mulatos e negros (3%), de acordo com pesquisas feitas com 2.700 famílias de diferentes "camadas sociais". Mulatos e negros integrariam um "grupo baixo, composto de indivíduos semi-dependentes", ocupando neste, a porcentagem de 27%.⁽³⁾ Apesar da excessiva preocupação com a constituição de uma "nação" / realmente brasileira, que percorre, aliás, todas as pesquisas sobre a "população paulistana" realizada na década de 1930 pelo Departamento de Cultura, a cidade de São Paulo nos fins dos anos vinte e inícios dos anos trinta, mostra-se como um centro industrial, operário e "estrangeiro": os italianos, / seus filhos e netos sendo majoritariamente trabalhadores industriais. A xenofobia, fato consumado nas primeiras décadas do século XX, principalmente em relação ao trabalhador no estado de São Paulo, ainda percorre relatos da mais diferente natureza no decorrer da década de 1930.

/..

(2) BRUNO, Oscar Egidio de - "Enquistamentos Étnicos", in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura, 1940, nº 65, pp. 227-246. "...Diante desse resultado seria preferível fazer o que, pilhe riando, disse o Prof. Samuel Lowrie, da Universidade de Texas, na ocasião em São Paulo: estudar não as colônias estrangeiras, mas a colônia brasileira" p. 230

(3) LOWRIE, Samuel H. "O Elemento Negro na População de São Paulo" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Deptº de Cultura, 1938, nº 48, pp. 5-56 - p. 32

Dentro da cidade de São Paulo, o operariado industrial e urbano mesclava-se à população pobre nos "antigos bairros operários" e nos novos bairros que vão se formando com a expansão urbana.

É bastante conhecida a constituição dos bairros operários na capital do estado⁽⁴⁾. O núcleo urbano de São Paulo se iniciara dentro de um maciço, espigão ou colina cercado por regiões de várzea, ribeirinhas (rios Tietê e Tamanduateí). A partir dos anos setenta, do século XIX, o processo de urbanização tornou-se extremamente rápido, devido ao desenvolvimento da economia cafeeira e início da atividade industrial⁽⁵⁾. Com a constituição das estradas de ferro, as regiões de várzea vão sendo incorporadas ao centro, à cidade. Por volta de 1890 já se encontrava na capital uma divisão que é acentuada e definida nas duas primeiras décadas do século XX: na sua parte alta, no maciço, os bairros mais ricos e na parte baixa, na várzea, os bairros operários, pobres e insalubres⁽⁶⁾.

/..

(4) - Alguns autores forneceram importantes elementos para a reconstrução / histórica dos bairros operários de São Paulo, no início do século, entre eles, principalmente, EMADO, Caio (Jr) - "Contribuição para a Geografia Urbana da cidade de São Paulo" em Evolução Política do Brasil e outros estudos - São Paulo, Editora Brasiliense, 1961, pp. 117-146 e MORSE, Richard, Formação Histórica de São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1970. Monografias específicas sobre alguns bairros operários da cidade (Barra Funda, Bexiga, Brás entre outros) são de muita valia para um estudo / mais minucioso da formação histórica da capital do estado; fazem parte da coleção "História dos Bairros de São Paulo", promovida e editada pela Secretaria da Cultura do Município de São Paulo. Entre as muitas monografias, a de TORRES, Maria C., O Bairro do Brás - "História dos bairros de São Paulo" - São Paulo, Departamento de Cultura, Secretaria da Educação e Cultura, Prefeitura de São Paulo, 1969, destaca-se como trabalho pioneiro.

(5) - MORSE, Richard - Formação Histórica de São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1970

(6) - MORSE, Richard - Formação Histórica de São Paulo, op.cit. pp. 356-358.

TORRES, Maria C. - O Bairro do Brás / "História dos Bairros de São Paulo", São Paulo, Departamento de Cultura, Secretaria da Educação e / Cultura, Prefeitura de São Paulo, 1969, p.112; p.168.

A própria localização espacial da relação capital-trabalho, classes dominantes e dominadas, havia possibilitado este tipo de configuração, que aliás não é característica específica da cidade de São Paulo⁽⁷⁾. Esses bairros / eram em geral, bairros mistos, de residências operárias e indústrias.. Os industriais permutavam terrenos com a Municipalidade ou compravam os terrenos da várzea a baixo preço. A escolha de locais para o estabelecimento das indústrias, fábricas, obedecia à certas invariantes ou "lógica": locais onde o preço do terreno era mais baixo, próximos de estradas de ferro para embarque e desembarque (caso do Brás, notadamente, o maior, mais antigo e importante bairro operário da capital), razoavelmente servido de "transporte" para a locomoção da classe trabalhadora etc... Por outro lado, o baixo preço / dos terrenos da várzea até meados da década de 1910 (1915 mais ou menos) , fazia o loteamento e a construção de residências humildes nestes locais um negócio altamente lucrativo, fixando-se neles o operariado (o "trabalho"). Os industriais ou buscaram situar os operários próximos às indústrias ou, inversamente, colocaram as indústrias em locais densamente habitados pela população mais pobre em função dos preços mais baixos das habitações dos bairros de várzea ou de bairros altos, mas distantes, sem quaisquer melhoramentos/ (o bairro da Casa Verde é um dos exemplos).

Os bairros operários mais antigos foram o Brás e Moóca , Belém, Belenzinho, Pari na "zona" leste da cidade, Barra Funda, Bom Retiro , Bela Vista na área mais central, trechos da Lapa, Água Branca, na "zona" oeste, além do Cambuci, Ipiranga (sudeste) etc... configurando-se como bairros industriais e populosos.

/..

(7) - FOOT, Francisco/LEONARDI, Victor - História da Indústria e do Trabalho no Brasil, São Paulo, Global Editora, 1982, pp. 194-196.

Os trabalhadores industriais e urbanos ao longo da década de vinte e inícios da década de trinta ainda ocupam massivamente esses bairros antigos, e bairros ainda distantes como a Penha que se configura como bairro operário, trechos do bairro de Pinheiros, áreas deterioradas do centro, etc... Há indícios de que nos inícios dos anos trinta os operários industriais concentravam-se principalmente no Brás e Moóca.

Em 1935, em uma pesquisa que se propunha investigar o "nível social de São Paulo"⁽⁸⁾, chegava-se à conclusão da existência de zonas sociais típicas na capital do estado. Embora pelos seus critérios não se consiga distinguir muito bem os operários da massa urbana pobre da cidade, os bairros operários ou pobres seriam parte do Bom Retiro, Santa Cecília, Lapa e Butantã e mesmo pequena parte do Jardim América e Consolação, além de grande parte do Brás e bairros inteiros como Moóca, Pari, Belenzinho, Liberdade, Cambuci, Ipiranga, Casa Verde, Freguesia do Ó. Bolsões extremamente pobres poderiam ser encontrados em regiões de chácaras que começavam a ser loteadas, caso do Itaim, Ibirapuera, Saude, Indianópolis, etc... Uma "geografia" das classes era esboçada:

"Servindo-nos da analogia com a topografia, podemos falar de zonas de nível social mais alto ou mais baixo, ou então para nos cingir mais a nossa analogia, em "espigões" e "baixadas" do fenómeno. Ainda como na topografia, podemos igualmente representar a configuração social de varias zonas por meio de curvas de nível. Notaremos, desta forma, em nossa planta das zonas um espigão que atravessa a cidade no sentido aproximado Norte Sul, seguindo a Santa-reira, Santana, Luz, Centro e acompanhando a linha de comunicação com Santo Amaro.

(8) - A.E.S.P. - "Ensaio de um método de Investigação do Nível Social de São Paulo pela distribuição da Profissão de Pais dos Alunos das Escolas Públicas Primárias" in Revista do Arquivo Municipal, Departamento de Cultura e Recreação, 1935, n° 23, pp. 189-206.

Outro ensaio apresenta dados aproximados:

A.E.S.P. - "Ensaio de um Método de Estudo da Distribuição da Nacionalidade dos Pais dos Alunos dos Grupos Escolares da Cidade de São Paulo" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Deptº de Cultura e Recreação, 1936, n° 25 - pp. 189-206

Este espigão mestre na sua parte central, alarga-se em um grande chapadão cujos contrafortes para Oeste seguem: um a linha das estradas de ferro São Paulo Railway e da E.F. Sorocabana, o outro tende para a zona do Butantã. Para leste o chapadão apresenta / também dois contrafortes: o primeiro segue pela Moóca e Belenzinho e outro a Sudeste abrangendo o Ipiranga. Pertencendo a este massiço e dele separado / pela baixada social da Moóca, Vila Prudente, Tatuapé, Belenzinho e Pari apresenta-se um pico isolado"(9)

A cidade de São Paulo apresentava ainda, de qualquer forma, ao longo dos anos vinte e inícios dos anos trinta, uma divisão social / marcante. Os ensaios de investigação das "zonas sociais" nos anos trinta viavam inclusive subsidiar as estatísticas oficiais; para sua maior eficácia, segundo os técnicos⁽¹⁰⁾, qualquer estudo, para ser capaz de generalizações / e aplicação, deveria levar em conta a diversidade das "zonas sociais", atendo-se para a configuração social especial da capital, no período.

Comparada à cidade de Londres no ano de 1914, elogiada por suas edificações e expansão em 1920, São Paulo em 1935 era igualada a Chicago⁽¹¹⁾. Seu ritmo de construções (palacetes) era intenso, mas se conservavam aspectos dos bairros "populares" do Brás e Penha enquanto que seus pântanos/ eram "rodeados de um rosário irregular de arrabaldes e de loteamentos"⁽¹²⁾.

/..

(9) - A.E.S.P. "Ensaio de um método de Investigação do Nível Social de São Paulo." in R.A.M., nº 23, ob. cit., p. 197.

(10) - Esses ensaios e várias outras pesquisas, inquéritos, etc... elaborados ou publicados pela Sub-Divisão de Documentação Social do Departamento Municipal de Cultura, contavam com professores da Escola Livre de Sociologia e Política, técnicos do Instituto de Higiene, técnicos do Instituto de Educação da USP.

(11) - ADAM, Paul - "O centro da cidade sugere certos aspectos de Londres (1914)"; WALLE, Paul "Diz-se que São Paulo é uma cidade triste e sem distrações (1920)"; LEVI-STRAUSS, Claude "Cidade selvagem como o são todas as cidades americanas (1935)" in BRUNO, Ernani Silva - Memória da Cidade de São Paulo - Depoimentos de moradores e visitantes/1553-1958, Registros 4, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, D.P.H., 1981, pp. 182-192.

(12) - LEVI-STRAUSS, Claude "Cidade Selvagem...." ob. cit. pp. 190-192.

Ao longo da década de 1920 e inícios da década de 1930, os bairros que abrigavam o proletariado, os bairros operários, mantiveram muitas das suas características iniciais a despeito da renovação urbana das áreas mais centrais e crescimento acelerado (inícios dos anos trinta). Os bairros operários e pobres apresentavam aspectos semelhantes: ruas inteiras/ de casas feitas em série, habitações pobres, habitações coletivas, pequenas oficinas, pequenas ou grandes fábricas, pequeno comércio, sistema deficiente de água e esgotos, etc...

Congregado nesses bairros o operariado industrial e urbano enfrentava problemas e situações cotidianas semelhantes. Vida promíscua e perniciosa no entender de alguns⁽¹³⁾. Vida difícil, de qualquer maneira.

Os salários pagos aos operários no período de 1927 a 1934 permaneceram relativamente estáveis, embora a variação no custo de vida não tenha sido pequena. Em 1927, o salário médio mensal de um operário não especializado era de 200\$000 réis⁽¹⁴⁾. Em 1933, o salário mensal dos operários da construção civil era estimado, por exemplo, em 200\$000 réis⁽¹⁵⁾. Em 1934, os operários textéis ainda recebiam salários em torno de 200\$000 réis mensais⁽¹⁶⁾.

/..

(13) - Por exemplo, Anais do Primeiro Congresso da Habitação, São Paulo, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1931

MELLO, Francisco Figueira "Habitações Colectivas em São Paulo" in Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo-Publicação Mensal, Vol.IX - 3a. série-junho de 1926 - Nº 4, pp.291-295

(14) - A.E.L. - A Plebe - 12/3/1927.

(15) - A.E.L. - A Plebe - 16/12/1933.

(16) - A.E.L. - A Plebe - 27/1/1934.

Em 1934, meses de abril a junho, foi realizada uma pesquisa com duzentas e vinte e uma famílias operárias escolhidas ao acaso, em diferentes bairros operários de São Paulo (basicamente Ipiranga, Cambuci, Bela Vista)⁽¹⁷⁾. Estas famílias tinham uma renda mensal média de 320\$000 réis mensais. Note-se, no entanto, que se trata de renda familiar: cada família contava em média com mais de um assalariado. Como havia operários mensalistas e operários que trabalhavam por empreitada entre os operários consultados e como o tempo de trabalho variava (nem todos trabalhavam as oito horas regulamentadas por lei) o estudo não aponta um salário médio mensal, mas aponta o salário "modal" dos homens como sendo de um mil réis por hora e assim de oito mil réis por dia (8 horas de trabalho). Se esse operário trabalhava vinte e cinco dias em um mês, recebia, em 1934, 200\$000 réis. O que acontecia nos anos anteriores, provavelmente, era que os operários trabalhavam um número de horas muito maior para obterem salários mensais em torno de 200\$000 réis. O salário mais frequente entre os trabalhadores masculinos no período, girava, possivelmente, em torno de 200\$000.

Torna-se extremamente difícil precisar salários mensais, fixos, para o conjunto do operariado masculino da capital, dadas as diferenças salariais entre as diferentes categorias profissionais e uma vez que nem todos os operários trabalhavam sob o regime das oito horas diárias, principalmente no final da década de vinte.

Em uma pesquisa realizada em 1935, já citada,⁽¹⁸⁾ gráficos e ferroviários não são, inclusive, considerados como operários, em função da faixa salarial e do preparo profissional médio exigido juntamente com marceneiros, metalúrgicos e "tecelões" (no caso provavelmente trabalhadores mais especializados, mestres/contramestres, ou trabalhadores mais "autônomos")

/..

(17) - A.E.S.P. DAVIS, Horace "Padrão de vida dos operários na cidade de São Paulo" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1935, nº 13, pp. 113-166

(18) - A.E.S.P. "Ensaio de um Método de Investigação do Nível Social de São Paulo..." in R.A. Municipal, nº 23, ob.cit. pp. 139-206.

sendo iguallados a desenhistas, empregados de escritórios, cartório e comércio, escrivãos, "funcionários públicos", caixas de bancos, tipógrafos, telegrafistas etc... Mesmo se considerando exagerada e irreal a classificação desses operários em um grupo intermediário entre os pobres e ricos da cidade, há que se levar em conta que esse tipo de operário tinha, em geral, uma situação um pouco melhor que a grande maioria enquadrada como "operária" por essa fonte⁽¹⁹⁾. Os operários textéis, por exemplo, eram reconhecidos como notadamente mal pagos pela grande imprensa e imprensa operária da época⁽²⁰⁾.

Aparentemente, por volta de 1934, o regime mais "comum" de trabalho era o de oito horas diárias⁽²¹⁾. As "exceções" ainda vigentes, no entanto, reafirmam as dificuldades conhecidas de sua implantação efetiva.

/..

(19)- Para a situação dos ferroviários, ver o interessante trabalho, publicado recentemente, SEGNIINI, Lillian R. Petrilli-Ferrovia e Ferroviários (uma contribuição para a análise do Poder disciplinar na Empresa), São Paulo - Cortez Editora, 1982.

(20)- Por exemplo: A.E. - O Combate - 15/2/1927 e
A.E.L. - A Plebe - 8/4/1933 - em 1933 os salários de operários da indústria textil variavam ainda de 350 réis a 700 réis por hora.

(21)- Em pesquisa já mencionada, entre 164 operários maiores e masculinos consultados, a maioria, 116, trabalhava entre oito e menos de nove horas 7 por dia (70% portanto). No entanto, vinte e um ainda trabalhavam durante nove e menos de dez horas (aproximadamente 12,5%) e catorze durante dez e menos de onze horas (9,6%). Havia um número insignificante que trabalhava de onze a doze horas por dia e um número pequeno que tinha um regime indeterminado de trabalho.

DAVIS, Horace - "Padrão de Vida dos Operários na cidade de São Paulo" op. cit. p.128 (Tabela 2) Afirmava-se ainda:

"É claro que o dia de oito horas é o comum na classe operária. Pesquisas futuras servirão talvez para focalizar melhor os casos em que o número de horas 7 era excepcionalmente numeroso e cuja existência é ainda considerável, abrangendo 1/4 de todos os adultos que deram informações"

DAVIS, Horace - ob.cit. pp.128-129.

As lutas da classe operária no período de 1927-1934 para obtenção do cumprimento da legislação trabalhista mínima já estabelecida (lei das oito horas de trabalho diárias inclusive) ilustram bem a heterogeneidade do tempo de trabalho a que a classe operária estava sujeita, além de atestar a lentidão com que o regime estabelecido em lei foi incorporado na prática. Poder-se-ia multiplicar exemplos nesse sentido: greves de setores operários na cidade de São Paulo como a de 1929 (trabalhadores gráficos),⁽²²⁾ as de 1932, que contaram com a solidariedade ampla do operariado em geral... O jornal L'Italia (La Difesa) sob o título "L'Agitazione degli operai tessili" publicava uma grande reportagem (19/2/1932) sobre a movimentação dos operários textéis em torno do cumprimento das oito horas diárias de trabalho na Italo-Brasileira, afirmando que quase todas as fábricas de tecidos na capital do estado exigiam de nove a dez horas de trabalho diário, com exceção daquele estabelecimento que, no entanto, estaria pensando em estender o horário de trabalho mantendo o mesmo salário. Toda a movimentação que se inicia em torno das oito horas de trabalho, foi documentada pelo L'Italia.⁽²³⁾ A situação dos operários da indústria têxtil é significativa nesse sentido, uma vez que, segundo estatísticas industriais⁽²⁴⁾, esta indústria (incluindo o vestuário) e a indústria metalúrgica, concentravam de 1928 a 1934 o maior número de operários do estado de São Paulo. Até 1930 mais ou menos, a indústria alimentícia concentrava um número significativo de operários

/..

(22) Um ensaio sobre a greve dos gráficos de 1929 em São Paulo foi enviado à Fapesp como anexo do relatório nº 1, tendo ali sido amplamente discutidos problemas relativos às lutas do operariado de 1927 a 1930 pelo cumprimento de uma legislação trabalhista mínima. DECCA, Maria A. Guzzo- A Greve dos Gráficos, São Paulo/1929 - mimeo. 1976

(23) A.E.L. L'Italia (La Difesa) Cotidiano Degli Uomini Liberi - 19/2/1932; 23/2/1932; 10/3/1932 - 12/3/1932

(24) A.E.S.P. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Est. de São Paulo, 1934, anos de 1928-1934.

igualando-se depois desse ano a outros setores industriais (construção, químicos, mobiliário, gráficos, diversos...⁽²⁵⁾).

Ainda em termos de salários deve ser destacada a pior condição das mulheres operárias(contingente importante na indústria textil, o maior setor industrial na capital no período).⁽²⁶⁾ Mesmo em 1934, para obter um salário de 200\$000 réis mensais mais ou menos (o mais "comum" entre os trabalhadores masculinos) a mulher operária tinha que trabalhar mais que oito horas diárias: o salário mais frequente entre as mulheres consultadas em pesquisa realizada neste ano, era de 600 a 700 réis a hora, variando de quatro a cinco mil réis por dia, tendo sido bem mais baixo nos anos anteriores, conforme a firma a imprensa operária do período em geral. Para obter um total de 8\$000 réis diários em 1934, as operárias tinham que trabalhar mais que as oito horas regulamentares ⁽²⁷⁾. Na mesma pesquisa realizada com famílias operárias / no Ipiranga, Cambuci e Bela Vista entre quarenta e quatro operárias, maiores, o regime de oito horas de trabalho prevalecia (64% aproximadamente tinha esse tempo de trabalho) e entre oitenta e sete menores do sexo masculino e feminino consultados, cerca de 73% trabalhava as oito horas previstas pela legislação trabalhista ⁽²⁸⁾.

Menores de ambos os sexos, ganhavam a mesma coisa ou seja de 300 a 600 réis por hora, mas essa era, entretanto, uma situação transitória:

/..

(25) A.E.S.P. - Estatística Industrial do Estado de São Paulo, ob.cit. anos de 1928-1934.

(26) RIBEIRO, Maria Alice R. - Condições de Trabalho na Indústria Textil Paulista (1870-1930), Dissertação de Mestrado, Campinas, 1980

MOURA, Esmeralda Blanco - Mulheres e menores no Trabalho Industrial - Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital, Petrópolis, Vozes, 1982

(27) DAVIS, Horace - "Padrão de Vida dos Operários na cidade de São Paulo" op. cit. pp. 113-166.

(28) DAVIS, Horace - "Padrão de Vida dos Operários na cidade de São Paulo" op. cit. p. 123 (Tabela 2).

"Mesmo considerando a exiguidade do material parece no entanto, justificado concluir que as mulheres alcançam seu salário máximo, numa idade inferior a dos homens, ou por outras palavras, que os homens continuam a aumentar a sua capacidade de ganhar ainda algum tempo depois que as mulheres atingem o máximo"(29).

A situação da mulher operária e do menor de ambos os sexos era nitidamente pior que a do operário do sexo masculino em termos salariais, condições de trabalho (regime de trabalho etc.)

Nas famílias operárias do período, todos os membros trabalhavam. As crianças menores de doze anos impedidas por lei nos fins da década de dez e inícios do vinte (Código sanitário) de exercerem trabalho remunerado em qualquer tipo de estabelecimento, ocupavam-se em geral de biscates, pequenos / serviços que complementavam os ganhos das famílias. No decorrer da década de vinte, no entanto, inúmeros estabelecimentos industriais onde não existia assistência médica organizada burlaram a legislação existente, o que permite supor que sempre que possível, mesmo menores de doze anos trabalhavam regularmente.

"É comum nas famílias proletárias o fato dos pais/ enviarem as crianças para a oficina logo que atinjam a idade regulamentar, para com o auxílio trazido pelos filhos, se tornar menos pesado o sustento da vida domestica. Nos estabelecimentos industriais onde existe assistência médica organizada, são mesmo diariamente recusadas numerosas / crianças, que, com menos de 12 anos, se apressam para trabalhar.

Em geral pois, no meio operário, só permanecem em casa durante as horas de trabalho ou as crianças que ainda não tenham completado a idade exigida e que não estejam cursando a escola, ou os velhos avós já impossibilitados pela idade de prover ao seu sustento.(30).

/..

(29) DAVIS, Horace - ob. cit. p. 128

(30) AMERICANO, Jayme Cardoso - Da Proteção ao Lactante em nosso meio operário São Paulo, Tipografia Martini, 1924 - p. 13.

De qualquer forma, nas famílias operárias do período, sempre que possível, meninos e meninas, por volta dos treze, catorze anos, começavam a trabalhar fora de casa contribuindo decisivamente para o orçamento familiar⁽³¹⁾. Segundo alguns, mesmo nas "classes médias" o trabalho dos garotos não podia ser dispensado, estes muitas vezes ajudando suas mães no pagamento do aluguel da casa⁽³²⁾.

Também em relação ao operariado feminino e menor é quase que impossível estabelecer-se médias salariais mensais.

1.1 - OS SALÁRIOS OPERÁRIOS E SEU POBRE PODER DE COMPRA

A configuração de médias salariais "exatas" para o conjunto da classe operária na capital do estado de São Paulo, mesmo para um período curto de tempo (oito anos), tarefa extremamente difícil e exaustiva conforme / se pode demonstrar, seria inclusive destituída de significado sem avaliar-se o poder aquisitivo desses salários. Os salários operários, de maneira geral, entre 1927-1934, tinham um pobre poder de compra. Mesmo para cobrir as necessidades mínimas, habitação, alimentação, vestuário, os salários operários eram considerados insuficientes:

"...É verdade, vivemos mesmo na mais negra miséria..."⁽³³⁾

"...Com ordenados mesquinhos e ridículos que nem chegam para a alimentação, aguenta o operário os mais duros / trabalhos físicos. Nunca pode comprar um terno completo. Comprando um paletó, a calça não presta; comprando um chapéu, os sapatos já não servem mais. Quantos operários andam sem roupa de baixo, sem meias e sem sapatos. A maioria anda de chinelos. É o cúmulo!"⁽³⁴⁾

/..

(31) DAVIS, Horace - op. cit. pp. 113-166

(32) A.E.S.P. - O Combate - 18/1/1927

(33) A.E.L. O Trabalhador Gráfico - 5/12/1928

(34) A.E.L. O Trabalhador Gráfico - 5/12/1928

"...Somos nós que temos que reduzir ainda a magra ração de nossas poucas refeições, vendo os nossos filhos, as nossas companheiras, os nossos pais definhando de dia para dia por falta de alimentação suficiente e por termos de nos abrigar em miseráveis tugúrios, onde falta o conforto, o ar, a luz e a higiene, vivendo numa promiscuidade desumana." (35)

"Salário diminuto, o dia do obreiro excessivamente alongado, os seus miseráveis gastando-se como as rodas do maquinismo, e, além desse martírio perene, a pobreza doméstica, a mulher obrigada a ganhar o pão cotidiano, os filhos sem roupa nem tempo para frequentar as escolas, a doença estorcendo-se nos leitos do hospital, a velhice estendendo as mãos à usura das ruas - eis a lúgubre situação do operário moderno..." (36)

"O pobre mora nos cortiços do Brás, Moóca, da Lapa, do Bom Retiro, em Vila Guilherme ou Vila Maria que são atingidos pelas enchentes do Tietê todos os anos. Os bairros pobres são "calçados" de poeira ou "asfaltados" de lama quando chove" concluía O Internacional, depois de discorrer sobre os baixos salários e as duras condições de trabalho do operariado textil, metalúrgico, da construção civil, dos alfaiates... O trabalhador era igualado ao pobre em geral, enquanto que o desempregado era definido como miserável (37).

A maioria dos trabalhadores industriais e urbanos na cidade de São Paulo morava mal, alimentava-se deficientemente, vestia-se precariamente, até meados da década de trinta. Mesmo os operários mais qualificados e especializados enfrentavam duras condições de vida.

As condições de habitação da classe operária em São Paulo no período de 1927 a 1934 são descritas, pelas diferentes fontes disponíveis, como bastante precárias e insuficientes de todos os pontos de vista. Não eram líderes operários ou representantes da própria classe que assim se expressavam a respeito da moradia operária na cidade de São Paulo:

/..

(35) A.B.L. - A Plebe - 14/5/1927

(36) A.B.S.P. - O Combate - 13/01/1927

(37) A.B.L. - O Internacional - 13/4/1927.

"... atentando-se a que em São Paulo habitam em casinholas anti-higienicas, sem ar, sem luz, sem conforto, numerosa população operaria..." (38)

" Um dos aspectos mais dolorosos da questão proletária é sem dúvida o do alojamento precario, insalubre e quase sempre nojento que tem a maioria dos que formam as classes pobres. A falta de solução deste problema é um dos fatores principais da irritação e do desespero em que vive o proletariado. Neste ambiente cresce a inveja contra a sociedade que acha causadora de seu infortúnio e miséria" (39).

" Além das oito horas, da proteção aos menores, da lei de férias e do acidente de trabalho, quase nada se tem feito para amparar e melhorar a sorte das classes obreiras... Um dos aspectos mais injustos da questão sem falar na falta de hospitalização, creches, ambulatórios, escolas, parques etc... é o descaso do Poder Público e da iniciativa privada para o problema da habitação operária. A classe media, entre nós, possui companhias imobiliárias como a Iniciadora Predial, o Lar Brasileiro...; entretanto a classe pobre dos operários, ainda não encontrou em São Paulo - o centro mais próspero do país - quem lhe proporcionasse a propriedade de casas economicas." (40).

Os responsáveis pelas palavras acima, técnicos engenheiros / reunidos em 1931 em São Paulo em um primeiro Congresso da Habitação, realizado sob o patrocínio do Instituto de Engenharia de São Paulo, do secretário da Viação e do Prefeito da cidade, tentavam alertar os administradores da cidade, governantes e classes "produtoras" para a grave situação da habitação operária / em São Paulo (praticamente todas as comunicações dos congressistas, versavam sobre problemas da habitação da classe operária em São Paulo ou em outros grandes centros urbanos, por exemplo, o Rio de Janeiro). Usando comumente expressões como "espeluncas", "cortiços sórdidos", "casebres insalubres" para referir-se às casas dos operários, os engenheiros congressistas propunham soluções /..

(38) Anais do Primeiro Congresso da Habitação em São Paulo-S. Paulo-Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus-1931, p.347

(39) Anais do Primeiro Congresso da Habitação em São Paulo, ob.cit. pp.142-143.

(40) Anais do Primeiro Congresso da Habitação em São Paulo, ob.cit. pp.51-54.

técnicas para o problema. As soluções consideradas ideais tanto do ponto de vista técnico-econômico como do ponto de vista "humano" ("boas residências" para o operariado) por esses congressistas podem fornecer uma idéia do que seriam as condições precárias de habitação: casas de 28 a 48 m² no máximo, compostas de três cômodos (aposento, cozinha e quarto de banho) com aluguéis a partir de 40\$000 réis a 50\$000 réis, sendo que os aluguéis previstos cresciam até 125\$000 réis quando mais um cômodo era planejado. Algumas vezes casas sem redes internas e com espaço mais exíguo eram sugeridas, sempre, no entanto, ressaltando-se o fato de que teriam luz e ventilação suficientes, o que deveria ser raro nas moradias dos operários. Aos operários que não pudessem dispor de uma determinada quantia (por volta de 50 a 60\$000 réis em 1931) para aluguel, aconselhava-se morar com parentes ou em habitações coletivas "a serem estudadas".

Os gastos com habitação consumiam parte significativa dos salários operários. Pesquisas realizadas com famílias operárias em 1932, 1933 e 1934 indicavam que a maioria pagava cerca de 90\$000 réis mensais de aluguel, aproximadamente 25% da renda média mensal computada entre as mesmas, sendo que o cômodo custava em média, por mês, 31\$600 réis. (41) A pesquisa realizada entre 1932-1933 no bairro "operário" de Pinheiros (Cerqueira Cesar) onde a população não era considerada como das mais destituídas de recursos ("renda" mensal média por família - cinco pessoas, cerca de trezentas famílias - 500\$000 réis) (42) apresentava resultados bastante semelhantes ao das famílias pesquisadas no Ipiranga, Cambuci e Bela Vista no que tangia à habitação e alimentação (43), mesmo sendo estas últimas mais pobres ("renda" média mensal mais baixa; as famílias que conseguiam perfazer a "renda" de 500\$000 réis mensais, tinham bem mais de cinco membros) (44)

/..

-
- (41) DAVIS, Horace - op. cit. p. 129, p. 136 (Tabela 5)
PAULA SOUZA, ULHOA CINTRA, CARVALHO - "Inquerito sobre Alimentação Popular em um Bairro de São Paulo" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1935, nº 17, pp. 129-130
- (42) PAULA SOUZA, ULHOA CINTRA, CARVALHO - ob. cit., pp. 122-130
- (43) PAULA SOUZA, ULHOA CINTRA, CARVALHO - ob. cit., pp. 121-156
- (44) DAVIS, Horace - op. cit., p. 131 (Tabela 3)

Interessante ressaltar que as famílias investigadas, em ambos os estudos, viviam basicamente de salários, incluindo trabalhadores industriais e urbanos, cuja principal fonte de "renda" era constituída pelo salário. Não havia entre as famílias do Ipiranga, Cambuci e Bela Vista, avicultores e chacareiros, mesmo que tivessem assalariados na família. Na sua maioria não tinham horta ou criação e, quando possuíam, o uso que faziam era restrito à subsistência, não procurando ganhar a vida com isso ⁽⁴⁵⁾. Totalmente "urbanizadas" portanto e vendendo sua força de trabalho no mercado. De acordo com o próprio estudo, ainda que houvessem sido incluídos uma ou outra costureira ou vendedor de rua, este fato carecia de destaque, uma vez que o "padrão de vida" dos trabalhadores assalariados urbanos em geral, notadamente do setor "serviços" era bastante semelhante ao do operariado industrial. Pesquisa realizada mais tarde, entre 1936-1937, com operários da limpeza pública do município de São Paulo ⁽⁴⁶⁾, afirmava que as condições de trabalho e o "serviço" eram piores que as do trabalhador industrial e não os salários ⁽⁴⁷⁾. Embora suas conclusões sejam contraditórias nesse sentido, as despesas com habitação e alimentação eram semelhantes às das famílias operárias observadas em 1932, 1933, 1934. Até os inícios da década de 1930 era muito tênue a linha divisória entre um operariado industrial/relativamente bem remunerado e o proletariado urbano da cidade. Os operários da limpeza pública, inclusive, trabalhavam em fábricas também:

" Deve-se notar que mais de 1/3 desses trabalhadores são empregados de fabricas. Portanto, estas famílias refletem, até certo ponto, as condições de vida de ao menos alguns trabalhadores industriais (48).

/..

(45) DAVIS, Horace - ob. cit., p.129

(46) LOWRIE, Samuel H. - Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Deptº de Cultura, 1938, nº 51, pp.133-304

(47) LOWRIE, Samuel H.-ob. cit. pp. 194-195

(48) LOWRIE, Samuel H.-ob. cit. p. 239.

Parece ser apenas no fim da década de trinta e inícios da década de 1940, com a expansão e diversificação crescente da atividade industrial, que se percebe na cidade de São Paulo um operariado industrial diferenciado do operariado urbano em geral, melhor situado socialmente.

Como viviam essas famílias operárias?

Geralmente pagavam aluguel, morando em casas individuais de três ou quatro quartos e não possuíam casa própria. As poucas famílias que tinham casa própria, também viviam em casas individuais de três ou quatro quartos. O melhor tipo de moradia operária era considerado esse: a casa individual com três ou quatro quartos.

No entanto muitas famílias viviam em habitações coletivas: em vilas, cortiços e porões.

" As habitações coletivas dividem-se em três grupos, principais: 1º- o porão, 2º- a vila, que pode ser definida como um conjunto de várias habitações contíguas, que dão para um mesmo beco; 3º- o cortiço, assim denominado para indicar que as famílias vivem em uma habitação ou moradia coletiva, muitas vezes de mais de um andar. As habitações individuais e as vilas têm em geral, cozinha e instalações sanitárias independentes, ao passo que tanto o cortiço ou o porão possuem instalações higiênicas em comum e, quando tem cozinha, é também em comum"(49)

Considerados como tipo de habitação bem mais precário, o cortiço e o porão foram assim descritos em meados da década de vinte:

" Chamou-nos a atenção, o tipo clássico de cortiços que se nos deparou frequentemente: um agrupamento de quartos dando para uma área estreita, em comum, cheia de vasos, com roupas estendidas ao sol, que aliás, aí regeia os seus raios que raramente aí penetram. Ao lado de cada porta, há o clássico fogareiro de lata de querosene" (50)

/..

(49) - DAVIS, Horace, op. cit. p.155

(50) - MELLO, Francisco Figueira - op.cit. p.292.

"Há também os cortiços genero-porão.

Encontramos muitos deles, na maioria cimentados, outros atijolados e outros ainda tem simplesmente o piso de terra batida.

A entrada de muitos deles é feita por um respiradouro, sendo necessária uma ginástica forçada para neles penetrar, ou como melhor o possa. É claro que não foram feitos para serem habitados, pois neles há tudo que se contrapõe à higiene, mas, a falta de habitação e ganância dos proprietários, faz destas covas - moradas" (51)

Os telheiros de zinco ainda existiam na cidade e eram considerados como o pior tipo de habitação coletiva ao lado dos porões e cortiços.

O aluguel do cortiço era menor do que o do porão, não porque este fosse melhor, mas porque oferecia, em média, maior número de comodos.

A média de moradores por comodo era de três indivíduos (2,7 "habitação-pessoas") o que indicaria péssimas condições de "super-população" (52). As condições de habitação variavam, evidentemente, em função dos diferentes tipos de moradia. Enquanto que a casa individual apresentava uma média de 3,53 / comodos e uma média de "habitação-pessoa" por comodo de 1,5, o cortiço e o porão apresentavam índices respectivos de 1.35 e 2.22 de número de comodos e média de 2.0 e 2.25 "habitação-pessoa" (53)

Estudo feito no distrito de Santa Ifigenia pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo em 1925-1926 também apresentava uma média de duas-três pessoas por comodo, para 700 comodos dos cortiços observados, assemelhando-se em seus resultados aos de de 1934, especificados acima.

Das duzentas e vinte e uma famílias operárias pesquisadas em 1934, cento e vinte (120) possuíam cozinhas individuais, sessenta e quatro dividiam a cozinha com pelo menos mais uma família e as restantes possuíam como cozinha apenas uma lata de querosene fora da porta. A média de moradores por habitação era de "5.42".

Os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto de Higiene de São Paulo, entre famílias de "renda" média um pouco superior (500.000 réis mensais) em 1932-1933, no bairro operário de Pinheiros, foram bastante parecidos aos de 1934 quanto à habitação:

(51) MELLO, Francisco Siqueira - op.cit. p.293

(52) DAVIS, Horace -op.cit. pp.158-159 (Tabelas 13 e 14)

(53) DAVIS, Horace -op.cit. p.157 (Tabela 12)

" Para terminar essas considerações diremos mais que: a maior parte das famílias estudadas, vive em casa de aluguel, isto é, 76% do total, sendo que as restantes tem casa própria ou cedida eventualmente; das casas, umas 40% possuem apenas um dormitório, e outras, 40%, não tem mais de dois dormitórios, sendo o número médio de moradores por casa de 5,2; em 22% das casas não há banheiro, nem mesmo chuveiro..." (54)

Embora se afirme que as casas operárias em São Paulo fossem melhores que os cortiços de Nova York na época, em função do clima e casas baixas que permitiam aos paulistas "formigar nas travessas e becos, fruindo ao mesmo nos dessa largueza". (55), descreve-se a situação habitacional de São Paulo em 1934, como semelhante a dos países europeus, logo após a I Guerra Mundial e apressa-se em reafirmar que:

" Sem dúvida estas observações não tem o fito de justificar a super-população em São Paulo ou em qualquer outra região. Tanto a saúde como a educação moral, requerem muito mais espaço que o usado pelas famílias típicas da classe proletária de São Paulo" (56)

Nem seria preciso afirmar a relação positiva existente entre o salário do trabalhador e o tipo de habitação. No entanto quando aumentava o número de membros na família operária, a pressão por mais alimento e vestuário era maior do que por uma melhor habitação, que passava a receber assim, uma parte menor do orçamento doméstico do operário, o que resultava em um decréscimo ainda maior no seu "padrão" de habitação.

Talvez a afirmação que forneça uma idéia mais perfeita da habitação do operariado em São Paulo, seja aquela com a qual os pesquisadores do estudo "Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo" iniciam o tópico "Habitação":

" Em nenhuma parte sentimos mais a falta de fotografias ou de dados estatísticos que ao discutir as condições de habitação. Ao imaginar os nossos termos "casa" e "habitação" não deve o leitor trazer à mente as residências espaçosas de Higienópolis ou Vila Mariana, mas as construções de teto baixo, pequenas e modestas, muitas vezes longe das vistas da rua, no meio de extensos quarteirões que abrigam a classe proletária de São Paulo" (57)

/..

(54) PAULA SOUZA, ULHOA CINTRA, CARVALHO - op. cit., p.130

(55) DAVIS, Horace - op. cit. p.156

(56) DAVIS, Horace - op. cit. p.156

(57) DAVIS, Horace - op. cit. p.155

Pesquisas realizadas na época, anais, grande imprensa, imprensa operária são unânimes em afirmar que os aluguéis pagos pelo operariado eram elevados tanto em relação a seus salários quanto em relação ao padrão habitacional que obtinham. A grita dos inquilinos contra o elevado preço dos aluguéis era geral. O aumento crescente do valor fundiário, com o desenvolvimento industrial e expansão urbana empurrava os aluguéis para cima e reduzia as possibilidades de uma "melhor habitação operária".

Se a proporção dos salários gasta pela classe operária em São Paulo com habitação correspondia a 25%, os gastos com a alimentação correspondiam a 50% ou mais do total ganho mensalmente. Esta percentagem era bastante elevada e comparável à da Europa, nos inícios do século XX (190%, mais ou menos). As famílias operárias do Cerqueira Cesar (Pinheiros) dispendiam em 1932, 1933, quase que metade do que ganhavam mensalmente (48,4% - 48,2%). As famílias operárias mais pobres (ganhos médios mensais inferiores, consultadas nos bairros do Ipiranga, Bela Vista em 1934) gastavam, em média, 51% do que recebiam por mês em sua alimentação. As famílias dos operários da limpeza pública da cidade gastavam uma percentagem de 53% com sua alimentação.

A proporção gasta com alimentação tendia a ser maior, evidentemente, em famílias operárias mais pobres, de "renda média mensal" mais baixa.

Entre as famílias operárias com maior número de membros (seis em média) os ganhos tendiam a crescer e as despesas com alimentos tendiam a baixar. As grandes famílias operárias tendiam a gastar menos que as pequenas por "adulto-equivalente" com alimentação. No entanto, aparentemente, as famílias grandes eram pior nutridas, não havendo uma indicação nítida de que a compra para um maior número de pessoas fosse significativamente mais barata ou econômica. O que importava, em termos de economia sensível com alimentação, era o lugar onde as compras eram efetuadas. O local das compras era escolhido em função da forma de pagamento (à vista, à prazo etc.). As feiras livres onde os preços dos alimentos eram mais acessíveis exigiam o pagamento à vista, enquanto que as "vendidas", embora com preços mais elevados, permitiam o pagamento a prazo. Famílias operárias em melhores condições econômico-financeiras podiam obter alimentação

mais barata, efetuando o pagamento à vista nas feiras semanais, enquanto que as famílias operárias "mais pobres" tinham sua situação agravada em função dos preços mais altos das vendas que forneciam contudo, o crédito necessário. Entre as famílias operárias de igual número de membros "equivalentes" mas de rendimentos diferentes, a diferença qualitativa na alimentação era expressiva, / além da própria porcentagem gasta com a mesma.

Tanto o estudo levado a cabo pelo Instituto de Higiene, quanto o executado pela Escola de Sociologia e Política em 1932, 1933 e 1934, respectivamente, são unânimes em afirmar que o mínimo calórico indispensável à sobrevivência era obtido pelas famílias operárias, "às vezes sob regimes que os especialistas taxariam de perigosamente baixos ou mesmo totalmente insuficientes". A deficiência alimentar qualitativa entre os operários consultados era enfatizado em ambos os estudos:

" Continua-se a afirmar, entretanto, frequentemente, que ao contrário do que se verifica lá fora, no Brasil não há realmente fome, e, com pouco dinheiro se vive, a generosidade proverbial do nosso povo suprindo a escassez alimentar dos menos favorecidos. Antes de provas / positivas a respeito, reservamo-nos o direito de por em dúvida tal conceito, principalmente no concernente / a fome qualitativa, ou seja de determinados alimentos" (53)

Com essa afirmação, o estudo do Instituto de Higiene inicia seu debate sobre a alimentação popular em um bairro de São Paulo (Binheiros) sublinhando o fato de que as famílias ali residentes não se encontravam entre as mais destituídas de recursos. À guisa de conclusão o mesmo estudo afirmava:

" Deixamos estabelecido, pela exposição estatística das páginas anteriores, que o regime alimentar mediano da população do bairro de Cerqueira Cesar apresenta certas falhas de importância capital; essas falhas consistem na deficiência de proteína animal, consequência do custo elevado da carne e deficiência do cálcio, consequência do preço elevado do leite e também da pouca tendência natural para usá-lo. Fica assim o regime alimentar enriquecido, relativamente, com hidratos de carbono, compensando caloricamente o "deficit" de proteínas." (59)

/..

(53) PAULA SOUZA, ULHOA CINTRA, CARVALHO - op. cit. p.122

(59) PAULA SOUZA, ULHOA CINTRA, CARVALHO - op. cit. p.153

" O nosso estudo forneceu vários exemplos frisantes. Isso vem demonstrar que as rendas baixas obrigam as famílias operárias a escolher alimentos considerados por elas maus, mas que se tornam os únicos possíveis de fornecer-lhes as energias necessárias" (60)

O consumo de farinha de trigo, pão, arroz, macarrão e massas prevalecia fortemente sobre o consumo de carne, ovos, legumes e leite. Uma relação direta pôde ser estabelecida entre rendimentos mensais e tipo e quantidade de alimentação consumida. As famílias operárias mais pobres consumiam mais pão e massas do que carne, leite, etc., sendo que as quantidades consumidas / destes últimos alimentos era bastante pequena. Com um acréscimo de "renda" aumentava-se o consumo de leite e carne ligeiramente enquanto decresciam as despesas com açúcar e massas. Os grupos operários que ganhavam menos consumiam / bem mais pão e cereais que os grupos que ganhavam mais portanto. O consumo de pão e cereais era considerado excessivo à luz das teorias sobre nutrição vigentes na época.

Casais sem filhos (famílias pequenas) tendiam a consumir mais leite e alimentação proteica enquanto que famílias maiores tinham seu consumo desses alimentos diminuído (pressão econômica sobre as famílias numerosas). No entanto, não parece que o fator "tamanho familiar" seja determinante em relação ao tipo de alimentação mas sim a própria condição operária, uma vez que as variações não são tão intensas, sendo a alimentação basicamente semelhante.

Um número significativo de famílias operárias (27% - amostra de setenta e cinco famílias) viviam com menos de 2.400 calorias diárias por adulto equivalente, índice considerado insuficiente na época em termos energéticos e nutricionais, embora a maioria tentasse assegurar o mínimo indispensável como já foi indicado

/..

Enquanto que o gasto individual alimentar diário de uma família da classe média (profissão = professor) em São Paulo no mesmo período era de 2\$322 réis⁽⁶¹⁾ e o preço de uma "refeição completa" em qualquer restaurante popular da cidade de São Paulo, era em 1934 de 1\$500 réis, uma família operária (rendimento aritmético médio 385\$000 réis mensais) gastava por dia em alimentação por volta de 1\$500 réis.⁽⁶²⁾

A extrema precariedade qualitativa da alimentação operária e a alta proporção dos orçamentos operários destinados à alimentação evidenciam não só a precariedade do salário operário como também os preços relativamente elevados de certos alimentos (leite, carne, queijo). Segundo o Instituto de Higiene, os preços da carne e do leite eram muito altos e o aumento de seu consumo pelo operariado era impossível, não sendo pois de estranhar que os conselhos dos cartazes de propaganda distribuídos pelas direções dos departamentos de saúde pública fossem sistematicamente ignorados pela classe operária / na capital do estado.⁽⁶³⁾

Os pesquisadores das condições de vida da classe operária / às vezes chegavam a ironizar o "conteúdo do cesto de compras" das famílias operárias:

" Um comentário que pode ser feito em relação ao quadro é que a rainha Maria Antonieta dificilmente seria degolada pelo crime de fazer os trabalhadores brasileiros comerem bolos, pois eles não poderiam perceber a brincadeira, ignorando como ignoram o sabor do bolo: nunca / provaram. Mesmo a goiabada, que algumas vezes se diz / ser a sobremesa nacional do Brasil, foi usada somente por 21 das 75 famílias e ainda assim com parcimônia. ⁽⁶⁴⁾

/..

(61) JUNIOR, Almeida A. - "O nosso Diário Alimentar" (Pesquisa sobre alimentação da classe média em São Paulo) in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Deptº Cultura e Recreação, 1935, nº 13, pp. 177-178.

(62) DAVIS, Horace - op. cit. p. 146.

(63) PAULA SOUZA, Ulhoa Cintra, Carvalho - op. cit. 154-156
LOURENÇO, Samuel H. op. cit. - p. 302

Subdivisão de Documentação Social e Estatística - " A Vida cara em São Paulo" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Deptº de Cultura, 1938, nº 45.

(64) DAVIS, Horace - op. cit. p. 153

Enquanto a alimentação obtinha a parte mais significativa do orçamento mensal operário e a habitação obtinha uma proporção significativa do mesmo, o vestuário correspondia a uma porcentagem que variava de 15 a 16% aproximadamente.

Sendo o vestuário o terceiro item na despesa operária, o guarda-roupa usado pelas famílias operárias era, contudo, constituído por um mínimo de peças necessárias.

Tanto os homens quanto as mulheres operárias tinham apenas as peças indispensáveis para o trabalho, poucas peças "caseiras" e de "passeio". Alguns não teriam, inclusive, nem roupas de baixo, nem casacos, nem pares de meias, sapatos ou chinelos.

O vestuário das crianças também era caracterizado como precário. Meninos e meninas de famílias operárias não tinham muitas das roupas consideradas normalmente necessárias. Chegava-se a afirmar em 1934, por exemplo, que a falta de roupas de baixo e roupas em geral era tão grande entre as crianças filhas de operários, que era difícil acreditar no depoimento operário ou no que os olhos viam, embora não existissem motivos concretos para dúvidas.⁽⁶⁵⁾

Sobrava pouco do orçamento operário depois de atendidas as despesas com a habitação, alimentação, vestuário. Uma porcentagem pequena era destinada às compras a prestação, mensalidades a associações beneficentes e de outra natureza, diversões, escola, etc... Compras a prestação, aparentemente bastante usadas pela classe operária em São Paulo no período, eram, no entanto, de objetos de primeira necessidade não ultrapassando, provavelmente, a / porcentagem de 10% nas suas despesas mensais.

/..

(65) DAVIS, Horace - op.cit. pp.161-164 (Tabelas 15 - p.161 e 16 p. 162)

PAULA SOUZA, ULHOA CINTRA, CARVALHO - op.cit. p.130

LOWRIE, Samuel H. - op.cit. - 183-304

Possivelmente a maior parte da classe operária conseguia sobreviver precariamente com os salários que recebia nos fins da década de vinte e inícios da década de trinta, tentando contrabalançar seus ganhos e suas despesas. A "reprodução da força de trabalho" estava, no entanto, muito mais garantida pelo mercado de trabalho que pelos salários. Havia disponibilidade de "trabalho" na capital do estado. As famílias operárias que conseguiam realizar pequenas economias, ao que tudo indica, gozavam de melhor situação no mercado de trabalho (empregadas, maior qualificação e especialização, etc.)

O desemprego depois de 1929, embora não em taxas elevadas, segundo fontes diversas, era um componente da vida operária até 1933/1934. / Sem exagerar o nível de desemprego, não há que considerá-lo, por outro lado, / "repentino", "não esperado" ou situação "anormal ou de crise". Comentava-se em geral no período, a falta de trabalho como sendo responsável pela miséria observada, mas contraditoriamente afirmava-se que os negócios em São Paulo embora não exagerados, eram bastante ativos. O operariado protestava:

"...\$ em São Paulo? Por mais que os demagogos da 2a. República e o Ministério do Trabalho, com falsas estatísticas pretendam demonstrar o contrário, a realidade é que diariamente o número dos que são forçados à inatividade, aumenta assombrosamente. Classes ha como a da construção civil, que em São Paulo da a pavorosa porcentagem de uns 70% de desocupados...

...Presentemente os que tem a felicidade de trabalhar são obrigados, para manter o equilíbrio das entradas com as saídas, a viver tão mesquinamente, que na maioria dos casos, nem de feijão e arroz se chega a ter o suficiente para satisfazer as exigências do estômago". (66)

O Trabalhador Vidreiro, órgão do sindicato dos trabalhadores em fábricas de vidros, comentava em 1931 que se vivia um período de transição/ da "era do artesanato para a do maquinismo", argumentando que a indústria do vidro estava em franco desenvolvimento "mentindo os industriais quando se desculpem, alegando a crise mundial" para deprimir ainda mais os salários...

/..

(66) A.E.L. - O Trabalhador - 23/7/1933 - Ano II - nº 6 e 7.

Propunham a redução da jornada de trabalho para seis horas para reduzir o desemprego, crescente entre os vidreiros. (67)

Para garantir a sobrevivência, as famílias operárias "deficitárias" cortavam ainda mais suas despesas, emprestavam ou recebiam auxílios de seus amigos e parentes, acumulavam dívidas, sendo que grande número deixava de pagar o aluguel ou o pagava parcialmente. Em situação de desemprego, as condições de vida da classe operária tornavam-se ainda mais precárias.

O período analisado corresponde a um período de dura exploração dos trabalhadores.

Em relação aos aspectos da vida operária já comentados, não se pode estabelecer matizes em função das origens étnicas diversas do operariado no período. Quer no tocante aos "rendimentos" quer no tocante à alimentação, padrão de moradia ou vestuário, o fator nacionalidade ou origem não pareceu importante ou responsável por algumas variações e diferenças. Fatores como alfabetização ou nível de instrução ligados de alguma forma à qualificação profissional e especialização e melhor nível salarial ou fatores como o próprio mercado de trabalho e a conjuntura pós-trinta, mostraram-se muito mais importantes na avaliação das diferenças encontradas, que não devem ser muito enfatizadas. A classe operária na cidade de São Paulo, de maneira geral, era pobre.

/..

As condições de higiene e saúde da classe operária em São Paulo continuaram precárias e insuficientes ao longo da década de 1920 e início da de 1930, como haviam sido desde o final do século XIX, quando a cidade começa a se expandir e o comércio e a atividade industrial a crescer.

Embora epidemias como a de 1918 se tornassem mais raras, o "estado sanitário da capital" era considerado bastante ruim de maneira geral. Eram altos os índices de febre tifóide, desintéria, sarampo, lepra, meningite-cerebro-espinhal, tuberculose...⁽⁶⁸⁾ Os bairros operários e pobres, mais que os outros na capital, sofriam com a falta de saneamento. Nos bairros onde havia pobreza, sem fiscalização, sem rede de esgoto, sem água encanada, onde os poços eram construídos muito próximos das fossas, a contaminação era maior, a mortalidade infantil mais alta. Mesmo até 1933, 1934 o Brás e o Alto da Moóca, Belenzinho, Ipiranga, bairros mais antigos e populosos não haviam recebido infraestrutura urbana condizente com seu crescimento, sendo sua situação parecida com a de inúmeros bairros operários e pobres de formação mais recente, construídos rapidamente⁽⁶⁹⁾. Os poderes públicos municipais tinham suas prioridades no estabelecimento das melhorias urbanas.

Com salários insuficientes para habitação saudável e boa alimentação, o operariado estava obviamente mais sujeito às doenças de "fundo eminentemente social" como a tuberculose por exemplo. Além disso, as condições de trabalho, de forma geral, permaneceram quase inalteradas até meados da década de trinta a despeito da legislação existente, inúmeras vezes burlada e em alguns casos sistematicamente desrespeitada com a conivência, omissão ou ineficiência dos serviços públicos.

Os higienistas e médicos ao longo da década de vinte e início da década de 1930 continuavam a se preocupar com a questão da saúde pública, em especial a dos meios operários, com objetivos notadamente eugenicos e, diferentemente do operariado, na maior parte das vezes, encararam o problema de um ângulo técnico. Suas preocupações tinham uma base real: as estatísticas do Serviço Sanitário confirmavam a pior situação dos distritos pobres e /

(68) I.H. "O Estado Sanitário da Cidade de São Paulo" in Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia, São Paulo, 1923, Ano XI, nº 9, pp 96-100

(69) I.H. TAVARES, Rubens - "Condições Sanitárias de uma Habitação, situada em distrito ainda não provido de água canalizada e rede de esgoto" / in Gazeta Clínica, São Paulo, 1933, vol. (Ano) XXXI, nº 1, pp.7-9.

operários no tocante à mortalidade infantil, doenças infecto-contagiosas, etc. (70)

Ao que tudo indica até 1934-1935 o operariado melhor situado economicamente se beneficiava das sociedades de auxílio mútuo, associações beneficentes para obter assistência médica, sendo a Santa Casa ainda o hospital mais procurado pela população pobre em geral. (71)

O Serviço Sanitário do estado de São Paulo tinha poucas dependências para auxílio médico ou assistencial efetivo. Fora de situações de emergência, sua situação continuava a ser muito mais estatística, de regulamentação, inspeção, fiscalização dos locais de trabalho e moradia do operariado / etc...

Os primeiros centros de saúde aparecem na capital com a criação do Instituto de Higiene em 1925, e se resumiam a apenas três, até inícios da década de 1930, o Centro de Saúde Modelo, anexo ao Instituto de Higiene que servia como centro de aprendizagem ao pessoal da Saúde Pública (1º Centro de Saúde do país), o do Brás e o do Bom Retiro.

Em função da grande disponibilidade de trabalhadores, poucos empresários se dispuseram, até meados da década de trinta, em propiciar sistematicamente auxílio médico ou assistencial de relevo. Até os fins da década de vinte, a Fábrica Maria Zélia, mais tarde Cotonifício Scarpa, era mencionada frequentemente como iniciativa modelo mas isolada não só na questão da habitação como também na questão da saúde operária (creche, hospital, escola, etc.)

Analisando a proteção à primeira infância "mais organizada" existente em São Paulo em 1926, um médico higienista apontava poucas instituições de porte destinadas a garantir coletivamente a direção da alimentação, a distribuição do bom leite, a guarda das crianças": além da Fábrica de Tecidos

(70) PASCARELLI, Vicente - "Da Proteção à Primeira Infância em São Paulo", São Paulo, Irmãos Ferraz, 1926, pp. 20-36

(71) LORRIS, Samuel H. - "A Assistência Filantrópica da Cidade de São Paulo", in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Deptº de Cultura, 1936, nº 27, pp. 193-233.

dos Scarpa (antiga Maria Zelia) que permitia o aleitamento materno e tinha creche, eram mencionadas uma dependência do Serviço Sanitário na rua do Ipiranga, os três outros centros de saúde da cidade, a creche Baronesa de Limeira / (pertencente a "Sociedade Feminina de Puericultura", situada em terreno próprio na rua do Vergueiro, congregaria desde 1911 um antigo serviço de distribuição de leite criado em 1905, a Gota de Leite, e um Consultório de Lactentes a partir de 1913, sendo subvencionada pelos governos estadual, federal e municipal), o ambulatório pediátrico da Santa Casa (serviço curativo e não profilático), a "Fundação Paulista de Assistência à Infância" (situada no Bom Retiro, / além da assistência médica possuiria Gota de Leite, Escola Maternal, Creche, sendo administrada por religiosas), a Policlínica (antiga instituição de caridade fundada em 1895 e reaberta em 1920 que servia à população do Brás, Belém e Moóca, para tratamento de crianças doentes) e o Hospital de Indianópolis (em funcionamento desde 1918, da Cruz Vermelha Brasileira, contando com / pequena subvenção do governo estadual).⁽⁷²⁾ Poucas mas representativas instituições. Sintetizavam preocupações de ordem diversa, iniciativas de diferente natureza em relação à infância operária ou pobre.

De qualquer forma, até os inícios dos anos trinta, a saúde não só das crianças filhas de operários como a de seus pais, estava muito mais entregue à própria sorte.

/..

(72) PASCARELLI, Vicente - op. cit. pp. 40-97

O cinema, a dança e o futebol eram as diversões mais populares na cidade de São Paulo, nos fins da década de vinte e inícios de trinta. No ano de 1928, à guisa de ilustração, os divertimentos em maior número, realizados pela polícia de São Paulo como um todo, tinham sido os cine-teatros, as sociedades-dançantes, jogos de bola, "tavernas e frontões".⁽⁷³⁾

Nos bairros operários, as diversões da população também eram cinema, futebol, bailes e teatros amadores. Eram numerosas as sociedades recreativas no Brás, no Belenzinho, etc... Dançava-se nos clubes de futebol também: tango, rancharia, fox-trot, one-step, two-step, rag-time... Valsas do estilo "Pic-Nic Trágico", "Rapaziada do Brás" eram enormemente apreciadas.⁽⁷⁴⁾

Os operários frequentavam as sociedades recreativas dançantes, engrossavam com sua presença os clubes de futebol, gostavam de bares e de casas de jogo e apostas. Muitos dos bairros pobres e operários tinham seus times de futebol ou associações esportivas, os "clubes de várzea", sendo muitos deles vinculados às fábricas e empresas.⁽⁷⁵⁾ Alguns nomes de times de futebol ou sociedades esportivas: Fábrica Sant'Ana, Casometro F.C., Esportiva Casa Pratt, Maria Zélia F.C. (que teria sido inclusive muito célebre e conhecido),/ Anlagem Paulista, Bloco Parnaíba, etc... O futebol em São Paulo se popularizava na várzea, ou seja, nos bairros da várzea, bairros pobres e operários, e crescera, era patrocinado, incentivado, incorporado.

A maioria dos operários não deveria ir muito ao cinema, embora bastante frequentado pela população paulistana em geral ("chegava a formar fila") na época. Os cinemas de preço mais baixo correspondiam a 1% ou mais do salário mensal mais comum entre os operários. O rádio ainda não era popular no período, os bares não os possuíam, eram caros e sinal de "boa posição econômica e social". Até 1934 os possuidores de rádios na capital deviam inscrever-se.

(73) D.E.E.S.P. - Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1928.

(74) FENITZADO, Jacob - Memórias de um Postalista - São Paulo, Martins Ed.

(75) Por exemplo, O Combate - 5/1/1927, 15/1/1927, 21/1/1927 etc...

ver seus aparelhos no Departamento de Correios e Telégrafos para pagamento de taxas. O operariado não tinha acesso fácil aos programas de rádio.

Alguns bairros operários são descritos como "bairros italianos" mesmo na década de vinte e trinta (por exemplo, o Bexiga, Bom Retiro, Brás, Barra Funda) por diversos autores.⁽⁷⁶⁾ Assim os grupos de conversa, o lazer em torno das refeições coletivas, do "vinho", a música feita nas ruas (conjuntos musicais) estavam impregnados por elementos culturais específicos. O lazer por bre, de toda maneira, nos vários bairros operários propiciava uma vida mais coletiva e não se igualava certamente ao do lado rico da cidade.

Em São Paulo se mencionava mesmo a "linguagem da várzea".⁽⁷⁷⁾ Esta foi incorporada à literatura do período por autores como Alcântara Machado, Mario de Andrade, Oswald de Andrade e muitos outros, que a despeito de sua visão "elitista" reconheceram sua riqueza e criatividade.

As festas religiosas, quermesses, procissões, romarias eram de certa forma populares nos bairros operários, o seu lado lúdico aliando-se ao religioso.

Nos fins da década de vinte e inícios da década de trinta, formas alternativas de lazer propostas pelos sindicatos operários, pelos grupos anarquistas e comunistas eram também expressivas na cidade e não eram estranhas ao cotidiano de parte do operariado.

O operariado em São Paulo não era analfabeto em sua maioria até meados dos anos trinta. Alguns autores como Morse por exemplo chamaram a atenção para o fato de que a população da cidade era em sua grande maioria, até cerca de 1930, alfabetizada.⁽⁷⁸⁾ No Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1926 no setor denominado "repressão" encontra-se dados sobre operários identificados pelo DEOPS. Neste ano teriam sido identificados 102.654 operários no

/..

(76) MACHADO, Alcântara - Brás, Bexiga e Barra Funda, São Paulo, Martins Editora, 1943.

CHINI, Franco - Italianos no Brasil ("Andiamo in'America") São Paulo, Martins Ed., s.d.

(77) O Combate - 3/1/1927

(78) MORSE, Richard - Formação Histórica de São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1970

estado de São Paulo: 60,3% homens, 39,7% mulheres, 51,9% maiores de 21 anos, 48,1% menores; 68,8% sabiam ler e escrever, 31,2% analfabetos.⁽⁷⁹⁾ Tendo em vista que o número de operários no estado de São Paulo era "estimado" naquele ano em 148.376⁽⁸⁰⁾ a "maioria" teria sido identificada pelo DEOPS e saberia ler e escrever.

Se o operariado não era de todo alfabetizado na época, o nível de alfabetização não era baixo. Mesmo entre as famílias bastante pobres dos operários da Limpeza Pública de São Paulo em 1936, 58% dos "chefes de famílias" sabiam ler, enquanto que entre 56% dos outros membros de 7 anos ou mais, seriam alfabetizados 65% dos homens e 47% das mulheres; 2/3 das crianças frequentavam a escola.⁽⁸¹⁾ A classe operária em São Paulo, ainda que precariamente, tinha condições de ler e escrever, podendo assim ter acesso a jornais, livros, folhetins, etc...

Não se pode deixar de ter a escola como referência central / na questão da instrução no sistema capitalista, mormente quando a dominação burguesa está plenamente constituída. Nessa perspectiva, na questão da instrução, há que se ter em conta o Estado e a instrução pública. No final da década de vinte e inícios de trinta, já se encontra um aparelhamento em relação à instrução por parte do Estado. Em relação ao Estado, instrução e classe operária importa avaliar primeiramente o ensino primário (o ensino secundário era reservado basicamente à classe média, sendo no período ainda restrito, apresentando / um caráter notadamente elitista).

A maioria das crianças que frequentava os grupos escolares / estaduais (primários) na capital era filha de trabalhadores industriais e trabalhadores assalariados urbanos em geral. Assim os filhos de operários frequen

(79) D.E.S.P. Anuário Estatístico de São Paulo - 1938

(80) D.E.S.P. Estatística Industrial de São Paulo - 1928-1954

(81) LOWRIE, Samuel - op.cit. pp.133-304.

tavam as escolas públicas e a crença de que filhos de operários estariam to-
talmente marginalizados o sistema educacional vigente deveria ser matizada
juntamente com a crença de que os operários estrangeiros, filhos e netos (mai-
oria do operariado paulistano no período) se integravam menos ao esquema vi-
gente. Cumpre ressaltar todavia, que a frequência dessas crianças à escola /
não era tão fácil: o número de repetentes e eliminados é significativo as-
sim como o pequeno número que chegava a concluir o curso. (82)

O Estado tinha propostas específicas de instrução para a clas-
se operária: as escolas noturnas e profissionais. As indústrias e a Igreja /
também tinham escolas destinadas ao operariado e seus filhos.

Nos anos vinte já constavam nas leis e decretos sobre instru-
ção pública no estado de São Paulo, "escolas noturnas para adultos no nível /
primário". Pode-se perceber, nesse nível, uma maior preocupação com as me-
ses, a partir de 1933, com o Código de Educação para o estado de São Paulo. /
Transformados em 1933 em cursos populares noturnos, as escolas e cursos /
noturnos continuaram em seu caráter e finalidade mais ou menos os mesmos: ins-
talados em zonas de grande densidade de população operária ou em bairros de
maior densidade operária visavam dar ensino primário elementar a adultos, ins-
trução técnica fundamental sobre comércio, indústria (conforme a região) e
cultura geral "sobretudo higiênica, cívica e social". A frequência dos operá-
rios a esses cursos não pode ser ressaltada de maneira exagerada: um número
relativamente pequeno de operários os frequentava não sendo sempre bem sucedi-
do, como mostram as porcentagens de eliminação, aprovação e conclusão do cur-
so. (83)

Em relação à instrução profissional pode-se dizer que o Esta-
do tinha como proposição explícita, além da "formação educativa dos jovens",

/..

(82) DECCA, Maria A. Guzzo - "Alguns Aspectos da Vida Operária em São Paulo: 1927-1934" in Plural, Ano I, nº 3, pp. 26-41; pp. 32-33.

(83) DECCA, Maria A. Guzzo - op.cit. p.34.

"concorrer para o progresso das indústrias". Em uma lista de cursos de ofícios, o governo deveria escolher para cada escola os que fossem mais apropriados às necessidades da vida operária e meio industrial onde ela estivesse instalada. As escolas profissionais possuíam uma "seção industrial", onde os alunos confeccionavam objetos para a venda, recebendo "diárias" de acordo com a sua "capacidade de trabalho" (as alunas não tinham direito a diária nas escolas / profissionais femininas; recebiam alguma coisa na conclusão do curso). Uma análise ainda que superficial sobre as escolas profissionais em São Paulo em seu primeiro período, permite inferir as pretensões do Estado a longo prazo ou seja o atendimento às indústrias, formação de trabalhadores especializados, e, a curto prazo, a disciplina do trabalhador em suas escolas. Ainda que a fase de consolidação do ensino profissional no estado de São Paulo esteja / mais em volta do período entre 1934-1942, há um esforço crescente para a sua regulamentação e implantação por parte do Estado nos fins da década de vinte e inícios de trinta. (34)

As indústrias e a Igreja também tinham suas propostas de instrução para o operariado conforme foi assinalado.

Na capital, segundo a própria Superintendência da Educação / Profissional e Doméstica, existiriam registradas, em 1934, 132 escolas profissionais particulares, além de inúmeras sem o devido registro. Muitas delas pertenceriam à indústria. Anúncios de oficinas ou indústrias que ofereciam cursos gratuitos de artes e ofícios para maiores de 16 anos de acordo com o "desenvolvimento industrial" do país ou de acordo com a natureza das próprias oficinas ou indústrias, (35) permitem supor que no âmbito dos próprios / estabelecimentos, quaisquer fossem suas dimensões, tratava-se de qualificar os trabalhadores de acordo com as necessidades imediatas, disciplinando e diminuindo o custo do "trabalho". (36)

/..

(34) DECCA, Maria A. Guzzo - op. cit. pp. 34-35

(35) Por exemplo O Combate - 18/1/1927 e mais 20/1/1927, 1/7/1927, 6/1/1927

(36) DECCA, Maria A. Guzzo - op. cit. p. 36.

A Igreja mantinha também suas escolas para os operários e "pobres", onde o objetivo disciplinar era explícito. Alguns institutos sociais como o "Frederico Ozanam", segundo o semanário católico O Operário teriam em funcionamento regular, sete escolas reconhecidas e fiscalizadas pelo governo federal⁽⁴⁷⁾. A Associação das Escolas Populares que teria 11 escolas "fiéis ao seu programa católico" funcionaria regularmente. O Operário (ligado ao Centro Operário Católico Metropolitano) traz inúmeras referências sobre escolas ligadas à Igreja para operários, sendo inclusive mencionada a J.O.C. (Juventude Operária Católica) "verdadeira escola teórica e prática de formação da consciência e vontade, onde os jovens operários aprendem a adquirir um modo de viver honesto e cristão" ⁽⁴⁸⁾

A classe operária também cuidava da sua própria instrução. Grupos operários de tendências políticas diferentes apresentavam propostas / de instrução através de sua imprensa, lutavam para criar nos sindicatos e federações, escolas, centros de aprendizagem, centros de cultura "social e operária"... Parte do operariado estava empenhada na preservação de sua própria imprensa enquanto modo de vida, enquanto instrumento de educação e conscientização.

A resistência operária diante do cotidiano difícil imposto por uma sociedade onde o caráter urbano-industrial se acentuava revelou-se de inúmeras formas, em vários níveis, em uma multiplicidade de aspectos difícil de ser captada.

/..

(47) O Operário - 25/2/1934

(48) O Operário - 3/3/1933, 16/10/1932, 11/6/1933, 17/6/1934, 25/3/1934
30/7/1933.

Os trabalhadores na cidade de São Paulo tinham, como se ten
tou mostrar, um "quadro de vida" bastante semelhante e ao mesmo tempo particu
lar em relação às outras classes sociais em São Paulo no período entre 1927-
1934.

A classe operária era bastante consciente a respeito de suas
condições de vida. As pesquisas realizadas com famílias operárias em 1932,
1933, 1934 e 1936, já mencionadas, mostraram que a grande maioria do operaria
do consultado não revelou tendência a super ou sub-avaliar suas condições ob
jetivas e concretas de existência. Famílias operárias que se mostraram solí
citas em relação às pesquisas e famílias operárias que se recusaram a respon
der às mesmas, tinham em vista a própria classe à que pertenciam: "esperanças
de melhorias que poderiam resultar para a classe operária" ou "medo de dispo
sições nocivas contra a própria classe".

O fato de o operariado estar estabelecido em certos setores
da cidade, possibilitava ainda a manutenção de uma "comunidade" no sentido de
uma congregação de pessoas com condições de vida e trabalho bastante semelhan
tes. Embora haja indicações de mobilidade relativa do operariado (o operaria
do geralmente não possuía casa própria, pagando aluguel; as pesquisas reali
zadas com as famílias operárias mostraram que um número significativo de ope
rários pesquisados havia mudado de endereço depois de alguns meses) o rodízio
era sempre feito no âmbito dos bairros operários e pobres, onde os aluguéis
eram mais baratos ou onde, no caso dos bairros mais longínquos, era possível
ainda construir "casa própria". O "modo de vida" (lazer, instrução, salário,
condições de habitação, saúde, alimentação, vestuário) era bastante parecido,
o que deve ter unido o operariado e as camadas mais pobres da população no
período na cidade em termos de interesses mais ou menos comuns e específicos
em relação às outras classes ou grupos sociais.

Outros aspectos da vida operária serão reconstituídos, de
forma ainda mais indireta e, muitas vezes fragmentada, ao longo dos outros ca
pítulos.

II - O CONTROLE DO COTIDIANO OPERÁRIO

O "quadro de vida" do operariado fora dos locais de trabalho na cidade de São Paulo como se tentou demonstrar, estava circunscrito e atravessado pelos interesses do capital, o que é próprio na sociedade capitalista.

Neste capítulo o que se pretende é abordar a dominação do elemento operário fora dos locais de trabalho. Tornou-se quase lugar comum a afirmação de que a estratégia da sociedade capitalista, mesmo sem uma lógica fatalista e pré-determinada, consiste na dominação do operário dentro e fora da fábrica. Historicamente no entanto esse domínio sobre o proletariado industrial e urbano se efetivou, diferentemente, nos locais de trabalho e fora deles, em períodos e locais determinados. Homogeneizar mecânicamente dominação no "trabalho" e por decorrência na "vida" retira de certa forma a historicidade de um processo que ocorre conflituosamente a partir da emergência do operariado como força social desde os fins do século XIX na cidade de São Paulo. Como se sabe a "estratégia capitalista de dominação" do cotidiano operário fora das fábricas, locais de trabalho, foi extremamente complexa e pode ser vista sob inúmeros aspectos e múltiplos ângulos.⁽¹⁾ Foram múltiplas, por exemplo, as estratégias de poder e controle sobre o operariado, sendo levadas a cabo por agentes históricos concretos, nem sempre ligados diretamente ao capital, pertencentes a diferentes grupos sociais, localizados em instituições de natureza, âmbito e alcance diversos, em agências vinculadas ou não ao poder público etc. Essas múltiplas estratégias de poder e controle emergiam pontual e "inconscientemente" no interior da sociedade capitalista visando conformar o operariado à ordem

/..

(1) FENELON, Déa Ribeiro - Fontes para o Estudo da Industrialização no Brasil - 1889-1945, Revista Brasileira História, São Paulo, nº3 :79-115, março 1982.

burguesa. (2)

O objetivo deste capítulo é o de verificar como na década de vinte e inícios da década de trinta, o cotidiano operário, em alguns de seus aspectos, foi visto, pensado, como foram elaboradas soluções para os problemas operários... A maneira como o operário e/ou o pobre foram vistos na sociedade capitalista foi responsável, de certa forma, pela maneira com que foram tratados, pelos tipos de legislação, modos de administração, tipos de filantropia, formas de política pública e privada que tão concretamente afetaram sua vida e condição. (3) Tencionava-se também mostrar como a dominação do operário fora das fábricas, dos locais de trabalho tentava se efetivar e se efetivava na cidade de São Paulo através de inúmeras formas de controle. No decorrer da década de vinte e inícios de trinta pode ser identificada, por exemplo, uma preocupação unificadora com a racionalização e adequação da vida operária em seus múltiplos aspectos na cidade de São Paulo por parte de diferentes instituições, agências do poder público, setores sociais... A preocupação com a "condição operária" tem suas especificidades em São Paulo principalmente no fim dos anos vinte e inícios dos anos trinta.

/..

(2) JONES, Gareth S. - Outcast London, Harmondsworth, Middlesex, England, Penguin Books, 1976; "Le Londres des Réproches; de la "demoralisation" à la "dégénérescence" in L'Haleine des Faubourgs, Recherches, Fontenay-sous-Bois, 1973, pp. 37-38.

MURARD, Lion- Zylberman, Patrick - Le Petit Travailleur Infatigable, Recherches, Paris, 1976

FOUCAULT, Michel - La Verdad y las formas jurídicas, Barcelona, Gedisa, 1980 pp. 89-115

MURARD, Lion; Zylberman, Patrick - Le Soldat du travail (Guerre, Fascisme et taylorisme), Recherches, Paris, 1978

(3) HEDMELFARB, Gertrude - "The Culture of Poverty" in The Victorian City - Images and realities, H.J. Dyos e Michael Wolff - Londres e Boston - Routledge e Kegan Paul, volume 2, 1973.

2.1. - O PADRÃO DE VIDA OPERÁRIO - SALÁRIOS/ALIMENTAÇÃO

Nos inícios da década de 1930 realizam-se estudos e inquéritos sobre as condições de vida da classe trabalhadora em São Paulo cujo objetivo explícito é o de estabelecer padrões de vida da família operária para estudo e possível solução "racional" de problemas relativos à produção e ao custo de víveres, aos transportes, à "assistência social", à habitação... A Escola Livre de Sociologia e Política, o Instituto de Higiene, o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, foram as instituições responsáveis por alguns dos principais estudos nesse sentido.

Entre 1932-1933 o Instituto de Higiene realiza um inquérito sobre alimentação popular no bairro de Pinheiros sob a direção dos doutores Paula Souza, Ulhoa Cintra e Pedro Egydio de Carvalho. Educadoras sanitárias e alunas do Instituto de Higiene levaram fichas relativas não só ao "consumo dos principais alimentos de uso habitual" como "a assunto de ordem social e econômica (condições gerais de habitação e renda etc...)". Este trabalho seria o primeiro de uma série de estudos que o Instituto de Higiene pretendia levar a cabo valendo-se dos recursos dos poucos centros de saúde existentes na época na cidade de São Paulo. A Escola Livre de Sociologia e Política realiza em 1934 o estudo "Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo", sob a orientação do Professor Horace B. Davis (sociólogo americano contratado por essa escola) em colaboração com o Instituto de Higiene e Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Apontada como a primeira pesquisa desse gênero realizada no Brasil com operários industriais, esta teria inclusive recebido elogios do Bureau Internacional de Trabalho. Dentro de uma perspectiva metodológica da escola norte-americana de sociologia da época, o levantamento foi feito com duzentas e vinte e uma famílias escolhidas ao acaso em diferentes bairros operários de São Paulo (Ipiranga, Cambucí, Bela Vista). Estas famílias preencheram durante um mês, uma caderneta onde deviam ser especificados seus gastos com habitação, alimentação, vestuário. Além disso os pesquisadores (educadoras sanitárias

rias, alunos da Escola Livre de Sociologia e Política) investigaram o tipo de habitação, vestuário, alimentação e salários conferindo também os dados lançados nas cadernetas pelas famílias, atentando para sua "coerência e veracidade". Esta pesquisa constituiu um dos primeiros relatórios da Escola de Sociologia e Política que, fundada em 1933, prestava serviços diretos, na época, à Prefeitura de São Paulo. Entre 1936-1937, também com a participação do Instituto de Higiene e Escola de Sociologia e Política realizava-se outro estudo sobre padrão de vida, sob a direção de Samuel Lowrie: "Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo" *

O que tinham em comum estes estudos? Todos valiam-se de um discurso eminentemente técnico e científico, realçando a metodologia quantitativa e precisa usada na realização dos trabalhos. O problema das condições de vida era pesquisado e focado de uma perspectiva técnica. Abstraía-se as condições reais do mercado de trabalho, o operariado como agente social ativo, as "determinações" mais gerais do cotidiano operário e buscava-se estabelecer relações entre custo de vida e salários, tentando-se definir os padrões de vida operária existentes e sua possível adequação ao desenvolvimento produtivo da nação. Todos os estudos chegam à conclusões ou resultados semelhantes, embora registrem observações diferentes no decorrer de sua apresentação. Os padrões de vida estabelecidos eram considerados precários - às vezes - miseráveis - apontando - se a inadequação dos salários face à alta contínua dos preços dos gêneros alimentícios, habitação, vestuário etc... A preocupação com o estabelecimento de uma fronteira mínima de subsistência está implícita nas tentativas difusas de estabelecimento de níveis salariais e condições de "reprodução da força de trabalho". Embora nem sempre explicitada há nesses inquéritos a defesa do estudo e

/..

* Todos estes estudos e inquéritos já foram citados no primeiro capítulo com as devidas referências.

pesquisa da vida operária para configuração de estratégias de controle e amenização das tensões sociais. Sobretudo é um "discurso competente" que se estabelece sobre o viver operário.⁽⁴⁾ As lutas operárias por melhores salários, melhores condições de trabalho e consequentemente por melhores condições de vida que marcavam a consciência que a classe operária tinha de sua situação concreta de existência, eram de certa forma digeridas e apropriadas por técnicos, ligados ou não ao poder constituído institucionalmente, na tentativa de administrar indiretamente uma ordem social que embora injusta era "natural", ou melhor, no final das contas, já estava dada. A afirmação de um médico/higienista da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo nos inícios dos anos vinte sintetiza e expressa de certa forma a postura subjacente a esses inquéritos e estudos da vida operária:

"Querer cercar o trabalhador do mesmo bem estar de que goza o capitalista, seria sem duvida fugir a realidade da vida; mas nada mais justo que os dirigentes procurarem conhecer das necessidades dos humildes, para remover na medida do possível as causas de sua degenerescência física moral. Faz-se absolutamente necessária a intervenção do Estado por estarem eles naturalmente desarmados não só pela ignorância em que vivem, como também pela necessidade de se submeter ao capricho e a ganância dos poderosos" (5)

Esses inquéritos e estudos subsidiaram a administração pública em várias de suas iniciativas quanto ao operariado. É sintomático que Oscar Egidio de Araújo, em 1940, recorde e analise os estudos discutidos e mencionados anteriormente, ressaltando o interesse demonstrado notadamente pelo governo federal no decorrer dos últimos anos da década de 1930, no que se referia principalmente à alimentação: apontava as inúmeras leis que teriam vindo melhorar as condições de vida e alimentação do trabalhador.⁽⁶⁾ Admitindo terem as péssimas

(4) CHAUI, Marilena S. - Cultura e Democracia - O discurso competente e outras Fábulas, São Paulo, Editora Moderna, 1931 - pp. 10-11.

(5) AMERICANO, Jaime Cardoso - Da Proteção ao Lactante em nosso meio operário, op. cit. p.3.

(6) ARAÚJO, Oscar Egidio de - "A Alimentação da Classe Obreira de São Paulo" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura, 1940, nº 69, pp. 91-116.

quisas de Davis, Ulhoa Cintra e Paula Souza, Lowrie, fornecido subsídios para o estudo do salário mínimo, Araujo, como os estudiosos dos padrões de vida operária, transforma em suas conclusões em problema eminentemente técnico, por exemplo, a alimentação do operário ao considerá-la um problema educativo. Reconhecendo que o problema alimentar era atravessado pelo salarial, Araujo acentua que o mesmo era essencialmente educativo afirmando que deste último ponto de vista deveria ser considerado de modo urgente e imperativo. Parte para a proposta de soluções racionais: restaurantes coletivos, cozinhas populares, cooperativas alimentares por empresa fabril etc... cujo cunho educativo era realçado. Assim deveriam ser realizadas "conferências pelo rádio, nas escolas, nas fábricas e nas associações de classe, por especialistas devidamente preparados no intuito de mostrar, com clareza e simplicidade, as deficiências da alimentação dos trabalhadores e de suas consequências perniciosas para o indivíduo e para a coletividade"⁽⁷⁾ As soluções racionais e técnicas propostas beneficiariam a todos igualando trabalhador, patrão e Estado, uma vez que o trabalhador seria melhor alimentado, o patrão teria empregados mais produtivos e com maior capacidade e o Estado filhos mais fortes e sadios.

O estabelecimento do salário mínimo ocorreu paralelamente também a esses inquéritos e pesquisas sobre o padrão de vida operário realizados no município de São Paulo. A pesquisa desenvolvida por Lowrie em 1936/1937 teria sido encomendada pelo governo municipal, segundo Sergio Milliet, em atenção aos dispositivos legais federais que previam o estabelecimento de um "salário mínimo" capaz de satisfazer as necessidades normais do trabalhador de acordo com as condições de cada região (art.121, parágrafo 1º, letra b).⁽⁸⁾

Dizia Sergio Milliet que se a determinação do custo de vida era necessária para a totalidade da população, muito mais importante se fazia ainda no que dizia respeito aos operários públicos, uma vez que cabia ao governo saber o quanto pagava a seus operários de "baixa categoria".

/..

(7) ARAUJO, Oscar Egidio de - "A Alimentação da Classe Obreira de São Paulo", op.cit., pp. 111-112.

(8) "Salário Mínimo" (Noticiário) in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura, 1937, nº 32, p. 118.

São Paulo como centro industrial mais importante do país, com maior proporção de operários, sentiria mais agudamente os efeitos do "industrialismo e do urbanismo", causas principais de uma urgente legislação especial sobre os salários. O governo municipal contribuiria nesse sentido: 1. pelo estudo e determinação do custo de vida nas "classes baixas"; 2. pelo exemplo, fixando ele próprio o salário mínimo de seus funcionários, de acordo com os fatos observados nas pesquisas municipais; 3. pela elaboração e manutenção de índices de preços e de padrão de vida, de forma a constituírem bases permanentes ao estabelecimento racional e objetivo do salário mínimo.⁽⁹⁾

Bastante significativa era a afirmação de Sergio Milliet sobre a importância dos estudos de padrão de vida do operariado realizados em São Paulo no decorrer da década de 1930:

" Em resumo: a determinação do salário mínimo deve basear-se, no estudo objetivo do padrão de vida. Para que este salário seja sempre útil, deve sofrer modificações periódicas correspondente as oscilações do custo de vida. O único método prático consiste na elaboração de índices de preços. E para que preencham seus fins, estes devem ser científicos e baseados no conhecimento perfeito da importância dos vários gêneros no custo de vida, isto é, basear-se na determinação prévia do padrão de vida. Os três elementos - salário mínimo, padrão de vida e índice do custo de vida - são, portanto, interdependentes. A pesquisa objetiva do padrão de vida é requisito primeiro e essencial ao estabelecimento científico de qualquer um dos outros dois. Fixar um salário mínimo por qualquer outro método será agir de modo subjetivo, geralmente ineficaz e de nenhum valor prático. Ora, em relação a solução dos problemas sociais tudo o que não for prático será demagógico e portanto pernicioso. (10)

O ante-projeto de regulamentação da Lei do Salário Mínimo, a partir dessas postulações, era acusado de estabelecer determinações mais políticas e mais idealistas do que objetivos do salário mínimo. A lei decepcionaria patrões e operariado sem um estudo científico. A necessidade de um espírito mais "objetivo e científico" em relação à lei nº 185 de 21/11/1936 (que afinal acaba sendo incorporado) é enfatizada. O município de São Paulo é apontado co-

/..

(9) "Salário Mínimo" (Noticiário) - op.cit. p.119.

(10) "Salário Mínimo" (Noticiário) - op.cit. p.122.

mo exemplo para outras partes do país por ter iniciado o estudo das classes trabalhadoras organizando concomitantemente os índices permanentes de preços. (11)

A racionalidade, a cientificidade, a exatidão de cálculos são enfatizados pelos poderes públicos municipais e instituições: a desigualdade social não encontra lugar no discurso administrativo enquanto denúncia de uma or denação injusta; configura-se sempre como problema passível de amenização e so lução sobretudo técnica. Ao estabelecer-se um salário mínimo racional e cientí- fico retira-se principalmente do operariado a possibilidade de decidir sobre o "mínimo suficiente". Padrão de vida e índices de preços, investigados e determi nados por técnicos, tornam-se cada vez mais realidades inatingíveis e inexplicá veis para o próprio operariado. Retirava-se do operário, cada vez mais, a possi bilidade de falar com "competência" sobre sua própria situação. Os problemas co tidianos do operariado da cidade eram equacionados e decididos por instâncias cada vez mais distantes.

Os salários estabelecidos de acordo com o mínimo necessário para a sobrevivência possibilitaram apenas, ao longo da década de 1940, uma ali mentação quantitativamente "suficiente" mas qualitativamente inadequada. A des proporção crescente entre salários e custo de vida, a despeito de toda pesquisa "racional e científica", tendia a se acentuar drasticamente. Em um 1º Congresso Médico - Social Brasileiro realizado em março de 1945 na capital do estado de São Paulo são "ventilados vários problemas sociais". Promovido pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo, Associação Paulista de Medicina, Sociedade de Medici na e Cirurgia de São Paulo e outras sociedades médico-culturais do país, o Con gresso chega a algumas conclusões dramáticas: a sub-alimentação era agravada constantemente pelo aumento exagerado do custo de vida (o aumento geral no cus to das mercadorias na cidade de São Paulo de 1935 a 1944 teria sido de 101,7% enquanto que as "classes operárias" teriam recebido aumento de salários de cer ca de 20%) (12)

(11) "Salário Mínimo" (Noticiário), op. cit. pp. 118-124-Interessante observar que a crítica ao espírito da lei não esconde o temor de que sua aplicação trou xesse como resultado o aumento dos salários em geral, uma vez que, sem "ob jetividade", o salário determinado poderia ser superior ao padrão salarial e custo de vida correntes. Os patrões teriam se oposto ao plano pois este jogava sobre a indústria um fardo insuportável.

(12) ARAUJO Fº, Francisco C. - Problemas Sociais da Alimentação, São Paulo, mimeo, 1945, pp. 77-79.

Perguntava-se: "Como exigir eficiência no trabalho do operário ou de qualquer trabalhador, quando se verifica que todos eles mal se nutrem para se manter? Fechar os olhos à estas realidades visíveis ao mais displicente ser humano, é manter esta classe de gente numa eterna inquietação, relapsa à qualquer disciplina, e sujeita a toda a espécie de infecção ou de doença, em geral" (13)

Reconhecendo o trabalho realizado em termos da alimentação popular por parte da intervenção do Estado na melhoria das condições de vida do trabalhador (inclusive para melhoria da produtividade e garantia da reprodução da força de trabalho etc...) um dos congressistas insiste no desequilíbrio orgamentário do operariado, no "mau-humor" proverbial do brasileiro, na sub-alimentação como fator de decadência, na questão assombrosa da mortalidade infantil, sonhando com uma "raça forte", com um ministério de saúde pública, ou conselho médico de pesquisas, ou comissão oficial de nutrição capazes de equacionar os problemas, solucionando-os tecnicamente. A "educação alimentar do povo", seria indispensável. Constatando a pobreza e a miséria, almejaram planejar, educar. (14) O discurso médico constatava as condições precárias de existência do operariado na década de 1940 mas reproduzia o tom técnico, educativo, disciplinador e conformista do discurso que se institue, se justifica e se propaga ao longo das décadas de vinte e trinta.

(13) ARAUJO F^o, Francisco C. - Problemas Sociais da Alimentação, op.cit., p.78

(14) ARAUJO F^o, Francisco C. - Problemas Sociais da Alimentação, op.cit., pp.6-65.

2.2 - HABITAÇÃO: PROBLEMA OPERÁRIO/PREOCUPAÇÃO DE MUITOS

Desde os fins do século XIX o operariado se aloja precariamente na cidade de São Paulo em habitações geralmente coletivas onde o aluguel é elevado. Na década de 1890 os poderes públicos municipais se informam sobre as habitações operárias na capital do estado, através de relatórios⁽¹⁵⁾ embora anteriormente já tivessem buscado "ordenar o caos" diante da nova realidade urbana que emergia principalmente com o desenvolvimento comercial e industrial crescentes nas décadas de 1870-1880. O padrão municipal de 11/03/1886 já discriminava a "habitação operária", prevendo uma periferação compulsória, uma segregação espacial do operariado⁽¹⁶⁾, constatando em parte o que ocorria uma vez que o operariado se localizava principalmente nos bairros da várzea que se formavam em volta do centro da cidade.

Coincidentemente, após o relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia em 1893/1894 se estabelecem medidas (1897) que visavam encorajar tanto companhias públicas como privadas a construirem "vilas operárias higiênicas" em terrenos da periferia, mais baratos. Com a Lei nº 498 de 14 de dezembro de 1900, o município de São Paulo legisla mais efetivamente sobre a habitação operária.

Nos inícios do século XX, nas duas primeiras décadas, a construção de moradias destinadas à habitação do operariado industrial e urbano já se configurava como negócio lucrativo. Vilas operárias, habitações em série, de teto mais baixo, pequenas e modestas, muitas vezes afastadas das vistas da rua, passam a ser construídas por especuladores individuais, companhias construtoras

/..

(15) "Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia - 1893" - in Relatório do Intendente Municipal, São Paulo, tip. A. Vap. de Espindola, Siqueira e Companhia, 1894.

(16) SEGAWA, Hugo - "Anos 10. Um Concurso de Habitação Operária" in Módulo, Revista de Arte, Cultura, Arquitetura, Maio, Junho, 1981, pp. 12-17.

e imobiliárias ou pelos próprios industriais (no caso, primordialmente destinadas para habitação de trabalhadores mais qualificados e especializados), mas ao contrário do discurso do poder público, nunca constituíram economia significativa ou solução para o problema que o operariado enfrentava com a habitação. Os poderes públicos, municipais e estaduais facilitaram durante todo o período um investimento seguro do capital no negócio da habitação popular e operária garantindo um retorno altamente lucrativo, limitando os juros para o capital investido na construção de "casas populares". Os "investidores" faziam dos aluguéis um alto negócio.

Exemplo bastante expressivo é o da Companhia Iniciadora Predial que na década de trinta se dedicava à construção de casas para a classe média mas que nos anos de 1912, 1913, havia se lançado à construção de moradias operárias:

"A Companhia adquiriu por compra em boas condições de preço, terrenos em varios bairros da cidade, nos quais tem em construção grupos de habitações de um só pavimento, para operários, e de sobrados de tipo popular, também para pequeno aluguel. Estas operações representam um emprego lucrativo de capital" (17)

Companhias "mutualistas" que buscavam dar a seus associados, mutuários, prédios de moradia mediante prestações mensais, investiram algumas vezes também no rendoso negócio da habitação operária/popular (caso da União Mútua, Companhia Construtora e de Crédito Popular, Companhia Mútua de Crédito Predial, etc...).

Cooperativas nas quais os cooperados pagavam mensalidades visando receber pensões exploravam ou investiam em casas destinadas ao operariado industrial e urbano, cobrando aluguéis elevados (caso, por exemplo, da Cooperativa Paulista cujos procedimentos, nem sempre idôneos, foram denunciados pela imprensa). (18)

/..

(17) Impressões do Brasil no século vinte - Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústria e Recursos, Londres, Lloyd's Greater Britain Publishing Co.Ltd., 1913, p. 669.

(18) A Nação - 5/4/1927 (ano II - nº 347).

Alguns industriais também construíram junto às suas fábricas

os estabelecimentos vilas operárias, embora na capital do estado esse esquema não fosse tão frequente como se supõe em geral. Segundo Bandeira Junior, por volta de 1900, Antonio Penteado já edificava no Brás, ao lado dos edifícios onde funcionavam suas fábricas, outro destinado à habitação dos seus numerosos operários, mas esse tipo de iniciativa não se generalizou na cidade até meados da década de 1930. Primeiramente porque esse tipo de empreendimento demandava uma versão relativamente alta de capital, possível somente para os grandes estabelecimentos industriais, os quais não foram maioria até inícios dos anos trinta.

Em segundo lugar, porque não houve necessidade premente de fixar os trabalhadores não especializados junto às fábricas ou locais de trabalho. Geralmente as vilas operárias ou conjuntos de habitações operárias de propriedade das indústrias se destinavam na cidade de São Paulo aos mestres e contramestres que era necessário reter e controlar junto à produção. A Companhia Antártica, por exemplo, edificou na rua da Mooca, uma série de casas, mas somente para os "cervejeiros", operários mais especializados. Fonte bastante interessante, contendo descrição e propaganda dos maiores e mais importantes empreendimentos comerciais e industriais no estado de São Paulo nos anos de 1913 e 1919 indicou indiretamente tal ocorrência.⁽¹⁹⁾ Alguns exemplos são bastante ilustrativos. A Companhia de Calçados Clark, cuja fábrica havia sido fundada no bairro da Moóca em 1904 e que em 1913 contava com cerca de 450 operários, tinha casas edificadas somente para os contramestres, que eram ingleses ou italianos, considerados "habilíssimos" em seu ofício. Além das moradias dos contramestres existiam, nas vizinhanças da fábrica, instalações recreativas e educativas oferecidas no intuito de preservá-los junto às suas funções.⁽²⁰⁾

/..

(19) Impressões do Brasil no século XX-Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústrias e Recursos, op.cit. e Os Estados Unidos do Brasil (Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústrias e Recursos), Londres, (B. Aires, Rio e São Paulo), South American Intelligence Co., 1919

(20) "Junto às casas edificadas para moradia dos contramestres, em lugar alto e saudável construiu a Companhia um prédio para atender aos interesses sociais, físicos e intelectuais dos mesmos, havendo nesse edifício, um confortável gabinete de leitura, sala de bilhar, jogos de xadrez e outros passatempos, além de amplo salão para reuniões. Ao lado desse edifício há também um campo de "lawn-tennis", futebol e jogo de bolas. Igualmente, no intuito de melhorar as condições intelectuais dos operários e dos seus filhos, a Companhia lhes proporciona uma bem orientada instrução sob a direção de professores competentes, recomendados pelo "Mackenzie College", em Impressões do Brasil no século vinte - op.cit. p. 689.

A Fábrica de Ferro Esmaltado Silex situada no Ipiranga (Rua Thabor), que em 1919 ocupava área de 40.000 m² empregando, no período, cerca de 500 operários, dispunha apenas de cinquenta casas reservadas para residência dos operários ma is antigos (21).

Vilas operárias de propriedade de indústrias, que ofereciam algumas "vantagens" maiores aos operários ali residentes (maior número de habi tações com aluguéis mais baixos, melhores condições materiais de vida em geral) eram mais frequentes no interior que na capital do estado até meados da década de trinta pelo menos. No interior do estado várias indústrias haviam se consti tuído longe de povoações ou municípios necessitando por isso erguer vilas operá rias para moradia dos seus trabalhadores. Com o fito de fixar o operariado jun to à fábrica, os industriais (em geral grandes industriais) ofereciam algumas fa cilidades aos trabalhadores para que se dispusessem a permanecer junto aos lo cais de trabalho. Constitui exemplo bastante expressivo nesse sentido a Fábrica Votorantim. Suas primeiras instalações para as máquinas foram erguidas no iní - cio do século, mais ou menos em 1904. Localizada nas proximidades de Sorocaba (6 Km de Sorocaba e 115 Km de São Paulo) a indústria teve no entanto que cons truir na época uma linha férrea para comunicar-se com Sorocaba e praticamente construir uma cidade operária para moradia dos seus trabalhadores. A "cidade o- perária" situada nas vizinhanças da fábrica teria em 1913 acomodações para 3.000 operários possuindo jardins públicos, clubes, escolas, lojas, iluminação elétrica. Em 1919 foi descrita da seguinte forma:

"A fábrica está situada em uma vila industrial com popula ção de cerca de 6.000 almas e cerca de 500 casas operarias de propriedade da fábrica, além de cerca de 200 casas mais de propriedade de particulares...; tem agua encanada, esgo to, luz elétrica, cinema, clube, igreja (em construção), campo de esportes, futebol, lawn-tennis, enfim, todos os atrativos e passatempos necessarios para amenizar a vida dos operarios... A vida dos operarios e muito facilitada com a reducao das despesas de aluguéis de casa, que a fá brica facilita as familias operarias de 9\$000, 10\$000 e

(21) Os Estados Unidos do Brasil (Sua História ...) op.cit., p.492

12\$000 por mês e por família, casas estas que, na capital custariam 45\$000 a 60\$000.

"Os generos alimentícios também... nunca excedem os preços dos da capital e de Sorocaba, ao mesmo tempo que os salários são mais elevados que em qualquer outro lugar do Estado" (22)

Algumas fábricas construíram vilas operárias na capital devido à sua localização nos inícios do século. A Cooperativa das Fábricas de Chapéu (Cia. Manufatura Paulista, Manufatura de Chapéus Italo-Brasileira, Souza Peireira e Cia. etc...) mantinha em 1913 uma vila operária de sua propriedade junto à fábrica de Vila Prudente, lugarejo na época considerado "próximo da capital". A Falchi é o exemplo mais conhecido nesse sentido, pois deu origem ao bairro de Vila Guilherme.

Alguns estabelecimentos industriais de certo porte, investiram na construção de casas populares alugando-as a preços relativamente elevados para seus operários (Vidraria Santa Marina, Cotonifício Rodolfo Crespi, Cigarros Sudan, Chapéus Ramenzoni, a Cia. Lacta). O Operariado pagava os aluguéis exigidos atraído pela facilidade de se situar próximo aos locais de trabalho.

É sintomático que a vila operária conhecida como "Maria Zélia" de propriedade dos Street e mais tarde dos Scarpa, grandes industriais textéis nas primeiras décadas do século XX, ainda fosse apontada em 1926 como exemplo a ser imitado e seguido, como iniciativa não muito frequente:

"A Sociedade de Medicina poderia fazer um apelo aos industriais, no sentido de construir casas para seus operários, não só no sentido de lhes oferecer vida melhor, como para estabilizá-los, no que lucrará a própria indústria. Seria uma preciosa colaboração ao problema que pela sua extensão, necessita da cooperação de todos. Apelo aliás perfeitamente justo e realizável, pois a fábrica Maria Zélia oferece aos seus operários, além de outros benefícios, casas perfeitamente higiénicas e confortáveis". (23)

/..

(22) Os Estados Unidos do Brasil (Sua História.....) op. cit., p.234

(23) MELLO, F.F. - op.cit. p.295.

O problema habitacional enfrentado pelo operariado desde os fins do século XIX somente se agravou no decorrer das primeiras décadas do século. As "vilas higiênicas e econômicas" preconizadas na década de 1900 tendiam a se tornar realidades cada vez mais inatingíveis sendo projetadas para um futuro cada vez mais remoto. A ocupação de zonas cada vez mais periféricas pelo operariado, a partir principalmente dos meados da década de trinta e inícios da década de quarenta, não importou em melhoria qualitativa da habitação. (24)

A preocupação revelada no relatório de 1893/1894 com a habitação coletiva e "promíscua" da classe pobre e operária, "onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, (25) incorporada pontualmente pelos poderes públicos municipais e estaduais (de diferentes maneiras e com objetivos às vezes divergentes), parece transformar-se ao longo da década de vinte e inícios de trinta. A preocupação que percorre o todo social com a ameaça que a "habitação insalubre e nojenta" do proletariado representava desde fins do século XIX, se explicita de maneira diferente ao longo da década de vinte, notadamente após a intensa movimentação operária de 1917-1920. (26)

/..

(24) Antigos moradores do bairro do Itaim-Bibi (que começa a ser loteado e formado entre 1934/1935) afirmam que, na década de quarenta "amassavam muito barro" para chegar "ao asfalto e à condução" (Av. Brigadeiro Luiz Antonio) morando em casinhas de um ou dois cômodos, situadas em grandes terrenos, pagando aluguel. Muitos nunca adquiriram casa própria, sendo expulsos das áreas centrais do bairro com a urbanização mais efetiva que se processa na década de cinquenta e que obedece a um padrão cada vez mais "classe média". Caso típico na cidade de São Paulo e outros grandes centros urbanos. "Desbravando" as zonas semi-rurais, o operariado é expulso com a urbanização para áreas mais periféricas sem nenhuma infra-estrutura ou com equipamentos urbanos insuficientes.

(25) "É preciso cuidar da unidade urbana a habitação, não já da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre... onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela necessidade de viver numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele..." "Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações... op. cit. p.43.

(26) FAUSTO, Boris - Trabalho Urbano e Conflito Social, São Paulo/Rio, DIFEL, 1976.

A Ineficiência da legislação existente para a garantia de habitações baratas e higiênicas para as "classes pobres", a insuficiência da fiscalização quanto aos aluguéis, a falta de coordenação das iniciativas públicas e privadas quanto à questão da habitação popular passam a ser assinaladas, enfatizando-se mais os aspectos técnicos da questão, tendo em vista não somente a diminuição das tensões e conflitos sociais na cidade mas a disciplinarização do operariado, seu "saneamento físico e moral" em prol de ideais eugênicos. Médicos, engenheiros, higienistas, sanitaristas, instituições insistem na utilização racional das áreas devolutas em "bairros salubres" (distantes do centro), na melhoria do transporte urbano e na redução de seu custo, na construção de moradias saudáveis e baratas para o operariado como "preparação inicial do importante problema eugenico", para o estabelecimento da obediência e da ordem nos meios operários.

Para a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, órgão representativo dos médicos, o problema das habitações operárias seria obviamente de interesse médico-social, uma vez que sua solução traria como consequência para a saúde pública o decréscimo dos casos de tuberculose, de moléstias infecto-contagiosas e a diminuição da mortalidade infantil. No entanto, os aspectos morais eram sempre mais enfatizados quando se tratava da habitação popular. Assim, quando a questão da habitação era trazida intermitentemente ao público pelos prelos da cidade ressaltava-se a sua importância vital para o Estado, quer pelo lado econômico, quer pelo lado social, quer pelo lado moral.

"Desnecessário se torna encarecer o sério de tal empreendimento, tanto mais quanto, se refletirmos um pouco, ele, de futuro, terá repercussão profunda na vida nacional, pelo aperfeiçoamento físico que traz à saúde e pelo aformoseamento moral que dá um ambiente de paz, de ordem e de conforto, oferecido pela habitação higiénica, se o exemplo frutificar pelas demais unidades da Federação. A habitação higiénica que se possa oferecer ao nosso povo, ao nosso operariado, é o preparo inicial do importante problema eugenico. A melhoria da habitação operária, a grande massa da população, é de tão grande importância que quase se pode dizer acarreta consigo a resolução de uma série de necessidades que tem por origem, vícios e defeitos de ordem moral e física, gerados seguramente na convivência

e nesse ambiente confinado, nessa atmosfera deletéria ao corpo e ao espírito.

A vida em comum facilitada por essa solidariedade espontânea das classes pobres, que, para se defender na luta pela vida, se congregam e mesmo se amontoam... é fonte de muitas moléstias como é causa de múltiplos delitos" (27)

A população operária da capital, vista geralmente como gente de cultura inferior, estaria potencial e efetivamente predisposta à criminalidade e à revolta:

"Resultando dessa massa heterogênea, a criminalidade, a prostituição, a doença, e mantendo o baixo nível moral e físico dessa gente.

Qual produto poderiam dar essas espeluncas...?

Nões não pode haver espírito sereno e alegre, alma animada dos seus intuitos de progredir, desejo salutar de aspirar mais folgada situação, nem propósito de obediência e ordem, morando o operário nesses cortiços sendo pelo contrário mais natural, que a escuridão das alcovas reflita-se em sua alma, gerando a maldita tristeza, mãe das revoltas, produtora dos crimes, impulsora do alcoolismo e dos vícios." (28)

A preocupação com as gerações futuras de trabalhadores também se colocava uma vez que "doentes e raquíticos" constituiriam como adultos "maus operários e maus elementos e consequentemente revoltados e indolentes" (29)

Os ideais eugênicos ligados aos ideais da produtividade e trabalho justificaram de resto, os inúmeros estudos realizados e soluções propostas para a proteção da infância pobre e operária nas décadas de vinte e trinta.

A solução do problema da moradia operária em São Paulo não residiria somente em medidas práticas efetivamente adotadas:

"São meus votos para maior brilho da atual administração municipal, que dentro em breve, com a cooperação do economista, da engenharia sanitária e do higienista, seja uma realidade as casas para operários de São Paulo.

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, como órgão representativo da classe médica, poderia abrir campanha pela imprensa sobre o assunto, preparando o espírito do povo para que a ação do governo do Estado, do governador da cidade e da Repartição Sanitária, seja bem aceita e até mesmo suportada com algum sacrifício para uma melhoria definitiva". (30)

/..

(27) MELLO, Francisco Figueira - op.cit. p.291

(28) MELLO, Francisco Figueira - op.cit. pp.291-292

(29) MELLO, Francisco Figueira - op.cit. p.292

(30) MELLO, Francisco Figueira - op.cit. p.295

Dois aspectos se revelam como novos no discurso médico e higienista dos anos vinte acerca da habitação popular (que podem ser encontrados também em outros assuntos relativos à vida operária): a importância crescente conferida ao conhecimento especializado e técnico (onde o tom eugenico é uma constante) e a importância crescente de uma ação mais preventiva que representava dos serviços de saúde para obtenção de resultados mais efetivos junto ao operariado, não só do ponto de vista físico como moral e disciplinar. O ódio, o medo e a desconfiança dos pobres e trabalhadores em relação ao Serviço Sanitário nas primeiras décadas da industrialização, ainda presente de certa forma nas décadas de vinte e trinta, pretende ser atenuado diante de uma atuação eminentemente educativa.⁽³¹⁾ A falta de "educação sanitária" do operariado nos cortiços e habitações coletivas é sempre acentuada.⁽³²⁾

/..

(31) "... porque, na generalidade, as pessoas do povo não gostam de prestar informações exatas, principalmente sobre as moléstias ocorridas. Nisto entra muito em conta o medo, digamos até, verdadeiro pavor, que a população nutre pelas vacinas, remoções para hospitais, isolamentos, etc.

Calculando sempre que das informações prestadas as autoridades sanitárias lhe advenham multas ou quaisquer outras consequências desagradáveis, socorrem-se da mentira, da fraude, prestando informações errôneas sobre os fatos. Neste sentido, podemos mesmo assinalar um caso interessante: previamente informados pelo obituário fornecido pela Demografia Sanitária, de que, num dos cortiços, havia ocorrido um óbito por tuberculose, para lá nos dirigimos e indagamos se nesse cortiço havia falecido alguém. A princípio negaram, como, porém, insistíssemos, disseram que sim, mas que o óbito fora devido a congestão.

As informações pedidas sobre se o doente era muito fraco, se tossia muito etc. responderam-nos invariavelmente que não, que ele morreria de congestão. Não nos foi possível, portanto, obter mais esclarecimentos. Entretanto, verificamos agora, que nesse mesmo cortiço ocorrera outro caso de tuberculose."

Mello, Francisco Figueira - op.cit. p.294

(32) Contraditoriamente, o asseio das habitações precárias e insalubres era considerado no mesmo estudo como ótimo em 37,25% dos quartos visitados, bom em 8,21%, regular em 34,27%, mau em 11,18% e péssimo em apenas 9,06% o que demonstrava claramente que não faltava a população pobre, mesmo em condições extremamente adversas de moradia, "educação sanitária".

Mello, F.F. - op.cit. pp.291-295.

"A bem da moral, a bem do aperfeiçoamento do físico da raça" falavam também os engenheiros preocupados com o problema habitacional de grandes centros urbanos como São Paulo. Diferentemente da postura de certa forma distante e artística de arquitetos e engenheiros da cidade na década de dez evidenciada em um "concurso de habitação operária"⁽³³⁾, nos inícios da década de trinta (1931), imbuídos de um espírito pragmático, engenheiros e arquitetos reunidos em um congresso de habitação, realizado conjuntamente pelo Instituto de Engenharia de São Paulo (Divisão de Arquitetura), pelo Secretário da Viação e Prefeito da cidade de São Paulo, (já citado anteriormente), discutiram incisivamente os problemas habitacionais da capital centralizando seu interesse na questão da habitação operária e popular com o propósito explícito de subsidiar a administração pública e a iniciativa privada para sua solução, de acordo com o enfoque racional e técnico da "Social Engineering".⁽³⁴⁾ Alguns títulos das comunicações e trabalhos apresentados pelos técnicos: "Comunicação sobre Casas Econômicas", "Sugestões para a Solução do Problema das Casas Operárias", "Habitações Econômicas", "Casas Rurais adaptadas às Casas Operárias", "Casas Populares-Cidades Jardins", "Sobre um Tipo Racional de Habitação".⁽³⁵⁾

"A casa econômica não resolve só o caso particular de seus habitantes. A questão deve ser encarada do ponto de vista social. Dela depende também o desenvolvimento da raça.

Da vida promiscua em cortiços, sai um corso de pervertidos, de delinquentes, cortejados por molestias terríveis. A casa individual, rodeada de ar e luz, simpática e convidativa ao repouso, é a célula-mater das raças fortes" ⁽³⁶⁾.

/..

(33) SEGAWA, Hugo - op.cit. pp.12-17

(34) Palestra do Dr. Henrique Doria - Diário da Noite - 2/01/1931

(35) Anais do Primeiro Congresso da Habitação - ob. cit.

(36) ALBUQUERQUE, Alexandre - "Palestra de Abertura do I Congresso de Habitação de São Paulo", in Anais do Primeiro Congresso da Habitação, op.cit. p.22

Discordando da "mentalidade da maioria burguesa, segundo a qual, o proletário não passa de um animal indigno de certas atenções ou indiferente à idéia de conforto"⁽³⁷⁾, enfatizando a importância do operariado "reserva física da nacionalidade" ou "músculos da nossa economia incipiente"⁽³⁸⁾, tentando tornar "menos aguda a luta de classes" e a revolta latente e aberta do operariado em um grande centro urbano como São Paulo ⁽³⁹⁾ os engenheiros insistiam em soluções racionais do ponto de vista técnico-econômico dos materiais e processos construtivos e do ponto de vista administrativo (criação de um Conselho Permanente da Habitação Popular, padronização e coordenação das iniciativas de capitalistas, fundações beneficentes, associações, cooperativas empenhados no negócio da habitação popular, criação e/ou adequação de legislação existente por parte dos poderes públicos etc...). A idéia de uma melhor habitação operária através da racionalização técnico-econômica e administrativa estava ligada às preocupações de uma maior disciplina e produtividade no trabalho e uma aceitação conformista da ordem social vigente. São Paulo que se destacava crescentemente como centro urbano e industrial no contexto nacional, deveria servir como paradigma na questão da habitação popular para as demais regiões do país. Atribuindo as dificuldades da implementação efetiva de um programa de habitação realmente eficiente para a "massa proletária" às questões conjunturais (crise financeira do país que ditaria normas de rigorosa economia à administração pública), admitindo que talvez continuassem por muito tempo construindo "habitações no papel e castelos no ar",⁽⁴⁰⁾ os engenheiros e arquitetos ligados ao poder público vislumbraram soluções eminentemente técnico-administrativas para o problema habitacional da classe trabalhadora em São Paulo que a realidade apontava como sendo de natureza econômica-social. É importante ressaltar como

/..

(37) MAGRO, Bruno Simões - "Habitações Econômicas" in Anais do Primeiro Congresso da Habitação, op. cit., p.60

(38) DORIA, Henrique - "Sugestões para a solução do Problema das Casas Operárias" in Anais do Primeiro Congresso da Habitação, op. cit. 51-54

(39) MENDONÇA, Marcello Taylor Carneiro de - "Casas Populares-Cidades Jardins" in Anais do Primeiro Congresso da Habitação, op. cit., pp.142-147

(40) MAGRO, Bruno Simões - op. cit. p.69

a questão da habitação operária vai se tornando domínio de especialistas à medida que sua solução se distancia e protela. O 19 Congresso da Habitação de São Paulo, realizado em 1931, preocupado com a moradia operária e popular, pretendia ser expressão de arquitetos, cientistas, industriais, sociólogos etc... e seus organizadores, talvez pretenciosamente, se colocavam como os primeiros a discutir problemas habitacionais em São Paulo. A habitação popular e operária que desde os fins do século XIX e inícios do século XX se constituiu em negócio lucrativo para a iniciativa privada com o aval dos poderes públicos, (41) que legislaram via de regra legalizando e ordenando o que se estabelecia de fato, passava com o tempo a constituir "momentosa questão" em diferentes foros sendo sua "solução racional" preconizada por muitos, às vezes com a explícita intenção de controle social sobre um operariado que se pretendia, segundo os dizeres anarquistas, "domesticar" (42)

/..

(41) Não raras vezes os poderes públicos concederam terrenos a companhias construtoras para edificação de "vilas operárias saudáveis". As casas "modernas, higienicas e baratas para os operários" eram consideradas aquelas que possuissem de dois a tres comodors, com cozinhas e instalações sanitárias exteriores, colocadas no "quintal", no fundo. Em 1914, por exemplo, um grupo de construtores pedia concessão de terrenos ao governo do Estado para a construção de vilas operárias. As casas que deveriam ser construídas em grupos de vinte pelo menos, constituindo cada grupo uma vila, seriam de três tipos: a) para pequena família, composta de sala, um quarto, cozinha e tanque para lavagem de roupa, latrina e banho de chuva no quintal; b) para família maior, compostas de uma sala, dois quartos, cozinha e tanque para lavagem de roupa, latrina e banho de chuva, no quintal; c) casas apropriadas para armazens, açougues, padarias, etc..."
Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo, São Paulo, Tip. Bras. de Rothschild e Companhia n°s 8 e 9, 1914, p. 447.

(42) A.E.L. - A Plebe - 13/1/1934.

A ocupação das "zonas rurais e semi-rurais" (periferia) pelo proletariado urbano, notadamente a partir do final da década de trinta, em virtude da valorização crescente das áreas ou bairros mais centrais, não ocorreu de acordo com os planos racionais dos técnicos como se acentuou anteriormente. Em vez das "cidades-jardins", dos "bairros-jardins", das "habitações econômicas", dezenas de casbres e casinhas insalubres em terrenos muitas vezes alagados apareceram via de regra. A "dispersão" espacial da classe trabalhadora na cidade se iniciava finalmente pelo "confinamento" do operariado em locais cada vez mais distantes onde nem a qualidade nem o preço das moradias populares se alteravam substancialmente. De qualquer forma, a racionalização das iniciativas em relação à habitação popular, visualizada pelos engenheiros através de procedimentos técnico-administrativos, deveria ser estudada e equacionada por comissões onde o operariado era, como de costume, o grande ausente. As comissões que deveriam ser integradas por especialistas, engenheiros, arquitetos, sociólogos, médicos, juristas ⁽⁴³⁾ seriam o ponto de partida para a constituição de políticas mais ambiciosas em relação à habitação popular não apenas na cidade ou estado de São Paulo. Estudos e propostas do mesmo tipo não foram raras ao longo da década de trinta e inícios da década de quarenta. ⁽⁴⁴⁾ O caráter assistencial presente de certa forma nas discussões sobre a moradia das "classes pobres" tende a desaparecer na medida em que a produtividade passa a ser associada ao progresso e este à diminuição da "miséria, vício e degradação das classes inferiores" ⁽⁴⁵⁾ e em que critérios científicos e técnicos são invocados para soluções ou respostas-padrão de amplo alcance para a "questão social" do "lar pobre e operário". De maneira geral a postura dos especialistas na questão da habitação popular era bastante semelhante à postura que transparece no texto abaixo, onde a pesquisa e o estudo parecem conduzir necessariamente à obtenção de respostas-chaves para a resolução técnica e racional:

/..

(43) DORIA, Henrique - op.cit. pp.51-54

(44) A.E. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura, 1942 (janeiro, fevereiro), nº 81, pp.189-239; 241-242.

A.E. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura, 1942 (março/abril) nº 82, pp.29-59 (Jornada da Habitação Econômica ocupa praticamente todo o volume)

(45) DORIA, Henrique - op.cit. pp. 51-54

"Mas, em sentido geral, e em relação ao surto crescente de progresso das nossas indústrias, esse aspecto da nossa questão social que é o lar pobre, o operário não mereceu ainda o esforço para uma solução racional e capaz de aliviar as condições da vida precária do nosso humil trabalhador...

A minha contribuição para a solução do problema da habitação econômica e higienica representa o fruto de contínuos esforços de onze anos, durante os quais consegui a soma de observações e experiências necessárias...

Em contacto directo com os meios operários consegui obter um tipo padrão que resolve, segundo creio, não só o lado económico como o aspecto técnico do problema..."(46)

O tipo-padrão de moradia onde economia e higiene se congregavam importava invariavelmente em um decréscimo da qualidade do material de construção, em espaços internos bastante exíguos e em acabamentos rústicos. As moradias populares evidentemente deveriam situar-se em terrenos distantes do centro comercial e administrativo da cidade e dos bairros ricos e "classe média".

Instituições como a Igreja Católica que na década de vinte passam a se ocupar mais incisivamente do operariado em São Paulo, através da ampliação e fortalecimento das atividades do Centro Operário Católico Metropolitano alongam com o tempo sua ação proselitista a esquemas mais funcionais e organizados. Esse Centro se ampliaria e desdobraria com o tempo abrindo inúmeras filiais em bairros operários: havia sido fundado "humildemente" no Brás em 27/10/1907 "com a finalidade principal de congregar à sombra da cruz, os trabalhadores do já então mais industrial dos bairros da Paulicéia"; com o apoio das autoridades eclesiásticas havia se transformado de centro local (Brás) em metropolitano, com as funções de se constituir em "escudo do proletariado" e "inspirar a outros a organização de sociedades congeneres"(47), tendo se engajado decisivamente, pós-trinta, na luta pela "sindicalização operária católica" como atestam os números de 1932, 1933 e 1934 de seu jornal O Operário). Não só na questão da habitação mas na questão da qualidade geral de vida do operariado, houve mudanças na atitude da Igreja que

/..

(46) QUEIROZ, Adhemar de Souza - Entrevista sobre o Problema da Casa Operária - Diário de São Paulo - 30/5/1931

(47) A.S.L. - O Operário - 28/10/1951 - "O 44º aniversário do Centro Operário Católico Metropolitano".

procura tornar seus múltiplos núcleos de ação, órgãos mais pragmáticos e incisivos.

O caráter assistencial presente de maneira marcante no proletarismo religioso nos meios operários durante muito tempo torna-se menos acentuado à medida que se intensifica a luta da Igreja pela sindicalização católica dos operários e em que se reconhece "direitos operários". A melhoria da vida operária passava a ser crescentemente associada à uma regeneração da classe operária para os ideais cristãos.

Textos de exaltação declarada aos patrões⁽⁴⁸⁾ vão se tornando mais raros na medida em que se reflete sobre o fracasso da ação católica entre o proletariado na Europa antes do aparecimento do "trabalhismo cristão" de entidades tipo J.O.C. e outras. O Centro Operário Católico Metropolitano prometia em 1932, em troca das inscrições operárias, além de auxílio pecuniário, instruções e "honestas" diversões, defesa dos direitos operários junto aos patrões.⁽⁴⁹⁾ A Igreja se colocava frontalmente contra o socialismo mas não a favor do estado burgues, não deixando porém de afirmar que "o trabalho e a economia constituem a base da prosperidade e a independência do operário".⁽⁵⁰⁾ A falência da ação da Igreja em relação à classe operária nos grandes centros industriais europeus era atribuída à sua ausência na luta operária pelos direitos sociais, devendo o exemplo dos "desastres alheios" servir de lição. Deveria ser feito todo o "esforço para atrair novamente os fugitivos" sendo o "campo operário", o "campo da Igreja por excelência"...⁽⁵¹⁾ À medida que a propaganda sindical católica aumentava e as "palavras de ordem" de cunho integralista-fascista se tornavam frequentes entre 1933/1934 ("aniquilação do liberalismo, democracia e demagogia do capitalismo internacional judeu" e construção de um "nacionalismo sadio de católicos e brasileiros" etc...) mais o conforto do operário e a melhoria de suas condições de vida eram enfatizados. Não faltam exemplos.

/..

(48) Acerca da "instituição social" Vila Scarpa (antiga Maria Zelina) chegava-se a afirmar explicitamente: "Fizessem todos os patrões, como os que fundaram e os que continuam com a bela Organização Social desta Vila Scarpa, o reinado social do S.E. de Jesus, na família seria o triunfo da paz e a vitória do progresso para os patrões". O Operário 3/3/1928.

(49) A.E.L. - O Operário - 16/10/1932

(50) A.E.L. - O Operário - 30/7/1933

(51) A.E.L. - O Operário - 17/6/1934.

A Revista da Igreja Matriz de São José do Ipiranga (que tinha "extenso" serviço de caridade para o operariado do bairro: distribuição de mentimentos, serviço-médico, "visitas a domicílio", creches, etc.) tinha como propósito sustentar a "causa dos pobres e operários" endossando, com a permissão da autoridade eclesiástica, juntamente com a seção jocista do bairro o "programa de ação social" do jornal operário carioca O Clamor (que era patrocinado pelo Cardeal do Rio de Janeiro, pelo Ministro do Trabalho, na época Agamenon Magalhães, por Tristão de Athayde). O Clamor refletia perfeitamente a doutrina social católica e assim afirmava-se que:

"Queremos nos interessar de um modo prático e eficiente ao problema social...

Queremos salvar a sociedade...."

Queremos recristianizar a sociedade...

Queremos levar Cristo e a sua Doutrina de Justiça e de amor aos nossos irmãos os operários, por serem eles os mais desamparados...

Não somos contra os patrões nem contra os capitalistas, que tem na sociedade uma função importante e necessária

Não somos contra ninguém; somos apenas "pelo operário".

Protestamos contra as injustiças sociais...

Protestamos contra os salários de miséria...

Protestamos contra a insalubridade dos cortiços e de muitas habitações operárias que existem num século de civilização.

Protestamos contra o trabalho do domingo...

Protestamos contra a imoralidade, a impiedade que se alastram livremente nas fábricas...

POSITIVAMENTE

1. Queremos para todos os operários o salário mínimo...

2. Queremos para os chefes de família o salário família...

/..

* Cálculos do próprio texto

3. Queremos a aplicação das leis sobre as horas do trabalho...
4. Queremos uma casa confortável para cada família operária, e uma legislação que favoreça esta aquisição.
5. Queremos as férias pagas para todos os operários...
9. Queremos uma legislação trabalhista cristã de amparo material e moral do operário; queremos a aplicação integral e um conjunto das leis trabalhistas existentes.
10. Queremos sindicatos católicos para amparar os operários, sustentar as suas justas reivindicações, num espírito de justiça, de caridade, de moderação, de colaboração das classes.
11. Queremos desde já prestar aos operários todos os serviços que estiverem ao nosso alcance.
12. Queremos dar aos operários uma educação moral e religiosa, tirá-los da impiedade e dos vícios que os desonram, ensinar-lhes as suas obrigações sociais, familiares e individuais.
13. Para realizar este programa nós lutaremos incansavelmente, com a esperança em Deus que ama os pobres, os operários e que salvará a sociedade da exploração de um capitalismo materialista e dos ataques do comunismo destruidor.
14. Fazemos apelo a todos os homens de boa vontade, aos verdadeiros amigos do povo para nos ajudar na salvação da Sociedade e na regeneração da classe operária. (52)

A habitação coletiva e precária do proletariado em São Paulo era vista fora dos meios operários como fonte de tuberculose, alcoolismo, vícios, como geradora de inveja e ódio da sociedade, como ambiente desastroso para a infância e mulheres, como formadora de péssimos hábitos que prejudicavam a disciplina nas escolas e o trabalho nas fábricas e oficinas. A solidariedade do operariado e sua organização face às árduas condições de vida era avaliada como desastrosa e socialmente perigosa. A solução do problema real enfrentado

/..

(52) A.E.L. O Amigo de São José do Ipiranga - 1/10/1936 (ano IV - nº 10) Revista da Igreja Matriz de São José do Ipiranga e Colegio de Sion - tiragem 3.000 exemplares - pp. 9-11

pelo operariado com a habitação era pensada por muitos tendo em vista o "reerguimento físico e moral da classe" que cumpria disciplinar e regenerar para o trabalho, para uma aceitação sem conflitos da vida imposta pela ordem urbano-industrial que em São Paulo tinha peso crescente. Os projetos de dominação da classe operária no âmbito da produção⁽⁵³⁾ tinham similares ambiciosos (ainda que mais difusos e menos direcionados) fora desta esfera. Paradoxalmente, a "habitação pobre e operária", que havia se configurado por força dos interesses do capital, à medida em que potencial e efetivamente se colocou como ameaça para a ordem social e foco de tensão e conflito, foi objeto de atenção, estudo e planos em São Paulo não só por parte dos poderes constituídos. O cunho racional, técnico-educativo e moral das proposições de moradia higiênica e econômica não consegue ocultar as intenções de controle sobre os trabalhadores. Embora muitas vezes pretenciosas, as tentativas de controle sobre o operariado através do "recolução" de seus problemas habitacionais não deixaram de ter certa eficiência em São Paulo.

(53) DECCA, Edgar Salvadori de - O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Brasiliense, 1981, pp.135-182.

2.3 - HIGIENE E SAÚDE NO MEIO OPERÁRIO: QUESTÃO PÚBLICA E RAZÃO ECONÔMICA

A urbanização crescente no estado de São Paulo e a expansão acelerada da capital, principalmente a partir das últimas décadas do século XIX, obrigaram os poderes públicos municipais e estaduais a criarem e/ou expandirem os serviços de higiene e saúde. A maior concentração populacional e a falta de equipamentos urbanos adequados e saneamento básico sobretudo em uma cidade que crescia como São Paulo propiciava altos índices de moléstias infecto-contagiosas, surtos epidêmicos, elevadas taxas de mortalidade, notadamente entre as crianças. Embora a população como um todo estivesse sujeita às moléstias em geral e à ação muitas vezes repressiva dos serviços de saúde e higiene, o proletariado urbano, como foi assinalado anteriormente, era muito mais afetado nos bairros pobres e operários onde as melhorias urbanas demoravam mais a chegar e onde a ação do serviço sanitário se fazia sentir de maneira mais dura. Os serviços de saúde e higiene foram organizados administrativamente e um aparelhamento inicial em relação à saúde pública foi montado a partir dos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, tendo o Código Sanitário substituído as disposições esparsas referentes à saúde e higiene existentes nos códigos antigos (o antigo Código de Posturas Municipais, por exemplo, fazia referências genéricas à higiene sendo o seu caráter acentuadamente comportamental). O Serviço Sanitário, subordinado de certa forma à Secretaria do Interior, congregava e dirigia os serviços de inspeção e higiene, saneamento, isolamento, instituições de saúde geridas pelo Estado (Santa Casa, o primeiro Hospital dos Alienados, etc.) serviços de estatísticas demografo-sanitárias etc... (54)

Em relação à população pobre e operária a atuação do Serviço Sanitário, através de suas diversas dependências, era mais estatística, de regulamentação, inspeção, fiscalização dos locais de trabalho e moradia, etc., exceto nos casos de emergência (epidemias, surtos infecciosos) em que sua ação

/..

(54) Relatórios apresentados ao presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário dos Negócios do Interior - 1892/1927.

tornava-se direta e incisiva. Mesmo nas raras dependências do Serviço Sanitário que propiciavam auxílio médico ou assistencial efetivo o objetivo principal parecia ser o de fiscalização e inspeção da situação de saúde e higiene do proletariado urbano, embora não estivesse ausente algum empenho educativo mormente na década de vinte quando se torna crescente. Bom exemplo nesse sentido constituía o Serviço de Proteção à Primeira Infância e Inspeção de Mães de Leite, dependência do Serviço Sanitário situada na Rua Ipiranga fundada em 1905, cujo objetivo era o de assistência às crianças e ensino às mães. Funcionando até a década de vinte, oferecia pouca assistência medicamentosa e quantidades limitadas de leite e farinha em seu "lactário", embora possuísse estatística, e na época agregasse um Serviço Higienico-Social em Domicílio (uma enfermeira-educadora fazia visitas a domicílio procurando observar o cumprimento ou não, pelas mães, do regime alimentar aconselhado) e um Serviço de Propaganda e Educação Sanitária.⁽⁵⁵⁾

No decorrer da década de vinte paralelamente à renovação urbana e higienização das áreas centrais, os serviços de higiene e saúde se especializam, tornando-se progressivamente a Higiene e a Saúde Pública áreas de conhecimento específico e menos "empírico". Muitas das atribuições "técnicas" e "pragmáticas" do Serviço Sanitário são encampadas pelo Instituto de Higiene e Escola de Saúde Pública de São Paulo (que subsidia diretamente as reformas na administração sanitária do estado em 1925 - Reforma Paula Souza - e em 1931), inclusive aquelas destinadas mais diretamente ao proletariado urbano e camadas mais pobres da população (Centros de Saúde, inspetorias de higiene infantil, do trabalho, propaganda e educação sanitária, etc...)

O Instituto de Higiene (Escola de Saúde Pública) teve sua origem em 1918 quando foi criado em "Laboratório de Higiene" mediante convênio entre o governo do estado de São Paulo e Fundação Rockefeller, funcionando como uma cadeira da Faculdade de Medicina de São Paulo. Em 1924, o governo estadual

/..

(55) PASCARELLI, Vicente - Da Proteção à Primeira Infância em São Paulo, op.cit. pp. 68-71

assume todos os encargos do já então Departamento de Higiene oficializando-o. Em 1925 o Departamento transformava-se em Instituto de Higiene de São Paulo, obtendo autonomia da Faculdade de Medicina. Anexo ao Instituto de Higiene, no mesmo ano, é fundado o primeiro Centro de Saúde do país como centro modelo de aprendizagem ao pessoal alocado nos serviços de saúde pública, tendo sido inaugurados em seguida os centros de saúde do Brás e Bom Retiro. Também em 1925 Paula Souza inicia o curso de Educadores Sanitários. Em 1926 começa a construção da Faculdade de Higiene (Paula Souza) que fica completamente concluída em 1931, dando-se em 1932 a transferência do Instituto. Em 1929 já se formava a primeira turma de médicos sanitaristas e em 1931 houve o reconhecimento oficial do Instituto como "Escola de Higiene e Saúde Pública".⁽⁵⁶⁾ A Higiene e a Saúde Pública ganhavam estatuto científico e sua atuação em relação ao operariado na cidade de São Paulo passava a ter um caráter técnico-racional, que pode ser detectado desde os inícios dos anos vinte. Aos métodos repressivos vão sendo contrapostos métodos educativos e preventivos quanto à higiene e à saúde do proletariado urbano, com finalidades eugênicas onde o interesse do Estado e o interesse da produção se colocavam primordialmente.

Em um trabalho de 1922 sobre a situação das fábricas têxteis paulistas quanto à insalubridade⁽⁵⁷⁾ o médico-higienista já destacava a importância técnica e científica da "Higiene Geral e Higiene do Trabalho", abordando a questão da saúde do operariado nos locais de trabalho por um prisma que pode ser considerado, de certa forma, novo.⁽⁵⁸⁾ As causas de insalubridade são /..

(56) H. Prospecto - Faculdade de Higiene e Saúde Pública - USP, 1968.

(57) OLIVEIRA NETO, J.R.de - "Profilaxia das causas diretas de insalubridade das fábricas de fiar, tecer e tingir o algodão - Comentários a situação das fábricas paulistas em face destas causas - in Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1922, nº 5, pp. 181-190.

(58) Embora nos números iniciais dos Boletins do Departamento Estadual do Trabalho (1912 em diante) haja preocupação com alguns aspectos da saúde operária no trabalho, uma postura "técnico-científica" mais acentuada (como a questão dos acidentes do trabalho por exemplo) só se acentua na década de vinte, quando inclusive se cria a Inspetoria de Higiene do Trabalho, dependência do Serviço Sanitário, com orientação do Instituto de Higiene, cujas atribuições são parcialmente reformuladas com a reforma da administração sanitária de São Paulo de 1931.

Classificadas e subdivididas enquanto a "há educação higienica" do operariado é sempre destacada, sendo propostas para resolução do problema medidas de ordem administrativa, baseadas em critérios científicos de diferentes áreas de conhecimento etc.. O teor geral do estudo, bastante técnico, logo na parte inicial se revela ilustrando a nova postura:

"...agentes esses que vivem a fustigar diretamente o organismo dos trabalhadores, oferecendo margem a considerações sobre poeiras e agentes químicos de insalubridade das fábricas de tecidos são tantos outros problemas que pedem a Higiene comprovada defesa. O trabalho manual da primeira sessão fabril, o desconhecimento por parte do operário dos princípios rudimentares de higiene, a falta completa de limpeza do serviço, instalações sanitárias primitivas, os mil e um meios de contaminação de uma coletividade induzem-nos a pensar nos agentes biológicos de insalubridade. Estas são as causas diretas de insalubridade das fábricas de tecidos cujo estudo e profilaxia constituem o motivo desta dissertação. Mas o problema não finda nesses limites. Outras há, objeto das grandes reivindicações operárias que, de quando em vez temos notícia. Referem-se a duração e intensidade do trabalho, trabalho noturno, admissão de menores e mulheres nesta última emergência, seguros sobre acidentes, seguros de vida, proteção à maternidade e velhice, aumento de salários, etc...

Muitas outras, assentes na constituição física, idade, sexo, conduta pessoal dentro e fora da fábrica, isto é, ordem e temperança do operariado, fatores estes que unidos aos sociais representam as causas secundárias ou indirectas de insalubridade.

Todos os países do mundo tem permanentemente a resolver este intrincado problema. Em São Paulo, a região que nos interessa do Brasil, tais fatores se encontram agravados ao extremo pelas péssimas condições higienicas em que se acha a quase totalidade das fábricas de tejer, pela quietude do governo e pela má educação do operário, que não tem orientadores sinceros e inteligentes nas suas reivindicações. Na Europa, nos Estados Unidos, os governos, ao lado das leis industriais postas em prática com rigor, estabeleceram inspetorias industriais que tantos benefícios prestam. Em São Paulo há um código sanitario, de idéias moderníssimas, de boas determinações no tocante as questões industriais mas adjudicando a fiscalização do serviço aos inspetores sanitarios, quase sempre sobre carregados por labores varios. Nunca poderão eles, assim, exercer com proficiência a fiscalização industrial, por que esta requer a especialização. Há por esse motivo, urgente necessidade duma Inspetoria Industrial...

O estudo da higiene das fábricas de tecidos de algodão tem por fim, com a aplicação das conquistas da higiene geral, a profilaxia das moléstias que atingem o operário

em exercício do seu mister. Para a obtenção deste desideratum, importa conhecer previamente todos os fatores que possam causar danos ao organismo do operário. Assim merecem acurado estudo as causas diretas e indiretas de insalubridade do trabalho fabril e ao mesmo tempo as entidades morbidas profissionais. Dai imprescindíveis o conhecimento da técnica industrial, assuntos economicos, financeiros e questões sociológicas.

Só tais medidas fornecerão o êxito almejado, pois as providencias profiláticas se alicerçam em quatro modalidades: higienicas, tecnicas, individuais e sociais." (59)

Minuciosa descrição das causas diretas da insalubridade e seus agentes físicos, químicos e biológicos e das "moléstias profissionais" específicas provocadas por cada um deles constitui o corpo do trabalho. A ignorância e indisciplina do operariado todavia são elementos sempre presentes no estudo, parecendo constituir "causa direta" da insalubridade que deve ser sanada, como as outras, por recursos técnicos-científicos e administrativos, no caso pela educação higienico-sanitária. Assim, o operariado não filiaría os inúmeros males de que era acometido ao seu trabalho: "Interessante porém, o operário não filia estes males a seu trabalho. A moda da medicina hodierna - pensar sifiliticamente - passou às massas populares. Assim o operário, ao notar que essas chagas o importunam de muito tempo, julga-se sifilitico, transmite ao médico as suas desconfianças e este muitas vezes, não examinando as lesões, confirma a opinião do consulente. Ouve-se um pedido. Dai, nos meios fabris, a extração colossal de certo preparado depurador do sangue, veiculado em cachaça. Antes do café, após as principais refeições, vezes no interior da fábrica uma "talagada" do virtuoso remédio. Mais tarde... alcoolismo em ação" (60) O operariado, "sem nenhuma educação higienica" propiciaria o surto de moléstias infecciosas e parasitárias. (61) Os hábitos operários quanto ao uso do lenço, água, banheiro, bebidas alcoólicas, eram criticados aconselhando-se uma reeducação nesse sentido. (62)

/..

(59) OLIVEIRA NETTO, J.R.de - op.cit. pp. 181-182

(60) OLIVEIRA NETTO, J.R.de -op.cit. p.188

(61) Idem, p.190

(62) Idem, pp. 187-190

Desta forma, reiterava-se que:

"Só recursos técnicos já referidos noutras partes, propaganda higienica a massa mostrando os perigos, providencias sanitárias e resolução de questões sociais e económicas jugularão o problema como se encontra atualmente"(63)

"Outras providências - Devem as fábricas possuir bons consultorios medicos com profissionais a testa bem remunerados. Os operários, candidatos a colocação, passarão por uma rigorosa inspeção, só sendo admitidos os aptos, inscrevendo o profissional numa ficha, preparada, dados necessarios. Os que enfermarem durante o trabalho, ao apresentarem sintomas que caracterizem entidade morbida oferecendo riscos a massa, serão afastados do trabalho. Uma propaganda, em linguagem acessível ao nível do operariado, acompanhada de gravuras demonstrativas, no sentido de difundir assuntos de higiene, deverá o profissional fazer. Deste modo muitos males serão evitados, outros diminuidos. O industrial deve prestar atenção a este assunto. (64)

Em trabalhos e estudos realizados sobre a saúde e higiene operária, principalmente da criança, ao longo das décadas de vinte e trinta, a postura técnico-científica, visando soluções racionais e educativas, aparece constantemente. Os ideais eugénicos se exprimem de maneira cada vez mais clara em função das necessidades do Estado e da produção. Um conjunto de teses, apresentadas na Faculdade de Medicina de São Paulo ao longo desse período, constitui exemplo bastante ilustrativo, uma vez que tencionavam também fornecer subsídios aos serviços de Higiene e Saúde Pública.

Tese de 1924 que visava "o estudo da proteção dispensada aos lactantes no nosso meio operário, e das medidas mais adequadas à sua racionalização"(65) situava claramente suas preocupações mais gerais: a "degenerescência física" a que estava submetida a pobreza nos grandes centros urbanos, onde o "desnívelamento da fortuna pública" se acentuava com o "progresso", trazia não

/..

(63) OLIVEIRA NETTO, J.R.de - op.cit. p.190

(64) OLIVEIRA NETTO, J.R.de - op. cit.p.190

Apenas a Fábrica Maria Zelia era apontada como instituição modelar no que dizia respeito à "higiene do trabalho"(p.189) sendo os industriais em São Paulo apontados indiretamente como omissos no decorrer do estudo.

(65) AMERICANO, Jaime Cardoso - Da Proteção ao Lactante em Nosso Meio Operário, op.cit. p.1

poucos entraves à sociedade mas podia ser contornada, como nos "países cultos", através de instituições eugenicas, amparadas pelos poderes públicos ou iniciativa particular, que procuravam por todas as formas promover a educação sanitária do povo tendo em vista o "aperfeiçoamento físico e moral da espécie". (66)

A proteção do adulto representaria a proteção do presente mas muito mais importante seria a dispensada à criança:

"De pais debilitados nascem filhos em condições de resistência precárias, e se tais crianças não succumbem na infância, concorrerão mais tarde para avolumar o numero dos degenerados físicos". (67)

A criança, por uma "educação bem dirigida" viria a constituir "cidadão útil a si e à sociedade" e no caso do Brasil pouco havia sido feito:

"Alguma coisa já tem sido feita, como por exemplo a obrigatoriedade da vacinação e re-vacinação; mas o legislador ainda não encarou com bastante largueza de vistas o problema eugenico, deixando em deploravel abandono um dos mais importantes, senao o principal aspecto da questão, como seja a racionalização da puericultura, parecendo esquecer que e da infancia atual que depende o porvir do país" (68)

Em São Paulo a Administração Sanitária, através do Código Sanitário, teria garantido alguma proteção às mulheres e aos menores mas quanto à "proteção pré-natal e ao lactante" seu artigo 214 seria ainda mais vago, sem limites precisos. "Embora com resultados práticos duvidosos" alguma coisa teria sido feita em benefício dos "menores filhos de operários, depois de sua primeira infância" mas a mulher grávida e o recém-nascido estariam praticamente abandonados. Criticando a ambiguidade da legislação (mesmo na cidade do Rio de Janeiro onde a Inspetoria de Higiene Infantil anexa ao Departamento Nacional de Saúde Pública previa em seu regulamento "creches" ou salas de amamentação), o médico ao longo do trabalho admitia como inevitáveis os interesses dos industriais e a tolerância dos governantes, mas tentava propor "medidas práticas" para a proteção da mulher grávida e do recém-nascido ("instituição de creches anexas aos estabelecimentos fabris, que abriguem as crianças filhas dos operários durante as horas do trabalho. Aí seriam matriculadas obrigatoriamente as crianças de 0 a 4

/..

(66) AMERICANO, J.C. - op.cit. pp.3-5

(67) AMERICANO, J.C. - op.cit. p.4

(68) AMERICANO, J.C. - op.cit. p.6

anos, sendo os lactantes, alimentados às horas certas pelas respectivas mães" e "criação de um imposto de proteção infantil, pago indistintamente por todos os industriais, operários e homens solteiros depois de uma certa idade") com a intenção de "harmonizar o trabalho feminino na indústria com a finalidade da mulher"⁽⁶⁹⁾. Apresentando as elevadas taxas de mortalidade infantil na capital, classificando os industriais em grupos quanto à sua "benevolência" com a mulher operária (em geral muito pouca, a Fábrica Maria Zélia seria a única a manter um serviço de proteção à infância organizado regularmente), o autor reforçava, no entanto, ao lado das "medidas práticas" a serem compulsoriamente adotadas no futuro, a necessidade da educação da mulher operária quanto à saúde e higiene e a assimilação de uma nova moral quanto à maternidade e ao aleitamento.⁽⁷⁰⁾ A despeito de admitir que "há nas classes pouco favorecidas muitas mulheres que mantêm intacto o instinto de maternidade e o amor pelos filhos, sentimentos que tendem a desaparecer nas camadas sociais mais elevadas"⁽⁷¹⁾, a ignorância ou resistência da mulher operária era enfatizada⁽⁷²⁾, sendo a instrução das mães com conselhos higienicos sobre a gestação, higiene infantil e puericultura "prática

/..

(69) AMERICANO, Jaime Cardoso - op.cit. pp.6-15

(70) AMERICANO, Jaime Cardoso - op.cit. pp.15-30

(71) AMERICANO, Jaime Cardoso - op.cit. p.17

(72) "São então instituídos os mais absurdos regimes dietéticos, tendo por único critério a imaginação dos que administram o alimento, quando não vem a ser modificados por mulheres "mais entendidas" que preconizam tudo quanto se pode conceber de mais irracional em matéria de alimentação infantil"(p.8).

"Demais só excepcionalmente se encontram operárias que estejam convencidas da necessidade de fazer vir o filhinho à oficina" (p. 14)

"Finalmente é ainda necessário levar em consideração a falta de instrução das próprias mães que só se compenetrariam de seu dever se se encontrassem obrigadas a criar o filhinho ao seio, por modo de legislação severamente estabelecida" (pp. 28-29)

"Com efeito: embora aquele estabelecimento fabril (Fábrica Maria Zélia) mantenha um serviço digno de imitação, inteiramente gratuito, são relativamente poucas as operárias que dele se aproveitam. Uma grande parte prefere deixar as crianças em casa, para evitar o pequeno acréscimo de energia requerido para levar o filhinho de manhã e trazê-lo à tarde.

Essas mulheres fecham os ouvidos à propaganda feita no estabelecimento sobre as vantagens da creche e só vão bater a sua porta quando os filhos, com constantes desvios dietéticos a que se acham sujeitos, apresentam a saúde em estado muito precário". (p.15)

produtiva" ao lado de propostas de coerção mais direta (pena de multas impostas às mães, legislação severa de aleitamento).

Face aos "alarmantes" índices de mortalidade infantil na capital do estado, teses de 1926 e 1927 reafirmavam a necessidade da proteção à primeira infância e higiene pré-natal, ⁽⁷³⁾ apresentando considerações sobre os avanços dos conhecimentos técnicos nesse sentido nos Estados Unidos e Europa e medidas efetivas adotadas em relação à criança e à mulher trabalhadora, especialmente a operária fabril, nos diferentes países, onde os interesses nacionais (eugênicos) se equacionavam aos interesses da produção.

A primeira dessas teses demonstrava a influência de fatores como a alimentação, clima, condições sociais, ilegitimidade, partos anormais e a ignorância da puericultura, na mortalidade infantil, informando o que se fazia em São Paulo para sua diminuição e o que se poderia fazer. Admitindo o peso de todos os fatores nos índices de mortalidade infantil ⁽⁷⁴⁾ o médico-higienista atribuía à "ignorância da puericultura" poderosa influência: "É aqui que culmina a questão principal do grande número de óbitos de crianças de zero a 1 ano, que assoberba a Capital do Estado de São Paulo" pois as "mulheres do povo "

/..

(73) PASCARELLI, Vicente - Da "Proteção à Primeira Infância em São Paulo", op. cit. (110 pp. - 1926)

QUINTANILHA, Ivo Lindenberg - Higiene PréNatal, São Paulo, Irmãos Ferraz, 1927 (91 pp.)

(74) PASCARELLI, Vicente - op. cit. - pp. 20-31. Mesmo se referindo às péssimas condições sociais do operariado na cidade (habitação, trabalho da mãe etc...) o sexo, o alcoolismo, o número de filhos eram variáveis apontadas como socialmente importantes. Com relação à alimentação a função do higienista seria a de incentivar a amamentação face ao pouco "conhecimento técnico". (p.20) - "Tivemos oportunidade de ver, no Serviço de Consulta de Criança da Santa Casa, uma doentinha de 6 meses fortemente intoxicada, e cuja causa havia sido a administração de substâncias grosseiras e de café em abundância, pois a mãe se gabava de ter dado café, às chécaras desde 2 meses, antes mesmo de começar o desmame. É muito comum ver-se uma mulher desmamar a criança abruptamente... quando devera, em boa técnica, proceder-se aos poucos." (p.21).

não seriam cuidadosas em relação ao leite comprado, à higiene das mamadeiras, enfim, desconheciam totalmente os cuidados mais básicos em relação à higiene infantil. (75) Desta forma o serviço educativo prestado em especial pelos Centros de Saúde (Modelo, Brás, Bom Retiro), recém-criados na capital, quanto à higiene da gestante e da criança era considerado como passo fundamental para sua proteção e eram saudados os serviços de Higiene Infantil e Pré-Natal instituídos entre 24-25 em São Paulo (de acordo com o Regimento: "O Serviço se estenderá pelas escolas, domicílios e fábricas de zona sanitária limitada a cada Centro, através das educadoras sanitárias distritais para efeito de auxílio à educação e instrução sanitárias e propaganda do serviço. Essas educadoras exercerão atividades múltiplas e terão sede de trabalho no próprio centro para que possam manter perfeita harmonia e correlação dos serviços do distrito com os do Centro") (76) Ao enumerar e descrever as instituições destinadas "a garantir coletivamente a direção da alimentação, a distribuição de bom leite e a guarda de crianças" de alguma eficiência na cidade (iniciativas de diferente natureza) o aspecto disciplinar era enfatizado juntamente com a necessidade inevitável de se conciliar o trabalho fabril e operário com os anseios sociais e cívicos mais legítimos de procriação sadia. (77) As sugestões urgentes pleiteadas pelo autor do estudo (cuidados com a higiene e o consumo do leite - distribuição gratuita ou praticamente gratuita de leite - só a creche Baroneza de Limeira teria grande distribuição mediante pequeno pagamento -, aumento do número dos centros de saúde nos diferentes bairros da capital, efetivação da legislação de proteção ao menor, visando apagar "a lembrança de dias terríveis da grande mortalidade infantil"), era feito um pedido de reforço da propaganda em prol da primeira infância. (78)

/..

(75) PASCARELLI, Vicente - op.cit. pp. 31-36

(76) PASCARELLI, Vicente - op.cit. pp. 73-99

(77) PASCARELLI, Vicente - op.cit. pp. 37-78

(78) PASCARELLI, Vicente - op.cit. pp. 100-107

A segunda das teses, de 1927, como a primeira, ao lado de uma exposição técnica sobre as causas da mortalidade infantil em São Paulo (obs - téticas, mórvidas e sociais - maternidades clandestinas, abandono do recém-nascido, provocação de aborto, infanticídio, a miséria, a luta pela vida da gestante, forçada a trabalhos profissionais principalmente nas fábricas...) e "os principais aspectos do problema pré-natal" (79) descrevia o que se fazia em São Paulo com relação à higiene pré-natal enfatizando a necessidade de proteção à mulher grávida operária e controle de saúde do operariado feminino em geral. (80) O problema da mortalidade infantil, vital para a nacionalidade, teria sua resolução parcial em uma legislação efetivamente protetora da mulher operária, especialmente da gestante. Os Serviços de Higiene Infantil e Pré-Natal e os centros de saúde da capital constituiriam praticamente os únicos serviços organizados de proteção à criança e à mulher operária gestante, tendo sua instituição entre 1924-1925 diminuído o coeficiente de mortalidade de crianças menores de um ano por causas pré-natais, natais e neo-natais. (81) Assim, juntamente com aplicação de medidas mais diretas de proteção (reafirmava-se que a Fábrica Maria Zélia era a única a dispensar proteção à mulher grávida e à criança filha de operários, estando no entanto com seus serviços paralizados desde 1926), era solicitada uma maior ampliação dos serviços de caráter técnico-preventivo, com vistas à sua racionalização e adequação.

Tese de 1932, sobre o "momentoso assunto - Escolas ao Ar Livre" (82) afirmava em sua introdução que os cuidados com a infância ocupavam cada vez mais espaço em função de uma preocupação com o "futuro da raça" uma vez que os governantes teriam percepção mais clara que "o enriquecimento da nação tinha

/..

(79) QUINTANILHA, Ivo Lindenberg - Higiene Pré-Natal, op.cit. pp.1-46

(80) QUINTANILHA, Ivo Lindenberg - op.cit. pp. 47-60

(81) QUINTANILHA, Ivo Lindenberg - op.cit. pp. 60-82

(82) AMARAL, João Ferraz de - Escolas ao Ar Livre (Contribuição para o Estudo do Problema de Higiene Escolar em São Paulo), São Paulo, Estabelecimento Gráfico Rossolino, 1932, p.3

sua base necessária nos cuidados da criança", sendo no Brasil precária a situação com respeito ao atendimento da criança: "É de lamentar, contudo, que, entre nós, esses empreendimentos visem quase exclusivamente a primeira infância, impressionados os seus promotores com as altas cifras da mortalidade infantil"⁽⁸³⁾. De qualquer modo, para o médico-higienista os cuidados da criança não teriam mais um caráter de benemerência ou caridade mas um caráter altamente pragmático:

"Sabe o povo norte-americano, eminentemente prático e utilitário, que, nos cuidados de proteção à infância reside, antes de mais nada, uma transcendente razão econômica: a criança é um valor em latência digno do maior apreço.

Tem-se ideia clara desse valor quando se medita sobre o desperdício que é para a nação a porcentagem de vidas que anualmente se perdem, por causas que, em grande parte, poderiam ser evitadas mercê de oportunos cuidados higienicos" (84)

A escola ao ar livre era sugerida como arma de combate à debilidade infantil fazendo-se um histórico do desenvolvimento das escolas ao ar livre na Europa e seu crescimento nos fins da década de vinte e inícios de trinta. À uma descrição quase calamitosa "do estado sanitário" dos escolares da capital e da assistência médico-pedagógica e higienica⁽⁸⁵⁾, seguiam-se propostas de proteção ao escolar pobre e proletário: criação, efetivação ou extensão de

/..

(83) AM.R.L, João Ferraz de - Escolas ao Ar Livre - op.cit. pp.3-6

(84) AM.R.L, João Ferraz de - op.cit. pp.5-6

(85) AM.R.L, João Ferraz de - op.cit. pp.46-64

A ineficiência do serviço de inspeção médica escolar do Estado (1916) pela exiguidade de dotação orçamentária e pela absoluta falta de pessoal era denunciada seguindo-se os resultados de um inquerito realizado pelo Instituto de Higiene entre 1930/1932 sobre as "condições sanitárias" dos escolares na capital do estado onde se tomava como referência o Grupo Escolar do Jardim America, bairro relativamente novo e "classe média". Os resultados alarmantes faziam pensar no que aconteceria na Luz, Brás, Belém, Lapa, Mooca, bairros populosos, pobres e operários. As condições de habitação dos escolares do Jardim America (10% moraria em cortiços) eram consideradas deficientes e elevado o numero de sífilíticos, portadores de verminoses, subnormais físicos etc... o que demandaria a implantação de uma assistência médico-higienica eficiente para os jovens em idade escolar, particularmente nos bairros proletários...

inspeção médica escolar, parques de diversões (o único existente era o Parque D. Pedro II), colônias de férias, copo de leite, centros de saúde (ainda apenas três existentes em São Paulo), escolas ao ar livre nas zonas mais populosas e pobres da cidade... Para os filhos dos proletários a simples permanência na escola salubre já seria um benefício incontestável, subtraindo-os de meios nocivos, de convivências suspeitas ou pouco sadias... A sua segregação de "meios malsãos", a prevenção de moléstias infecciosas, especialmente a tuberculose, a formação da sua mentalidade nos ideais da higiene e da eugenia eram os objetivos buscados. (86)

Tese do mesmo teor em 1932 onde se comparava, desfavoravelmente, as crianças de São Paulo frequentadoras dos serviços de assistência pública e privada, quanto ao peso e estatura, com as crianças alemãs, indicava a disciplina, o exercício físico, a alimentação como solução para um crescimento sadio (87) e a diminuição de diferenças raciais...

Conforme foi destacado, o discurso técnico-científico dos médicos higienistas que centraram seu interesse na questão da saúde nos meios proletários ocorria paralela e conjuntamente à reorganização da administração sanitária em São Paulo, que com o respaldo do Instituto de Higiene, visava uma racionalização dos serviços de higiene e saúde, em especial aqueles destinados à população operária e pobre da capital. A intenção preventiva e educativa dos serviços instituídos na década de vinte correspondia ao desejo de controlar em níveis "satisfatórios" a saúde em um centro industrial que crescia aceleradamente. Os sonhos eugênicos e as esperanças de um proletariado forte, sadio, disciplinado, dentro dos ideais higienicos não estiveram ausentes. Pressente-se, no entanto, nas iniciativas modelo que se instituem em termos de serviços, nos anos vinte, quanto à saúde pública e "saúde popular" o início de um gigantismo e uma burocratização crescentes do aparato administrativo, de eficácia

/..

(86) AMARAL, João Ferraz de - op.cit. pp.64-76

(87) AZEVEDO, Emma de - Contribuição para o Estudo do Peso e da Estatura das Crianças em São Paulo, São Paulo, 1932 (Tese apresentada a Faculdade de Medicina de São Paulo em 7/04/1932) - (82 pp.) mimeo. s/ed.

certamente duvidosa.⁽⁸⁸⁾ A propaganda higienica e a educação higienico-sanitária, por exemplo, preconizada nos vários estudos e pesquisas, desenvolvida pelos serviços públicos de higiene e saúde, com a orientação do Instituto de Higiene e o concurso de educadores sanitários, podem ter tido eficiência no controle do operariado através da imposição de normas para sobrevivência em ambientes declaradamente hostis e agressivos à saúde mas se revelavam inócuas para a melhoria da saúde da população pobre e trabalhadora uma vez que os problemas sociais de fundo se recolocavam de maneira cada vez mais grave com o crescimento urbano e industrial. Por outro lado, a "ignorância higienico-sanitária" do proletariado urbano afirmada em vários foros deslocava as questões básicas referentes à sua saúde, sustentando programas às vezes delirantes em suas intenções educativas.

De qualquer forma, a assistência médica e higiênica à população pobre e operária, de caráter público ou não, ainda que de reduzidas proporções até a década de trinta, visava minimizar questões cruciais colocadas para os poderes constituídos em diferentes esferas e se buscava crescentemente uma "racionalidade" que assegurasse a manutenção de uma ordenação social cuja desigualdade a faceta urbano-industrial de certa forma acentuava. A "racionalidade" da assistência médica e higienica ao proletariado industrial e urbano em São Paulo se expressaria no maior aparelhamento e organização de serviços públicos cuja validade e legitimidade eram conferidas pelo respaldo de instituições de caráter técnico-científico.

Os problemas de saúde dos trabalhadores industriais e urbanos na cidade continuavam a se agravar a despeito da montagem de um aparato administrativo "mais racional e científico". As intenções eugenicas continuaram a nortear os estudos e as propostas ao longo dos anos trinta:

"A tuberculose pulmonar, doença de fundo eminentemente social, atinge de preferência as classes menos abastadas. Sua ação destrutiva é notada com maior frequência nos meios operários, cujo nível de vida é

/..

(88) VIEIRA, F. Borges - "Administração Sanitária de São Paulo" em São Paulo Médico (órgão científico da Classe Médica Paulista) São Paulo, 1932. (Janeiro) Ano IV, vol.2, nº 3, pp.501-526

baixíssimas em virtude das condições econômicas atuais, requerendo, por isso, dos poderes administrativos do Estado e do Município o máximo interesse em benefício do bem estar da coletividade e em prol da eugenia da raça".

"Por ser a tuberculose de disseminação fácil na população infantil de nosso meio operário, não só pela maior receptividade, como também pelas condições precárias de higiene, alimentação deficiente e outros fatores parecem-nos necessário providências urgentes para que se proceda a melhor profilaxia, protegendo deste modo a saúde da criança na qual repusa o futuro do país" (89)

À tendência preventiva e educativa da medicina no sentido da higiene e saúde pública (quaisquer fossem os resultados concretos que tivesse favorecido) se contrapunha, de certa forma, a postura médica no campo da higiene mental. Em nome de ideais eugênicos também falaram os especialistas na década de vinte mas sua visão era acentuadamente xenófoba em relação aos trabalhadores e o "saneamento físico e mental" buscado pela Liga Paulista de Higiene Mental e pela Liga Brasileira de Higiene Mental implicava no controle da imigração e as cogitações de ordem social eram mais raras. Estando o "governo do Estado empenhado na solução do problema da organização racial" os médicos psiquiatras insistiam em atribuir ao trabalhador imigrante a responsabilidade pelas "altas taxas de insanidade" do Hospital do Juqueri. (90)

"Sem dúvida, a mudança de hábitos, de costumes, de meio, de nutrição, de clima, o "struggle for life" representam causas hostis ao alienígena. Entre os imigrantes, que entram pelos diversos portos do Brasil, quantos não são instáveis, desequilibrados, psicastenicos, degenerados, sífilisados, alcoolatras, homicidas? A eugenia reclama contra o abandono deste magno problema, vital para a formação de uma raça sã dia.

/..

(89) FERREIRA, José Martins - "As Vantagens do Recenseamento Torácico da População Infantil de São Paulo e a Profilaxia da Tuberculose Pulmonar" - in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura, 1937, nº 41, pp. 279-280

(90) VIEIRA, Francisco Marcondes - "Imigração e Higiene Mental" - Arquivos Paulistas de Higiene Mental, São Paulo, Oficinas Gráficas do Hospital Juqueri, 1928, Ano I, nº 1.

A idéia da efetivação e da criação de postos para o estudo, observação, exame físico e, principalmente, mental de imigrantes, deve constituir uma das grandes aspirações da Liga Paulista de Higiene Mental que, desta forma, dará o seu primeiro passo para "prevenir pela seleção imigratória a entrada de predig postos e psicopatas de outras nacionalidades"(91)

Textos como esses dos especialistas da higiene mental não eram raros. O proletariado, os empregados domésticos "classes em que a cultura física e moral era deficiente" eram vistos como doentes mentais em potencial e a solução educativa, embora não estivesse ausente, era minimizada.

Uma postura mais pragmática que insistia na importância da higiene do trabalho, na regulamentação da lei das oito horas de trabalho e da lei de férias para a garantia do equilíbrio psíquico, preservando a aptidão para o trabalho, apenas se delineava. (92)

As iniciativas em relação à saúde e higiene da classe trabalhadora das diferentes instituições existentes na cidade, de "franca benemerência" ou de cunho "pragmático e técnico-científico" revelavam uma visão que se assemelhava em certo sentido: degenerado física e moralmente, socialmente perigoso, o proletariado devia ser progressivamente "civilizado" não só em nome da harmonia social mas em função de razões de estado e questões econômicas.

(91) ALVIM, James Ferraz, ELLIS Junior, Alfredo - Profilaxia do Suicídio, Arquivos Paulistas de Higiene Mental, São Paulo, Oficinas Graficas do Hospital de Juqueri, 1928, Ano I, nº 1, p.19

(92) GUERNER, Fausto - "Educação dos Povos - Meios de Divulgação das Medidas Tendes a Restringir as Psicopatias" in Arquivos Paulistas de Higiene Mental, São Paulo, Oficinas Graficas do Hospital de Juqueri, 1928, Ano I, nº 1, p.11

2.4 - DISCIPLINAR O LAZER / ADEQUAR A EDUCAÇÃO AO MEIO OPERÁRIO

A imprensa operária em São Paulo denunciou com alguma veemência no final dos anos vinte e inícios dos anos trinta, a presença mais concreta e efetiva da classe dominante nos bairros operários, nas suas associações recreativas, em seus clubes de esportes, futebol... e a presença mais efetiva de instituições como a Igreja no controle da vida operária.⁽⁹³⁾ Não há dúvida que um domínio mais direto sobre a vida do operariado por parte das classes dirigentes e instituições fora dos locais de trabalho tentou se estabelecer de inúmeras maneiras à medida que o proletariado surgia como força social importante na cidade, configurando ameaça velada ou aberta para a ordem constituída.

A Vila Operária Maria Zélia (no final dos anos vinte, Vila Scarpa, do Cotonifício Scarpa) que tinha toda a sua vida social dirigida pela indústria (festivais eram oferecidos aos operários com o auxílio da igreja local; possuía escola, creche, capela no seu interior) constituiu o exemplo mais extremado de uma forma direta de controle e certamente quase que único na capital do estado.

O que a imprensa operária registrava, na verdade, era um empenho sutil e menos repressivo junto ao operariado ao longo da década de vinte e inícios da década de trinta, por parte de instituições, grupos dirigentes, poderes públicos municipais e estaduais. Iniciativas desse tipo, cuja intenção de controle e "domesticação" era às vezes explícita, ocorreram também em relação ao lazer e educação do operariado industrial e urbano em São Paulo.

/..

(93) A Flebe - 25/6/1927, 14/1/1933, 25/2/1933, 10/6/1933, 10/2/1934.

O Trabalhador Gráfico - 1/3/1928, 25/5/1928, 1/7/1928, 7/2/1929 e outros.
Alguns trechos expressivos:

"a burguesia se aproveita desse fato para canalizar todos os jovens das fábricas para os seus clubes... Se o clube é de uma fábrica, é o nome da fábrica e a cor da fábrica que defendem; a burguesia cultua neles a paixão e a luta contra a juventude das outras empresas" - O Trabalhador Gráfico - 25/5/1928 cu:

"Atualmente são três os meios infalíveis que os ricos exploradores das misérias e necessidades do povo, empregam para tornar a classe operária uma massa bruta: o esporte, o padre e a política. Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha o campo de futebol, a igreja e os gorjetados incitadores políticos" . A Flebe - 23/1/1933.

Os meios operários foram vistos por instituições e grupos dirigentes desde os fins do século XIX como extremamente perniciosos para a "moral e disciplina do trabalho", focos de agitação e revolta social. Hábitos operários no escasso tempo de lazer eram considerados vícios e a recreação do operariado era considerada "improdutiva". O trabalho do menor nas fábricas foi muitas vezes justificado social e moralmente pela intenção de retirá-lo de meios "malsãos" e viciados. Alguns grandes estabelecimentos industriais em São Paulo na década de dez junto às vilas operárias construídas para habitação de mestres e contra-mestres edificaram todo um aparato destinado à recreação de quem era necessário reter e controlar na produção^(*). Iniciativas deste porte em relação ao operariado industrial como um todo raramente se concretizaram. Instituições como a Igreja ofereceram sempre a alternativa das festas religiosas, quermesses, procissões e romarias nos bairros pequenos, pobres e operários da capital, como lazer.

Na década de vinte e inícios da década de trinta à uma retórica que se mantém em grande parte inalterada quanto à necessidade de um "lazer mais saudável e produtivo" para o operariado no sentido de torná-lo mais "disciplinado e ordeiro", esboçam-se iniciativas, até certo ponto, frequentes, de "disciplinar seu lazer"⁽⁹⁴⁾. Essas iniciativas se traduzem no patrocínio do futebol de várzea e do esporte, nas realizações que a Igreja com o respaldo de associações femininas e de "benemerência" tentava realizar nos "meios proletários" de maneira mais organizada,⁽⁹⁵⁾ e em algumas iniciativas-modelo que os

/..

(*) Exemplos mencionados com as devidas referências no item 2.2 deste capítulo.

(94) Alguns autores discutiram a organização do lazer como taylorização do tempo livre para aumento da produtividade - Talvez na São Paulo dos anos vinte e inícios dos anos trinta fosse esse o sentido mais preciso de certas iniciativas quanto ao lazer do operariado.

(95) "Diversões para Filhos de Operários - Por iniciativa do Revmo. padre - foi inaugurado domingo passado à rua... um "play-ground" para os filhos dos operários do Belenzinho. É esta a primeira realização de um vasto programa de iniciativas sociais que entre a classe operária daquele bairro se cogita executar, com o auxílio de dedicadas cooperadoras e sob os auspícios das mais representativas associações femininas de São Paulo" - O Operário - 11/6/1933.

serviços públicos iniciam na cidade para a recreação das "crianças pobres e operárias" (Parque Pedro II - parque infantil).

A atuação da Igreja através do Centro Operário Católico Metropolitano que tinha "filiais" nos diversos bairros operários (Lapa, Moóca, Penha, Barra Funda, Itaquera, Ipiranga, Brás) e as iniciativas-modelo dos "parques públicos infantis" permitem aproximação interessante.

O Centro Operário Católico Metropolitano, cuja constituição e desdobramento já foram relatados anteriormente neste capítulo, buscava um tipo de atuação mais organizada nos meios operários, através de doutrinação, realizações "sociais", promovendo e estimulando obras de "benemerência" e caridade mais dirigidas com o concurso financeiro de várias associações e de grupos religiosos de diferentes setores sociais. Principalmente no final dos anos vinte e início dos anos trinta, em função da propaganda pela sindicalização operária católica (ligada à Liga Eleitoral Católica) promoveu frequentemente "festais sociais" nos bairros operários com o concurso de várias associações católicas. Seu jornal O Operário pretendia ter um empenho educativo e recreativo junto ao operariado⁽⁹⁶⁾. O Centro anunciava como atrativo, para obtenção de inscrições operárias, "honestas diversões", que muitas vezes constituíam conferências sociais e educativas (temas como "Alegria no Trabalho", "A Higiene no Lar como Fator de Felicidade", "A Mulher no Lar" não eram raros. O Operário - 30/07/1933; 25/02/1934). Inquéritos às vezes eram realizados através do semanário O Operário sobre o divertimento preferido da mulher operária na seção Cantinho das Operárias e o encantamento mediante as respostas recebidas era tanto maior quanto maior fosse a ênfase na predileção "de ginástica, esporte, passeios ao ar livre e outros divertimentos sadios..." O caráter mais "pragmático" da atuação do Centro no sentido de promover realizações festivas e assistenciais para o operariado em função da propaganda pela "sindicalização operária católica" não pode obscurecer o sentido de continuidade de um tipo de atuação que a Igreja

/..

(96) Junto aos ricos o semanário católico O Operário pretendia ter uma missão conscientizadora no sentido de obter sua ajuda para construção de escolas gratuitas e auxílios para os operários doentes e desempregados, etc..
O Operário - 16/10/1932.

passara a desenvolver através de alguns de seus setores, centros e associações em relação à classe operária na capital, onde a benemerência e a caridade não tinham intenção apenas contemporizadora mas transformadora. O Operariado, a classe trabalhadora, através de uma ação preventiva quanto aos hábitos e à moral, que divertimentos sãos e educativos também propiciavam, constituiria força harmonica e não antagonica para a ordenação social vigente.

A disciplina do lazer, em função de uma maior adequação ao trabalho e à vida em um centro urbano que se industrializava e expandia de maneira crescente, foi buscada pelos poderes públicos de forma "idealizada" nos cuidados formativos com a criança, principalmente a dos meios proletários. As pretensões eugenicistas que acompanharam os programas de saúde pública, em particular os destinados aos meios pobres - "degenerados física e mentalmente" - tiveram seu lugar nos intuitos de preparação e preservação da criança pobre e proletária através de um meio-ambiente sadio. As teses dos higienistas que deram lugar à estruturação de serviços de educação e propaganda sanitária particularmente nos meios pobres ensejaram também a criação do centro pioneiro de recreação - Parque Infantil Pedro II - nos anos vinte, cujo desdobramento, nos anos trinta, foi o "programa de parques infantis" destinados aos filhos de operários onde a idéia de um lazer dirigido e de caráter disciplinador e formativo foi desenvolvida, implicando na divisão, aumento e reorganização do aparato administrativo municipal.

Em 1934 era criada uma Comissão de Recreio Municipal que se justificava pelos considerandos de que a organização de um sistema de recreio era dever social e do poder público não constituindo atividade inútil ("grandes forças morais e espirituais do país dependendo em grande parte da maneira pela qual são empregadas as horas de descanso dos seus cidadãos") tendo sido a experiência de recreio organizado do Parque Pedro II frutífera.⁽⁹⁷⁾ Em janeiro

/..

(97) "Atos Oficiais" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Ano I, Vol. III, (agosto) 1934, pp. 99-100.

de 1935 criava-se o Serviço Municipal de Jogos e Recreios para crianças cujas atribuições seriam localizar, organizar e instalar os parques de jogos infantis e orientar todos os serviços relativos à sua construção e aparelhamento (de preferência deveriam ser localizados perto de escolas, "casas de apartamento" e nos bairros operários). Justificava-se a medida pela importância moral e espiritual que tinha para a Nação a utilização do modo de descanso de forma saudável - grande alcance moral e higienico; os jogos criariam valores como a solidariedade, comunicabilidade e cooperação; as praças de jogos contribuiriam para a educação higienica e social, estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais sendo meio poderoso de afastar as crianças de bairros pobres dos focos de maus hábitos, vícios e criminalidade, etc... (98)

Com a criação do Departamento de Cultura e Recreação, este serviço passaria a ser uma de suas Divisões - Educação e Recreios - composta de secções de Parques Infantis, de Campos de Atletismo, Estádio e Piscinas e de Divertimentos Públicos. A secção de Campos de Atletismo, Estádio e Piscinas (ainda a ser instalada) tinha como função construir sobretudo nos bairros operários, campos para atividades atléticas, ginásticas e esportivas, a fim de "desviar, dos ambientes improdutivos ou prejudiciais, os operários em folga no tempo disponível que lhes faculta o regime de trabalho". (99)

/..

(98) "Atos Oficiais" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Ano I, Vol. IX, fevereiro de 1935, pp.157-162.

Uma Comissão Municipal de Recreio - órgão deliberativo e consultivo - teria como componentes um representante do Serviço Sanitário do Estado, da Diretoria de Ensino do Estado, do Departamento de Educação Física do Estado, o diretor do Instituto de Higiene, professor do Instituto de Educação da USP e representante de associações de assistência e proteção à infância.

Um higienista ou educador seria responsável como chefe pelo serviço.

(99) "Atos Oficiais" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Ano I, Vol. XII, 1935, pp.229-241.

O caráter preventivo-educativo-utilitário dos parques infantis como forma de recreio organizado para os filhos de operários foi constantemente reafirmado na década de trinta.⁽¹⁰⁰⁾ Os parques infantis deveriam constituir ainda laboratório para inúmeras pesquisas e inquéritos dentro do espírito da "racionalidade-científica" geral do período.⁽¹⁰¹⁾ Os três parques infantis existentes, Pedro II, Lapa, Ipiranga, deram margem à uma retórica delirante mas bastante expressiva e informadora de um período:

"São filhos de operários - sim para eles são feitos os parques - que, tendo frequentado a escola pela manhã, vem a tarde ao parque e já não querem outra vida, senão esta que o governo lhes dá em lenta e eficiente obra de educação social. Quanto pagam? Nem um vintém! E o calção? O primeiro dá-lhes o Departamento de Cultura. Outros, por conta própria, uma ninharia... E o leite? Gratuito. Banho, ginástica, professores e monitoras, tudo sem despesa de centil".

"De fato, para os filhos de operários de São Paulo, são pedaços de céu os parques que o Departamento de Cultura lhes oferece" (102)

/..

Por exemplo:

(100) MIRANDA, Nicanor - "Plano Inicial da Secção de Parques Infantis" - Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Dept^o de Cultura e Recreação, 1936, nº 21-pp.95-98

-----"Parques Infantis - Uma Opinião Nacional in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Dept^o de Cultura, 1937, nº 35-pp.272-274.

Inúmeras referências elogiosas e justificadoras dos parques infantis como forma de recreação disciplinadora e útil são encontradas em vários números da Revista do Arquivo Municipal no período.

Por exemplo:

(101) LOWRIE, Samuel - "Origem da População da cidade de São Paulo e Diferenciação das classes sociais", in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, - Departamento de Cultura, 1938, nº 43 (pp.195-212) -

LOWRIE, Samuel - "Ascendência das Crianças Registradas no Parque D. Pedro II" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura, - 1937, nº 39, (pp. 261-274)

Demonstrava-se nesses estudos serem crianças filhas de operários as frequentadoras dos parques infantis.

(102) -----"Parques Infantis: Uma Opinião Nacional", op.cit., pp.272;274.

Desqualificando politicamente o período anterior a trinta, de maneira indireta, Afranio Peixoto em visita a São Paulo, após referências altamente elogiosa aos parques infantis, às realizações daquele Departamento "encantado" (o da Cultura), dizia: "E penso, complexivamente: comunismo se combate com obras sociais e não com polícia".⁽¹⁰³⁾

"Concursos de Decoração Proletária", bibliotecas para os bairros operários,⁽¹⁰⁴⁾ Clubes de Menores Operários⁽¹⁰⁵⁾ reafirmavam as intenções do estabelecimento do Recreio "produtivo" e "disciplinador" para o operariado e - seus filhos, visando retirar principalmente as crianças operárias do "ambiente nocivo ou pernicioso do lar proletário", ao longo da década de trinta.

Preocupações e iniciativas que se esboçaram direta ou indiretamente quanto à vida operária em São Paulo em seus vários aspectos, desde os fins do século XIX e que no decorrer dos anos vinte e inícios dos anos trinta tem uma particularidade e especificidade históricas próprias, faziam Mário de Andrade afirmar:

/..

(103) "Noticiário - O Departamento de Cultura" - in Revista do Arquivo Municipal - São Paulo, Departamento de Cultura, 1936, n.º 30, p.265

A respeito do deslocamento do discurso liberal no pós trinta há a excelente discussão de Kazumi Munakata - "Questão de Polícia" in Relatório final-Fapesp - 1980 - Mimeo. pp.24-32 (encontrada também em tese já defendida).

(104) AZEVEDO, Antonio Vicente - "Pela Cultura" - (discurso na Câmara Municipal - sessões de 23 e 25 de outubro de 1936) pp. 287-306.

Os concursos visariam a "estabilização do sentimento doméstico", enquanto a montagem "em pleno bairro do Brás de uma biblioteca operária" com conselheiros culturais, dotada de manuais técnicos e livros especializados, visaria "a orientação dentro de rumos honestos e seguros das classes obreiras".

(105) MIRANDA, Nicanor - "Recreação para a Criança Santista" (Transcrição de entrevista a O Diário, de Santos, e de palestra no Rotary Club) in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Ano V, Vol. II, 1938, pp.358-360.

"Os gramíneos transformaram-se em jardins cortados a meio pelas avenidas e pela sombra dos viadutos não há mais sapos. Nos jardins encontrareis recintos fechados com instrutoras, dentistas, educadoras sanitárias dentro. São os parques infantis onde as crianças proletárias se socializam aprendendo nos brinquedos o cooperativismo e a consciência do homem social" (106)

Nem uma cidade que se caracterizava como centro industrial da vez mais importante, a educação do operariado foi preocupação constante. A questão da "educação" nos meios operários pode ser vista sob muitos ângulos. Houve um empenho "educativo" de cunho geral e difuso em relação ao operariado no sentido de sua "adequação" para o trabalho e cidadania que ultrapassou os marcos institucionais da escola. Como se viu, o próprio "tempo livre" do operariado tentou ser organizado de forma "educativa".

Nas escolas, no entanto, o operariado e seus filhos foram educados de maneira mais organizada e dirigida. Nas escolas profissionais e escolas noturnas públicas da capital, nas escolas profissionais particulares existentes em São Paulo ligadas ou não a estabelecimentos industriais (a Escola Profissional do Liceu Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, teve na década de vinte bastante importância tendo suas oficinas gráficas se aparelhado com o decorrer do tempo) era especificado um tipo de instrução que visava a qualificação do operariado para o trabalho, buscando atender a médio e longo prazo às necessidades da produção. Nas escolas primárias da rede pública da capital as crianças filhas de operários recebiam instrução regular. Nas escolas mantidas por instituições como a Igreja destinadas aos operários e pobres se veiculava instrução regular e religiosa e às vezes o ensino técnico tentava ser ministrado.

Nos diferentes tipos de escolas frequentados pelo operariado e seus filhos, de cunho profissionalizante ou não, tratava-se de educar o operariado e seus filhos no sentido de sua preparação para a vida social, de sua "adaptação social", retirando-os dos "meios nocivos", dos centros de "recreação improdutiva".

(106) ANDRADE, Mario - "Dia de São Paulo" (discurso de Mario de Andrade no dia do aniversário da cidade) in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Dptº de Cultura, 1936, nº 19 - (pp.271-274).

III - UM POSSÍVEL CONTRAPONTO - A IMPRENSA OPERÁRIA

3.1. A IMPRENSA OPERÁRIA COMO FONTE E ÓRGÃO DE LUTA

A imprensa operária coloca-se, enquanto fonte, como uma das opções possíveis para se captar a resistência do operariado no final dos anos vinte e inícios dos anos trinta na cidade de São Paulo, onde o poder passa a aliar a um controle diretamente repressivo, empenhos mais persuasivos em relação à população operária e pobre da capital. (1)

A imprensa operária do final dos anos vinte e inícios dos anos trinta constitui enquanto corpo documental um contraponto às fontes ligadas ao poder onde a dominação e o controle social são, quase sempre, temas recorrentes. Os jornais de tendência anarquista, anarco-sindicalista, comunista ou jornais de sindicatos, dos pequenos grupos socialistas ou anti-fascistas eram parte integrante do cotidiano da cidade e do ponto de vista dos trabalhadores viam seus problemas. No período, o semanário católico do Centro Operário Católico do Metropolitano O Operário via ainda em alguns desses jornais fonte de perigo à agitação no meio operário:

"Entretanto, não se explica como e porque se permite a impressão e a circulação franca, nesta capital, de vários órgãos proletários nos quais a propaganda da anarquia e do comunismo é feita abertamente e permanece exposta a público nas bancas de venda de jornais e revistas" (2)

A chamada imprensa operária ou pequena imprensa do final dos anos vinte e inícios dos anos trinta foi veículo dos interesses do operariado industrial e urbano e através de sua leitura se pode dimensionar como eram pro

/..

(1) Essa imprensa, bastante importante nos inícios do século, reapareceu de maneira mais regular entre 1926-1927 em São Paulo

(2) O Operário - 22/7/1934.

postas formas de luta e resistência organizada para a classe trabalhadora no cotidiano. O discurso da chamada imprensa operária deixa entrever, além da realidade de uma "condição operária", contrapontos de diversas ordens às iniciativas do poder. Embora divergentes quanto à orientação política a ser dada ao movimento operário ou à organização sindical ou partidária esses jornais, representando diferentes tendências políticas, apresentam no final dos anos vinte e inícios dos anos trinta, uma temática mais ou menos comum quanto ao trabalhador urbano e industrial e lhe conferem uma existência diferente daquela em prestada pelo poder. Sobretudo nunca foram estranhos ao meio proletário e fizeram parte da experiência de setores do operariado na cidade de São Paulo, correspondendo à uma prática política importante, como órgãos de arregimentação, mobilização, conscientização e denúncia.

Entre 1927-1934 muitos são os jornais operários de diferentes tendências políticas que conseguem mostrar o lado mais "cotidiano" das lutas pelo fortalecimento sindical autônomo, cumprimento da legislação trabalhista mínima existente, melhoria salarial, etc..., enquanto que através deles se pode dimensionar também as pequenas greves do operariado no período, por estebelecimento ou setor industrial, ou greves que envolveram a cidade de São Paulo como a greve dos gráficos de 1929⁽³⁾ e as greves de 1932.

/..

(3) A greve dos gráficos em São Paulo noticiada através da grande imprensa nunca poderia ser dimensionada sem o ponto de vista de O Trabalhador Gráfico, jornal ligado ao sindicato dos gráficos em São Paulo, porta-voz dos grevistas, que em vários de seus números relata a constituição do comitê de greve e suas atividades, a organização da greve, a resistência à repressão patronal e policial etc... Por exemplo: O Trabalhador Gráfico - 28/3/1929, 8/4/1929, 23/4/1929, 26/4/1929, 27/4/1929, 19/4/1929, 22/4/1929, 27/4/1929.

O próprio jornal constituiu, em muitos momentos, força de mobilização operária e instrumento de greve a medida em que veiculava informações destinadas a manter coesos os trabalhadores gráficos face às investidas patronais e policiais.

A greve dos operários textéis na capital, por exemplo, que se inicia em 1932 com a movimentação dos trabalhadores da Italo Brasileira (única que observava as 8 horas diárias de trabalho - a maioria das fábricas textéis em São Paulo exigiam de 9 a 10 horas de trabalho diário - e que, no entanto, estaria pensando em estender o horário de trabalho) foi minuciosamente relatada, através de diferentes jornais, em seu desdobramento. Com o apoio da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (José Righetti) o movimento foi conseguindo adesão de operários de fábricas de tecidos, tendo a União enviado memorial ao Ministro do Trabalho, onde se denunciavam os métodos empregados pelos industriais textéis para aumentar a jornada de trabalho (comissão de elementos ligados às direções das empresas pediria aumento de trabalho em nome de todo o operariado da fábrica, havendo por parte dos estabelecimentos em seguida, imposição "pura e simples" do aumento da jornada sem correspondente aumento nos salários), as atitudes grosseiras e violentas por parte de alguns donos de estabelecimentos textéis etc... A atitude de certos industriais, face à agitação, era denunciada pelos pequenos jornais, pois tentariam contornar a situação, adotando nas fábricas um duplo turno de trabalho...; a participação do coronel Rabello (intervenor em São Paulo) que "estaria disposto a auxiliar o operariado textil", era noticiada... A vitória dos operários da Italo Brasileira, a dispensa de 1500 operários da Fábrica Jafet, a "impotência" do Ministério do Trabalho em resolver os "conflitos entre capital e trabalho", etc... iam compondo o noticiário sobre os operários textéis.

A resistência dos sindicatos operários às crescentes tentativas de incorporação oficial, à intervenção estatal nas questões do trabalho, à carteira profissional, aos certificados médicos nos locais de trabalho tem outro viés através dessa imprensa:

"A República Getulista, cheia de "amigos dos trabalhadores" - promoveu a criação de uma burocracia permanente com a missão de convencer a classe trabalhadora de que deve limitar suas aspirações, a nivelar o mais possível o salário com o custo da vida moderna, deixando ao Estado como árbitro, em este caso, a defesa do salário, regulamentação das horas de trabalho e demais medidas tendentes a estabelecer relações harmonicas entre o capital e o trabalho." (4)

"Dentro do perímetro urbano da capital paulista, realizou em um ano, 30 comícios de propaganda e protestos, distribuiu acima de 100 manifestos e publicou um boletim especial na grua dos operários em fabricas de tecidos. Em consequencia de sua atividade é, não ter o Ministério do Trabalho nem o Departamento Estadual do Trabalho, tirar partido das organizações operarias, e se não tivesse sido o desvioamento de alguns militantes que se declararam colaboracionistas, este último não teria conseguido colocar uma so caderneta profissional, nem interferir - em nenhuma questão entre os patrões e os operários". (5)

/..

(4) O Trabalhador Vidreiro - 14/11/1931 - Ano I - nº 1

A nova "casta de parasitas" contaria inclusive com a colaboração de elementos ligados a atividade sindical no passado e era denunciada no mesmo numero: "Os colaboracionistas, partidarios da Lei de Sindicalização, do Código Collor, das entrevistas com os ministros, dos auxilios das Legiões, da proteção dos generais, das Representações nas Caixas de Aposentadoria e das Secções Recreativas e esportivas dentro dos sindicatos, já deveriam ter sido denunciados aos trabalhadores e a Fosp..." (p.2)

(5) Texto relativo às realizações da FOSP durante o ano de 1931/1932 - O Traba
lhador - Ano I - nº 4-5, março/abril-1932 (jornal de tendência anarquista)

O Internacional (Órgão dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, confeitarias, Bares, Cafés e classes anexas) entre os anos de 1927-1929 denunciava a imposição da carteira sanitária, (carteira de saúde para possibilidade de ingresso nos locais de trabalho), a hipocrisia do Serviço Sanitário, a corrupção dos fiscais da Saúde Pública⁽⁶⁾ enquanto outros jornais no período entre 1930-1934 atestavam a resistência contra a Lei de Sindicalização e caderneta profissional⁽⁷⁾. Alguns enfaticamente criticavam a "política oficial como um todo" entre os anos de 1930-1935, colocando a adesão de alguns sindicatos ou setores operários à essa política como traição inexplicável, caso do pequeno jornal anarquista Alba Rossa, publicado em língua italiana que em 1934 insistia:

"... ma é indispensabile consagrarsi tutti al movimento, La colpa non é dei tempi, né, della povertà nostra, poiché tempi e povertà in vece dovrebbero incitarci ad un'azione, più intensa. La colpa é della nostra indolenza, della depressione che é in noi e che non potremo superare se non con un deciso sforzo di volontà. Ancora una volta: bisogna volere"...

Lavoratori!

"Intrattenersi, in questo momento a parlare di otto ore e di salari minimi, di deputati operai e di riforme costituzionale, sarebbe un suicidio, un tradimento. Aumenta giorno per giorno la disoccupazione, le industrie si arrestano, la crisi aumenta ed il costo della vita assurge ad un prezzo faboloso, accessibile solo a coloro che si sono arresi in un lungo furto continuato sulla fattica nostra" (8)

/..

-
- (6) O Internacional - por exemplo, nºs 1/12/1927 (Ano VIII - nº 123), 31/1/1928 (Ano VIII - nº 139), 1/7/1929 (Ano XI - nº 159) e outros...
- (7) Por exemplo, O Grito Operário (órgão semanal da Liga Operária da Construção Civil e do operariado em geral) - 22/4/1933; O Trabalhador da Light (órgão da União dos Trabalhadores da Light (F.O.S.P.) 1/1934; O Trabalhador - Julho/1932.
- (8) Alba Rossa (Periodico Libertário) Ano I - nº 1 - 1/5/1934.
- "...mas é indispensável consagrarmos-nos todos ao movimento. A culpa não é dos tempos, nem da nossa pobreza, uma vez que os tempos e a pobreza nos deveriam incitar, ao invés, a uma ação mais intensa. A culpa é da nossa indolência, e dessa depressão que sobrevive em nós e que não podemos superar a não ser com um esforço de vontade decisivo. Mais uma vez: é necessário querer... Operários!
- "Ocupar-se, neste momento, em falar de oito horas e de salário mínimo, de deputados operários e de reforma constitucional seria um suicídio, uma traição. Aumenta a cada dia o desemprego, as indústrias param, a crise aumenta e o custo de vida sobe com preços fabulosos, acessíveis somente aqueles que se enriqueceram através de roubo longo e contínuo às custas da nossa fadiga" - Era em seguida proposta ação constante de resistência, de defesa, de conquista e organização.

Jornais de língua italiana, de cunho antifascista, como o L'Italia (La Difesa), por outro lado, permitem que se dimensione aspectos da vida de pequenos grupos italianos ligados às preocupações operárias na cidade e permitem entrever de certa forma o "clima" político dos anos vinte e inícios dos anos trinta em São Paulo por outro prisma. Certa dimensão cultural "imigrante" que ainda envolve os setores médios ou operários na cidade pode ser captada através desses jornais e das atividades mantidas em salões de associações como das Classes Laboriosas, Lega Lombarda (Sociedade de Auxílio Mútuo, emprestava seus salões à reuniões sindicais), Federação Espanhola, em bairros populosos e operários como o Brás:

"Nel salone della Federazione Spagnola - Rua del Gasometro, 49 - si svolge il 27 corrente una riunione festiva popolare dedicata alle donne e - bimbe del Bras.

La distinta professora tenne una brillante conferenza su un tema d'interesse popolare. Furono distribuite cartoline illustrate de Serviço Sanitário.

Al termine della festa furono distribuiti dolci, libri e giocattoli ai bimbi, modelli di vestiti ni e stoffe alle madri" (9)

O Jornal L'Italia (La Difesa) que se definia como um diário de Homens Livres, embora afirmasse sua neutralidade quanto à política interna do país, fazia a defesa dos "seus operários": "Difenderemo, nei limiti delli leggi, gli interessi materiali e culturali di nostri operarie" (10). Apesar de seu cunho anti-fascista "noi restiamo puramente e semplicemente antifascisti italiani; la lotta antifascista é tale un compito da assorbire tutte le energie della nostra generazione" (11), tinha uma ação cultural e educativa /..

(9) "No salão da Federação Espanhola - Rua do Gasometro, 49 - houve uma reunião festiva popular dedicada às mulheres e crianças do Brás. A distinta professora..... fez uma conferência brilhante sobre um tema de interesse popular, dedicada às mulheres e crianças do Brás. Foram distribuídas cartolina ilustradas do Serviço Sanitário. Ao termino da festa, foram distribuídos doces, livros e jogos às crianças, moldes de vestidos as mães" - L'Italia-29/12/1931-(Ano VII - nº 390).

(10) "defenderemos, no limite das leis, os interesses materiais e culturais - dos nossos operarios" in L'Italia - 19/12/1931 (Ano III-nº 383) p.1

(11) "Nós continuaremos pura e simplesmente anti-fascistas italianos; a luta anti-fascista é de tal porte que absorve todas as energias da nossa geração" - L'Italia - 19/12/1931 (Ano III - nº 383) p.1

dirigida aos "seus" operários italianos "ci sforzeremo quindi di portare a conoscenza degli operari e dei contadini italiani quelle norme e quelle regole di profilassi energica ed efficiente che possono valere a presunirli e difenderli. Certo, anche la diffusione dei nostri conocimientos non sarà sufficiente allo scopo se "problema della salute" é spesso un problema economico, tutta via l'esatta consapevolezza ed importancia di esso può contribuire, se non altro, a risvegliare nei lavoratori una maggiore coscienza dei loro diritti e dei loro doveri"(12).

Em especial durante os anos entre 1931 e 1933, o diário L'Italia noticiou a movimentação operária na cidade de São Paulo e "instantâneos", "cenas" da vida operária na sua seção de "Crônica Paulistana", que, diffusamente, vão deixando entrever nuances do cotidiano operário (notícias de suicídios de operários por fome ou desemprego, assassinatos ou disparos cometidos por jovens operários contra gerentes de fábricas, acidentes de trabalho com operários, associações dançantes frequentadas por operários imigrantes, atividades culturais ligadas aos grupos operários anarquistas etc..)(13) /..

(12) "Nos esforcaremos assim para levar ao conhecimento dos operários e cidadãos italianos aquelas normas e aquelas medidas de profilaxia energica e eficiente que possam servir para sua prevenção e defesa. Certo, ainda que a difusão dos nossos conhecimentos não seja suficiente pois o "problema da saúde" é principalmente um problema economico, todavia, a exata compreensão e importância disto pode, se não por outras razões, despertar nos trabalhadores um maior conhecimento dos seus direitos e dos seus deveres" - L'Italia - 19/12/1931.

(13) Por exemplo: L'Italia - 22/12/1931 (Ano VII - nº 385); 26/12/1931 (Ano VII nº 388); s/d (Ano VII-nº 389); 29/12/1931 (Ano VII-nº 390); 10/2/1932 (Ano VIII-nº 426) e muitos outros.

Notícias inúmeras das atividades culturais realizadas por anarquistas em sedes sindicais são publicadas. Em geral o teor e tipo de atividades são ilustrados com o trecho abaixo sendo o italiano mantido nesta nota de rodapé por conferir certo "clima paulistano" existente no período em alguns meios ligados ao operariado:

"Conferenza di Isabella Cerruti all'Unione Operai Tessili"

Questa sera alle ore 20.30, presso la sede centrale dell'Unione degli Operai delle Fabbriche Tessili, sita in Largo S. José de Belém nº 23 si svolgerà un festival letterario - canzante. La prima parte del programma comprende una conferenza della stimata intellettuale libertaria Isabella Cerruti, sul tema "Os Desempregados"

Nella seconda parte, i noti cantori regionali "caipiri" signori Laureano e Soares, canteranno 1º) O diabo no mundo; 2º) Os Operários e os Patrões; 3º) A.B.C. do Soldado; 4º) Moda dos Tecelões.

Chiuderà la seconda parte la "Troupe Fazolin" con una serie di scene comiche e un dialogo di attualità sulla situazione della classe operaria. La terza parte dello scelto programma comprende un ballo famigliare, rallegrato dall'ottima banda musicali "União Belé" - in L'Italia - 16/1/1932 - (Ano VII - nº 405)

As comemorações do 1º de maio em São Paulo, nesses anos, pequenas paralizações em estabelecimentos industriais ou comerciais, referências aos vários sindicatos e Uniões, notícias sobre os gráficos, operariado textil, ferroviários, comícios operários nos diferentes bairros operários da Lapa, Brás, etc., notícias sobre constituição de Ligas Operárias por bairros (Penha, Água Branca, Vila Anástacia), sobre Ligas dos Sapateiros, Operários da Construção Civil, atividades culturais destinadas ao operariado italiano são ventiladas em vários de seus números⁽¹⁴⁾, além do noticiário sobre o movimento anti-fascista em São Paulo, de denúncias sobre o controle crescente dos "fascistas" nas associações italianas.

Como o L'Italia, o jornal Lo Spaghetto (de tendência de esquerda na colônia italiana) denunciava o controle que o "fascista" Matarazzo exercia sobre o Palestra Italia, que teria se tornado seu "feudo". Outras sociedades não esportivas como a Oberdan, a Barra Funda e o Hospital seriam administrados e tratados "come cosa sua". As sociedades italianas, por medidas "regulamentares" do consul italiano em São Paulo, teriam sido definitivamente deformadas em seu caráter, com exceção da Lega Lombarda (19/4/1932 - Ano III-nº 2) por volta dos anos trinta. As escolas italianas de São Paulo seriam sucuriais do "Fascio", mantidas sob o "controle e ordem de um partido político de um país estrangeiro". A "Giovinezza" seria o canto oficial das "escolas italianas em terra brasileira, escolas frequentadas por meninos brasileiros".

/..

Por exemplo:

- (14) L'Italia - 20/1/1932 (Ano VIII - nº 407); 22/1/1932, 26/1/1932 (Ano VIII nº 412; 6/2/1932 (Ano VIII - nº 422); 10/2/1932 (Ano VIII - nº 426); 11/2/1932 (Ano VIII - nº 427); 17/2/1932 (Ano VIII - nº 430); 19/2/32 (Ano VIII - nº 432); 23/2/1932 (Ano VIII - nº 435); 4/3/1932 (Ano VIII nº 443); 10/3/1932 (Ano VIII - nº 448); 25/3/1933 (Ano IX - nº 469); 14/7/1933 (Ano IX - nº 475) e muitos outros.

O noticiário antifascista presente nesse e em outros jornais compõe por vezes um painel hilariante quando a "luta antifascista" leva da pelos pequenos grupos italianos de diferentes tendências políticas é aliada às denúncias dos grandes industriais italianos (Crespi, Matarazzo, etc..) dos "grandes", de jornais como o Fanfulla, Piccolo,⁽¹⁵⁾ dando também dimensão de atividades políticas na cidade de São Paulo e no interior dos grupos antifascistas que desde 1927 até 1935 aumentam continuamente suas atividades, propiciando a apreensão de aspectos praticamente desconhecidos do clima político dos fins dos anos vinte e inícios dos anos trinta.⁽¹⁶⁾

- (15) LA DIFESA - (Orgno Bisettimanale dell'Antifascismo) - 16/1/1927 (Ano IV - nº 130); 20/1/1927 (Ano IV - nº 132); 27/1/1927 (Ano IV - nº 134); 27/2/1927 (Ano IV - nº 143); 27/3/1927 (Ano IV - nº 150); 4/9/1927 (Ano IV - nº 181) e praticamente todos os números de 1928; 1/1/1928 (Ano IV - nº 198) a 9/12/1928 (Ano V - nº 238); de 1929, 13/1/1929 - (Ano VII - nº 243) a 24/3/1929 (Ano VI - nº 257); de 1930 - 21/4/1930 (Ano VI - nº 257) a (?)/12/1930 (Ano VI - nº 336); de 1931 - 1/1/1931 (Ano VII - nº 337) a 18/4/1931 (Ano VII - nº 351); de 1933 - 28/10/33 (Ano XI - nº 476) a 13/12/1933 (Ano XI - nº 479); de 1934 - 6/1/1934 (Ano XII - nº 480) a 3/3/1934 (Ano XII - nº 488).

- (16) Como o L'Italia, La Difesa e outros jornais dos grupos italianos de cunho antifascista era o IL Risorgimento (organo della concentrazione antifascista - sezioni di S. Paulo) cujo diretor era Antonio Piccarolo (IL Risorgimento - Ano I - 13/12/1928 (nº 23), 20/12/1928 (nº 24) e Ano II - 10/1/1929 (nº 27) a 13/6/1929 (nº 49) - Diferentemente dos outros jornais, no entanto, que apresentam um difuso caráter socialista ou simpático ao anarquismo e fazem referências ao movimento operário em São Paulo, o Risorgimento tem um nítido caráter "Republicano-maçom". Todos esses jornais pertencem a grupos, ligas, ou "concentrações" antifascistas existentes em São Paulo que no final dos anos vinte e inícios dos anos trinta se unem a outros, comemoram o 1º de maio e desenvolvem algum programa assistencial.

3.2 - A QUESTÃO DA IDENTIDADE OPERÁRIA

Jornais ligados a sindicatos, de diferente orientação política, e de categorias profissionais diversas (chapeleiros, vidreiros, trabalhadores na "indústria" da panificação, garçons, comerciários, bancários, etc..) permitiam que se possa estabelecer algumas nuances entre os trabalhadores ou apreender alguns "momentos" de suas lutas do dia a dia, ou ainda, de maneira indireta perceber como se colocavam frente às demais categorias de trabalhadores, como viam os dirigentes e participantes do sindicato a "massa operária", etc..

Assim como os grupos dirigentes e o poder público produziam um tipo de trabalhador, como se viu no segundo capítulo, para estabelecer melhor controle e disciplina no meio operário, através da imprensa operária se produzia também todo um campo de representações do trabalho que se contrapunha às imagens veiculadas pelos setores dominantes da sociedade.

Uma "identidade operária" era afirmada e reivindicada através da imprensa operária face à "desqualificação" do trabalho, às condições "adversas" do mercado de trabalho. A desqualificação do trabalhador, que ocorria na prática e no nível do discurso do poder, era denunciada. Os jornais sindicais muitas vezes buscaram afirmar uma "tradição operária" como contraponto à desvalorização do trabalhador que se processava de muitas formas. Às vezes a tradição operária era situada em função do ofício, às vezes em função das jornadas de luta política. Outras vezes os sindicatos empreendiam campanhas para assegurar uma "dignidade profissional" ou para garantir empregos para a categoria que representavam. Alguns exemplos. O Trabalhador Vidreiro (órgão do sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros filiado à Federação Operária de São Paulo) colocava os vidreiros diferenciadamente em relação aos demais trabalhadores em um certo sentido em função da tradição, pois "desde os tempos memoráveis os operários vidreiros gozaram de jornada diferente e de salário

maior, porque embora a ciência não estivesse à altura atual, não se deixava de compreender que a natureza do serviço exigia menor duração e maior alimentação" salientando no entanto que no Brasil com condições climáticas diversas e pés simas condições de trabalho onde a jornada deveria ser mínima "os exploradores exigem oito horas e o governo "amigo dos operários" acha que é demais exigir outro horário", concluía entretanto, à maneira anarquista, afirmando serem os próprios vidreiros os responsáveis por tal situação.

"Não fossemos os vidreiros tão covardes, tão mandriões, mandássemos às favas os Ministérios, os Departamentos e os politiquieiros que há no nosso meio, afluíssemos ao nosso verdadeiro sindicato e fizéssemos greves de fato e não palhaçadas e logo (conseguiríamos) as melhorias necessárias e maior consideração" (17)

Os vidreiros tinham, no entanto, condições praticamente idênticas às de outros trabalhadores.

"A situação do vidreiro é de extrema miséria. Diminuíram-lhe o salário e aumentaram-lhe a produção. Mais trabalho, menos ganho, e ma is horas de labor"(18)

As suas justas pretensões, em função do trabalho insalubre, não tinham ressonância e cenas como estas eram descritas pelo jornal:

"Nestes tempos de "proteção oficial" ao trabalhador, alguns dos "redentores", se permitiram qualificar de extremistas as pretensões modestíssimas dos operários vidreiros, chegando um Diretor do Departamento de Trabalho, a dizer a uma comissão que lhe foi expor a miserável situação em que se encontra a classe

-----"Os senhores não sabem mais o que pedir, certamente querem que os patrões lhes entreguem as fábricas".

Como esse, muitos senhores que jamais viram o vidro, a não ser nos copos que constantemente estão à sua frente, também encontram

/..

(17) O Trabalhador Vidreiro - 17/6/1933

(18) O Trabalhador Vidreiro - (órgão do sindicato dos trabalhadores em fábricas de vidros) Filiado à FOSP - 14/11/1931 - Ano I - nº 1.

exagerada a pretensão da jornada de seis horas e um salário que lhes permita alimentar-se suficientemente e viver higienicamente". (19)

O Trabalhador Chapeleiro (órgão do sindicato dos operários em Fábricas de Chapéus - filiado à FOSP) (*) revela em seu número comemorativo de maio (1º de maio de 1933) alguns dados sobre os chapeleiros, trabalhadores com "passado glorioso" na cidade de São Paulo desde a fundação da sua primeira associação "União dos Chapeleiros". Os antigos militantes da extinta União, face ao "movimento armado de 1930" que "restabelecia as liberdades democráticas" haviam decidido novamente fundar "sindicato dentro das normas do sindicalismo revolucionário", em 1930, filiando-se à FOSP e aprovando seus estatutos junto ao DET em 1931. Um mês depois, no entanto, o DET impunha alteração dos estatutos. A partir daí o sindicato dos chapeleiros estaria fora da lei de sindicalização. Inúmeras, desde 1930, foram as campanhas do sindicato: contra a caderneta do DET e depois contra a caderneta profissional ("instrumento de tortura" importado da Itália pelo governo nascido da Aliança Liberal para controle e triagem da força de trabalho"), realização de 12 assembleias gerais e "diversas reuniões de fábricas, todas elas grandemente concorridas" (20). A luta primordial do sindicato dos chapeleiros foi nesses anos congregar em sua organização um maior número de operários, insistindo na conquista de maiores salários, menores jornadas, etc... Os chapeleiros, segundo o jornal sindical, teriam posição de destaque entre todo o proletariado paulista, mas denunciando a intervenção governamental nos sindicatos (haviam "amarelos" entre os chapeleiros, filiados ao sindicato patronal - Ministério do Trabalho), o sindicato responsabilizava em parte os próprios trabalhadores:

/..

(19) O Trabalhador Vidreiro - 17/6/1933.

(*) A FOSP era a federação de sindicatos de orientação anarquista.

(20) O Trabalhador Chapeleiro - 1/1/1933.

"... observaremos que uma grande parte das responsabilidades cabem a nós exclusivamente, porque até hoje, aceitando o engodo dos interessados na perpetuação do regime de exploração, temos corrido ao futebol, bailes, as igrejas e aos centros políticos de todos os matizes, descuidando do sindicato que é donde de fato o trabalhador adquire a consciência de si próprio, o valor de sua personalidade" (21)

O Trabalhador Padeiro (órgão do sindicato de Man. de Pão, Confeiteiros e Similares - filiado à FOSP) em 1934 atestava as péssimas condições de trabalho dos padeiros fazendo referência à necessidade de sindicalização da categoria ("deixai essa atitude de fria impassibilidade que tão característica vos é") (22) e em 1935 os Boletins Mensais dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares se empenharam na luta pelo "tratamento a seco" nas padarias ("O tratamento a seco deve constituir, agora, a preocupação de todos os momentos dos trabalhadores em padarias, Não devemos continuar a querer estar sujeitos ao regime infame do eito e da senzala, comendo a ração presidiária com que os patrões exploram os nossos estômagos") (23). Grande parte dos trabalhadores da panificação dormiam em seus próprios locais de trabalho em péssimas condições de higiene e recebiam "ração dos patrões" e essas pequenas campanhas do sindicato tinham um sentido de "dignificação profissional", de elevação da categoria ("Somos operários da indústria e não domésticos! É tempo de nos julgarmos trabalhadores e não escravos") (24). Nesses boletins, onde o tom militante é uma constante, pode-se entrever, face às condições de vida e trabalho dos padeiros, como o sindicato garantia direitos concretos dos trabalhadores junto às padarias e como lutou decididamente contra a intervenção governamental.

/..

(21) O Trabalhador Chapeleiro - 1/1/1933

(22) O Trabalhador Padeiro - Julho/1934 (Ano III - nº 1)

(23) Boletim Mensal dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares - 16/11/1935, 17/12/1935, 25/3/1936

(24) Boletim Mensal dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares - 17/12/35

O Internacional (órgão dos empregados em Hotéis, Restaurantes, confeitarias, Bares, Cafés e classes anexas) denunciou as péssimas condições de vida e trabalho dos "trabalhadores do ramo" entre 1927-1929 (falta de higiene nos locais de trabalho, jornada alongada, baixos salários, etc..) conferindo um sentido "pragmático" às campanhas que empreendeu no período, de acordo com os "novos tempos". Em seu número de 1/1/1927 (Ano VII - nº 113), afirmava a necessidade da criação de uma "comissão de sindicância e propaganda associativa nos locais de trabalho", em substituição das "tradições velhas e corporativas que já era notória a sua falência", para: controle do serviço, reivindicações, cumprimento das horas de trabalho, descanso semanal, arregimentação sindical, etc. Diante de um mercado de trabalho cada vez mais difícil eram pensadas questões como a qualificação profissional, controle de empregos através do sindicato, garantia de emprego para o trabalhador masculino nesse setor de serviços, tentativa de controlar o desemprego, etc.. O Internacional às vezes em acordo e outras em desacordo com o sindicato propunha campanhas cujo sentido mais amplo era o de estabelecer normas para o funcionamento do mercado de trabalho em contraposição às iniciativas patronais de rebaixamento de salários, desqualificação do trabalhador do ramo, etc... A tentativa de estabelecer uma frente única contra as "cadernetas do Serviço doméstico" era ventilada pelo Internacional (por exemplo, 11/6/1927 - Ano VII - nº 119) pois as cadernetas seriam prejudiciais não só no sentido econômico mas no sentido moral ("nós não somos domésticos, não somos amas, nem lavadeiras, somos trabalhadores de uma indústria (cozinha) ou comércio (café, restaurante, hotel) e político ("qualificados como domésticos, sem direito de eleitores, sem direito de defesa de associação).. A intenção de diferenciação e distinção profissional diante do proletariado urbano estava aliada à uma intenção de valorização profissional e resistência ao controle patronal. Campanha levada no período contra as "garçonettes", por outro lado , não escondia, sob o tom altamente moralista e discriminador, a necessidade de garantir os empregos na cidade de São Paulo para o trabalhador masculino com

alguma qualificação no ramo. Essa campanha que se desenvolveu ao longo dos anos de 1927, 1928, 1929 (por exemplo, 1/12/1927 - Ano VIII - nº 123; 15/4/1928 - Ano VIII - nº 132; 31/7/1928 - Ano VIII - nº 139; 1/3/1929 - Ano IX - nº 153), além da defesa do emprego para o trabalhador masculino, o desemprego com o trabalho feminino no setor seria maior do que o já existente normalmente em São Paulo, buscava impedir o rebaixamento dos salários pelo patronato. (*) Recordando as conquistas da A Internacional, fundada em 1914, no seu 13º aniversário de existência, O Internacional (18/4/1927 - Ano VII - nº 116) destacava como importantes: fechamento das casas no dia 1º de maio, aumentos salariais, maior respeito para toda a corporação, descanso semanal, diminuição das horas de trabalho, maior higiene nos estabelecimentos, solidariedade e elevação cultural entre garçons e cozinheiros, despertar do espírito de classe a despeito da tendência para reivindicações corporativas, treinamento administrativo e sindical.

O Internacional distinguia os trabalhadores do ramo do trabalhador manual e do proletário urbano em geral mas não em termos salariais ("... coloca-nos a ponto de sermos menos considerados que qualquer trabalhador manual, que não carece, como nós, de alguma perfeição profissional e uma cultura mais ou menos elevada" - 1/7/1929 - Ano XI - nº 159). A "perfeição profissional" reivindicada como exclusiva para os trabalhadores em hotéis, restaurantes, confeitarias, bares, cafés, não deveria levar, no entanto, à "ilusão da casaca" e

/..

(*) O depoimento de uma das garçonetes foi publicado pelo O Internacional - 1/3/1929 (Ano IX - nº 153), que, a despeito de sua campanha, mostrava-se ambíguo diante do quadro de pobreza urbana e do controle exercido pelos poderes constituídos:

"Uma das garçonetes intimadas a comparecer na delegacia de Ordem Política e Social, apresentou sua certidão de idade que lhe dava 18 anos. Foi então notificada de que não podia continuar a exercer esse meio de vida e que procurasse outra profissão.

Em ligeiras palavras com um raciocínio claro, analisou ela a situação que lhe criava essa decisão do Juízo de Menores. Como empregada em um "bar" ganhava diariamente de gorjetas cerca de 20\$ que mal davam para ela que é o arrimo de sua família, sustentar a si, a sua mãe e a dois irmãos menores. O que poderia fazer, como empregada de fábrica, percebendo 200\$ no máximo, por mês? De onde tiraria ela a sua e a subsistência dos demais membros da família? Ela, sendo como era uma jovem de experiência, sabia subtrair-se perfeitamente às sedução e conseguia manter-se e a sua família. Com a miséria no lar, com a fome, pois que com 200\$ mal poderá pagar a casa em que moram, achar-se-a ela bastante guardada contra as sedução?"

ao isolamento deste setor do trabalho do proletariado industrial e urbano pois as suas condições de vida e trabalho seriam iguais ou piores que a de outros trabalhadores na cidade. (31/7/1923 - Ano VIII - nº 139). A "distinção profissional" era contraposta ao quadro de vida e trabalho adverso e à necessidade de identificação com o proletariado como um todo, às vezes de maneira ambígua.

Entre 1934-1935 jornais ligados aos sindicatos de trabalhadores como os bancários e comerciários, trataram da "ilusão da casaca" a seu modo (em função de motivos às vezes diferentes).

O Vida Bancária (jornal oficial da Associação dos Bancários de São Paulo - órgão sindical) em seus números de 1933, 1934, tratou da regulamentação do trabalho bancário (decreto de seis horas de trabalho para os bancários, etc..) e colocou em geral esse trabalhador como igual a qualquer outro proletário, buscando empenhá-lo nas lutas gerais do proletariado industrial e urbano do período.

"Alguns bancários julgam que constituímos uma classe à parte, segregada da grande massa proletária e acham que devemos nos submeter aos canones de inflexível disciplina, renunciando como incompatível com a nossa dignidade a qualquer espécie de reivindicação. A verdade é, entretanto, muito diferente. O trabalho bancário era talvez, o único ainda não regulamentado. Com o mínimo possível de remuneração, estávamos sujeitos a trabalhar ilimitadamente, sacrificando os melhores anos da vida em ambiente quasi sempre falho de condições higienicas, sem ar e sem luz..." (25)

"A intensidade de consciência proletária que adquirimos nesses últimos anos é difícil de ser fracionada - senão impossível. A única distinção que admitimos entre contínuos e funcionários e nas atribuições. Trabalhadores - intelectuais ou braçais - dos bancos ou das fábricas, somos a mesma classe eternamente explorada. Aqueles que insinuam o privilégio - inexistente - entre a massa proletária, constituem a outra classe - a que explora". (26)

(25) Vida Bancária - 14/5/1934

(26) Vida Bancária - 2/8/1934

O Vida Comerciária (órgão oficial do Sindicato dos Empregados no Comércio) em 1935 empenhado na luta pelo salário mínimo (o sindicato dos bancários também estaria empenhado nesse ano na campanha pelo salário mínimo), denunciando "a derrocada das leis sociais, a demagogia do governo pós 30, as leis como letra morta, a necessidade da sindicalização não atrelada ao Estado, afirmava a "igualdade" entre o comerciante e o proletário, buscando mobilizá-lo para a "luta operária":

"E nós comerciários, devemos também comemorar o 1º de maio como deve ser: nas ruas e praças públicas. Por que nós também somos trabalhadores e precisamos por de parte a gratuita ilusão de sermos uma classe privilegiada, acima do proletariado, pelo simples motivo de usarmos gravata e colarinho. Isso é mais uma maquiavélica manobra dos nossos esfomeadores para dividir o proletariado, quando sabemos que somos tão exploradores e oprimidos quanto os outros trabalhadores" (27)

"Nós comerciários, reflitamos bem: não somos em matéria de serviço, proletários, porém, o nosso nível de vida pode ser até inferior, como acontece realmente. Quanto ganha em média um comerciante? Parece-nos, a primeira vista, que deve andar em 220\$, 240\$. Essa média não dá para um solteiro levar uma vida condigna, quanto mais um casado... É um salário que mal dá para uma vida de aperturas, onde se vegeta. É justo isso? Não...

Devemos preliminarmente fixar um salário mínimo de 350\$, por exemplo, para torná-lo realidade, sem que se reduza aos que atualmente percebem mais do que isso" (28)

Esses jornais cujo conteúdo foi descrito genericamente permitem diversas tipos de aproximação e análise. Evidenciam principalmente a efervescência e a agitação do movimento operário na capital nos fins dos anos vinte e inícios dos anos trinta.

(27) Vida Comerciária - 20/5/1935 - Ano I - nº 1 p.1

(28) Vida Comerciária - 20/5/1935 - Ano I - nº 1 p.2

3.3 - AS CONDIÇÕES DA VIDA OPERÁRIA

Neste item não se fará julgamentos de valor. O discurso político dos que falaram em nome do operariado e através de diferentes concepções buscaram situar a precariedade da vida do operariado na cidade, lutando pela sua defesa será tomado como contraponto do discurso do poder. As soluções em brevistas para "a resistência operária" diante das formas diretamente repressivas ou mais sutis do poder em suas diferentes facetas, ingenuas para uns e maquiavélicas para outros, constituiram, não importa seu mérito, formas de luta e resistência contra a burguesia, o aparelhamento burocrático mas não efetivo dos serviços públicos, etc...

O que se pretende ver é como no final dos anos vinte e início dos anos trinta, através da imprensa operária ou pequena imprensa, diferentes grupos ligados ao movimento operário, no bojo da movimentação sindical e partidária, denunciaram as condições de vida do operariado, equacionaram seus problemas e propuseram formas de preservação de "valores de classe" de acordo com suas concepções e visões políticas.

Grupos de tendência anarquista, comunista, socialista, ligados ou não aos sindicatos operários não se confundiam com o proletariado industrial e urbano na cidade mas não lhes foram alheios.

. . .

As condições de vida dos trabalhadores na cidade de São Paulo foram relatadas dramaticamente através da imprensa operária, contrapondo-se ao tom frio e técnico das estatísticas e relatos oficiais:

"Enquanto os negociantes, industriais e donos de casas aumentam continuamente, sem razão alguma e sem limite, somente por ganancia insaciável, os preços de mercadorias, de artigos de primeira necessidade e os aluguéis das casas, o operariado, e com isto, 90% da população paulista, aguenta com uma paciência incrível e imperdoável to das estas imposições dos exploradores do povo, os

abelhões, chamados capitalistas...
A autoridade não tem nenhum direito de impedir que os operários reclamem aumento de salários. A maior parte dos roubos, assassinatos, assaltos e outros crimes são a consequência de salários reduzidíssimos.
O grande número de suicídios por falta de alimento e de emprego são provas flagrantes. Especialmente nestes dias pode-se ler nas portas e nas vitrinas das casas comerciais "grandes reduções" e "formidáveis liquidações". Depois de embolsarem imensas somas, liquidam - elas. Quem tem olhos pode ver os abatimentos de 10 até 50 mil reis de diferença. E ainda queixam-se da sorte." (29)

"Seja de que profissão for não há trabalhador que viva desafogado pois o salário diminuiu e, os generos de primeira necessidade encarecem cada vez mais, tornando cada dia a vida mais precária das massas trabalhadoras.
Em vista de nossos miseráveis salários, somos obrigados a morar amontoados nos infectos "cortiços" que a higiene não vê...
Ou então temos que habitar as palhoças dos bairros distantes, obrigando-nos isso a viagens - nos imundos carros funerários, que o pobre camandense usa para o transporte de operários..." (30)

O desemprego, o corte de salários existentes no período foram sistematicamente denunciados:

"Há tempos vimos pleiteando para a classe algumas melhorias, como sejam a supressão do corte de 20% que sofreram seus salários em 1929, assim também da iniqua taxaço dos seus miseráveis salários em 5% que lhes são descontados - desde 1930 para "auxiliar o pagamento da dívida externa do País" (31)

"A falta de trabalho existente em todas as corporações, obriga o trabalhador a defender-se - como pode, para resistir até ver onde para as modas... das consequências que a falta de emprego acarreta..." (32)

(29) O Trabalhador Gráfico - 5/12/1928

(30) Nossa Voz (órgão dos trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares) (Adreinte a Federação Sindical Regional de São Paulo).

(31) A Flebo - 21/1/1933

(32) Nossa Voz - 15/5/1934 (Ano II - 19)

.... que nesses tres meses de regime revolucionário se encontrou solução para muitos casos e até para a volta ao país dos chefes da oligarquia de posta.

E pelo povo?

O aumento de 5% nos ordenados foi burlado pela maioria dos patrões, a ventilada diminuição dos alugueis de casa passou para o esquecimento, a lei de férias foi suspensa, o combate à desocupação esbarrou contra o espírito ganancioso dos industriais, os qua... preferem ter as fabricas paradas a limitar o seu lucro a uma porcentagem razoavel.

Inegavelmente há muitos desempregados em São Paulo, como alias em todo o mundo. Infelizmente muitas são as famílias que vivem na miséria por falta de trabalho para os respectivos chefes mas estes desempregados destas famílias não saem a rua para protestar. Procuram trabalho, insisten-temente e curtem em silêncio as suas magoas e aperturas." (33)

Os problemas habitacionais, de saúde e higiene, e alimentação eram referidos e de maneira bastante "lúcida" eram vistas as iniciativas do poder em relação aos mesmos:

"Quanto à massa dos trabalhadores, essa continua até mesmo sem poder adquirir o necessário para viver, em virtude do pouco dinheiro que lhe é destinado à alimentação diaria...

Há por ai afora cousas irrisórias, nesse sentido. Até mesmo educadoras sanitarias são enviadas às casas pobres da capital, a fim de ser ensinado as maes operarias o melhor meio de alimentar e educar higienicamente seus filhinhos...

Chega a ser um absurdo o fato de querer o Estado que as crianças cresçam fortes, sem contudo proporcionar aos pais os recursos necessarios a normal formação fisiológica do menino. As crianças pobres precisam e de boa alimentação...

De nada valera a vida ao ar livre, com exercicios musicados, sem alimentação..." (34)

/..

(33) La Difesa - 8/2/ 1931 - (Ano VII - nº 341)

(34) O Sindicalista (Orgão do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana) - Agosto/Setembro - 1933 (Ano I - nºs. 4-5).

"O imenso casarão cognominado "Santa Casa", o qual goza de direitos para atender as inúmeras vítimas dos plutocratas bandeirantes - em sua maior parte é para os magnatas que podem pagar o luxo dos "quartos reservados". Para o proletariado - o indigente, como eles chamam - por muito favor os amontoam nos compridos corredores, quando é possível..."(35)

As iniciativas "caritativas das damas da alta roda", as "iniciativas paternalistas e de benemerência" eram criticadas pelo seu caráter paternalista (36) ou veementemente denunciadas como tentativa de controle social:

"Há por aí um carinho serodio pela instrução - popular, um enternecimento doentio pela cultura, proletária, pela educação operária, que convem ter bem em vista e precaver-se contra ela, ou, pelo menos, preservar-se contra a sua influência nociva e desagregadora.

Gente da alta roda social, madamas da alta aristocracia, muito burguesas e muito pretenciosas deram agora em intrometer-se pelas fábricas, onde fundam escolas para os operários, para os escravos encerrados nessas bastilhas onde o capitalismo habita e onde definham e se embrutece a vida inteira...

É mais uma das modalidades jesuíticas de que lançam mão essas sereias do capitalismo embrutecedor e explorador dos trabalhadores.

Vão até eles com o engodo da escola, da instrução, da benemerência educativa, mas não pensam que é para torná-los mais dignos... não é para isso não. O fim é diametralmente oposto: apertar-lhes as correntes com mais segurança, encurtar-lhes os freios para melhor os dominar, chumbá-los de um modo definitivo ao tronco da escravidão mais ignominiosa e mais paradoxal que se possa imaginar.

As escolas fundadas de comum acordo com os patrões... não tem outro objetivo que seduzir, desarmar pela predica assídua as resistências operárias à eterna exploração de que são vítimas". (37)

/..

(35) Nossa Voz - 1/4/1934

(36) Nossa Voz - 15/2/1934 (ano I - nº 12) Em artigo "A cidade dos menores abandonados", "as iniciativas caritativas das damas da alta roda" e as iniciativas "paternalistas e de benemerência" eram confrontadas com o número de crianças abandonadas na capital (cerca de 15.000) em função do desemprego, baixos salários, etc...

(37) A Plebe - 12/8/1933

Os empenhos mais sutis em relação ao operariado na cidade eram veementemente denunciados:

"... O clero, a burguesia, os políticos apeia dos e os políticos em ação, todas as forças "fascistas" do país estão de acordo nesta tarefa: "domesticar" o proletariado. Com esse fim estão sendo organizadas companhias mascaradas e os mais nobres objetivos: querem acabar com a tuberculose, com a sífilis, com a caspa e com o analfabetismo - do proletariado. Essa gente que nos chama de "canalha das ruas" e que dividiu São Paulo em duas partes, a "da porteira para cá" e a da "porteira para lá" tomou-se inesperadamente de um grande - "amor" pelos trabalhadores...

A última dessas tentativas de penetração no seio das massas foi a fundação de uma sociedade para alfabetização da classe trabalhadora. Basta ver-lhe o emblema: uma mão segurando um livro e outra mão pronta para dar um soco. Seus principais propugnadores são estudantes e literatos que ainda, em 1933, falam em Patria com voz tremida, fitando histericamente as taboas do teto.

Quando a burguesia bate à nossa porta afirmando que nos vem curar ou que deseja ensinar nossos filhos a ler, não devemos ter dúvidas: ela ou vem buscar o nosso trabalho ou a nossa vida... (33)

A denuncia das precárias condições de vida e trabalho do operariado urbano e industrial e das iniciativas "hipócritas" e "insuficientes" do poder constituído em diferentes instâncias para a resolução da "pobreza" do operariado foi feita sistematicamente e reiteradamente pelos jornais operários, às vezes com enfoques políticos distintos.

De qualquer maneira, o trabalhador na cidade de São Paulo recebia também atestado de pobreza da imprensa operária, de acordo com a dura realidade de um centro que se industrializava e urbanizava rapidamente. Jornais de tendência anarquista, comunista, socialista, representaram o trabalhador na capital como pobre e o desempregado como miserável, o que era, quase, um eufemismo.

/..

A pobreza ou miséria do trabalhador assalariado em São Paulo, denunciadas nesses jornais, deveriam levar à luta e mobilização política; o trabalhador pobre deveria, no discurso político, transformar-se em sujeito de sua história. A pobreza operária aparece nesses jornais de modo bastante diferente, portanto, daquele encontrado nos vários relatos, estatísticas, inquéritos, estudos sobre o operário na capital. Como se viu no segundo capítulo, nos diversos relatos sobre a pobreza urbana ou operária, a classe trabalhadora aparecia sempre como objeto a ser curado, tutelado, patrocinado, sendo seus problemas concretos analisados de uma perspectiva técnica e sendo propostas soluções onde o parecer operário era desqualificado e raramente levado em conta.

No discurso militante anarquista ou comunista a reiteração de que o trabalhador industrial e urbano era um trabalhador pobre tinha uma função política e a pobreza operária era responsabilizada. Às vezes o patronato da indústria e do comércio em São Paulo era responsabilizado diretamente pela situação adversa do trabalhador. Os "graudos" tinham seus nomes apontados abertamente. Na maioria das vezes à burguesia era imputada, de forma genérica, a dura exploração a que estavam submetidos os trabalhadores sendo os poderes públicos denunciados como coniventes, omissos ou apontados como claramente interessados em perpetuar, de uma ou outra forma, uma ordem social injusta.

"No momento em que os capitães da indústria iniciam uma vasta ofensiva contra a classe pobre em geral: para assegurar a existência desse regime de exploração capitalista, diminuindo cada vez mais o nível de existência do trabalhador, suprimindo a jornada de 8 horas de trabalho por dia, diminuindo os já ínfimos ordenados, não cumprindo as leis que nos possam beneficiar" (39)

"os homens da Segunda República tudo fazem para perpetuar o sistema de escravatura moral e econômica do proletariado. O Ministro do Trabalho e os Departamentos estaduais a ele subordinados com o fim exclusivo de acorrentar ainda mais o trabalhador à escravidão burguesa e estatal, não conseguem sua finalidade..." (40)

(39) O Internacional - 1/4/1929 - (ano IX - nº 155)

(40) O Trabalhador - 5/2/1931 - (ano I - nº 2)

São inúmeros os textos em que a burguesia, o Estado e o patrão da indústria, finanças e Comércio aparecem qualificados direta ou indiretamente como inimigos de classe e como responsáveis pela extrema pobreza do trabalhador. A imprensa operária ventilando continuamente o tema das péssimas condições de vida e trabalho, atribuindo responsabilidades e culpas, politizava decisivamente o problema da pobreza do operariado exigindo sua participação efetiva para a solução do mesmo, através de diversas formas de organização e luta.

Se de um lado, como se viu no segundo capítulo, o discurso sobre a pobreza serviu para promover alguns agentes sociais - engenheiros "sociais", médicos-higienistas, sanitaristas, educadores, sociólogos, filantropos, enfim técnicos de diferente formação - não se pode negligenciar a importância da autopromoção do discurso militante da imprensa operária ao insistentemente discutir as más condições de vida e trabalho do operariado.

Como o discurso político da imprensa operária não era homogêneo em suas intenções programáticas, uma vez que correspondia às aspirações de várias tendências políticas, propostas diferentes em relação à organização da classe operária apareciam ancoradas à questão da pobreza do proletariado urbano.

...

3.4 - O COTIDIANO OPERÁRIO E A SUA ORGANIZAÇÃO

Grupos de tendência anarquista e de tendência comunista denunciaram não só a exploração do trabalhador nas fábricas e locais de trabalho e suas precárias condições de vida e existência como também insistiram na "sujeição" do trabalhador à "ordem burguesa" no cotidiano de um modo geral, de acordo com sua visão e doutrina política.

"O rádio, a imprensa, o cinema, a escola, etc... também são armas que os nossos sanguessugas utilizam para melhor nos explorar e oprimir, dizem do que nos querem educar física e intelectualmente com seus clubes recreativos, esportivos e culturais, não tem outro objetivo senão entorpecer os nossos sentimentos de classes e auffer, a nossa custa, maiores lucros" (41)

"A crise porque hoje, nós trabalhadores, passamos, proveniente da estabilização do câmbio, não tem qualificativo! E cada vez mais se acentua - mais se agrava, os tubarões das finanças e da indústria organizam "trusts" dos gêneros de primeira necessidade como ainda agora o do açúcar, pelo "benemerito" Matarazzo; e, no entanto, o proletariado, único elemento capaz de por freio a esses "mastodontes", si não é nos dias de carnaval, é aos domingos nos campos de futebol, burgues, deixa-se levar por um entusiasmo contrário aquele que devia de ser. Reprovar todos esses "brinquedos" com que a burguesia nos "brinda", - os "passatempos" burgueses. São os que a nós mais nos prejudicam. Com eles os alutres diluem o instinto revolucionário dos trabalhadores hoje seus escravos!" (42)

"Aqui está um problema difícil, razão pela qual o proletariado paulista permanece na mais precária situação. E vá alguém querer emancipá-los e arrancar das pobres mentes destes assalariados o anacrônico sistema que ainda perdura na pitoresca Pauliceia! A submissão aos plutocratas, a superstição do diabo e a devoção à "Santa Igreja" está tão radicada na plebe incauta, que será tarefa difícil instruí-la para que esta adquira suas irrefutáveis reivindicações.

(41) Nossa Voz (aderente à Federação Sindical Regional de São Paulo, de orientação comunista) 1/1/1935

(42) O Internacional - 15/2/1929 (ano IX - nº 152) de orientação comunista.

Ora, para que o proletário paulista adquira o sublime adjetivo de "instruído" torna-se mister prescindir de todos os arcaicos dogmas religiosos e aprender, no lugar destes dogmas, as teorias de Proudhon, Bakunine, Kropotkine e outros insignes sociólogos, e de milhares de abnegados militantes em prol duma sadia humanidade. Em São Paulo, estes grandes filósofos são desconhecidos pelas massas, salvo poucas exceções, porém.

Mas se em Nova York se efetua uma luta de Box, em São Paulo sabe-se logo quem é o "ídolo" vitorioso, incluso as crianças da escola..." (43)

"Atualmente são tres os meios infalíveis que os ricos exploradores das misérias e necessidades do povo, empregam para tornar a classe operária uma massa bruta: o esporte, o padre e a política.

Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha o campo de futebol, a igreja e os gorgetados incitadores políticos.

Nos campos de futebol os operários de ambos os sexos tornam-se aficionados e torcedores e brutalizam-se a ponto de só viverem discutindo entre os seus companheiros os lances e proezas dos campeões.

Nas igrejas os padres se encarregam de avivar as superstições e idolatrias fazendo deste modo o papel de amansadores de burros chucros, isto é, enfreiam e encilham a pobre besta operária, dão os primeiros corcovos e depois entregam-na aos ricos...

Os encarregados e agitadores políticos (patibotários do estomago e do bolso) se incumbem de alistar eleitores, de insuflar nos trouxas o partidatismo por esta ou por aquela facção,.... promovendo por essas habilidades camelóticas a completa irracionalidade da besta operária que fica com sentimento de patria e como esca da animada para os águias subirem e os palhaços da política rirem-se.

Assim o mundo marcha... a moda de caranguejo, andando para traz." (44)

(43) A Plebe - 31/12/1932 (Jornal de tendência anarquista).

(44) A Plebe - 28/01/1933.

Em função de sua avaliação, esses grupos, às vezes de modo divergente, pretenderam organizar o lazer e a instrução do operariado na cidade com a intenção de constituir uma "cultura de classe", que se contrapusesse à "cultura burguesa". Principalmente junto aos sindicatos deveriam ser organizadas atividades recreativas e educativas que propiciassem uma "consciência e solidariedade proletárias".

Os grupos de tendência comunista no final dos anos vinte e inícios dos anos trinta, empreenderam, por exemplo, campanha pela "Proletarização do esporte", notadamente dos clubes de futebol. Essa "proletarização" significava trazer para junto dos sindicatos atividades esportivas de maneira a incentivar o comparecimento dos trabalhadores sendo às vezes declarada a intenção de assegurar aos clubes de várzea e centros esportivos dos bairros operários, uma direção dos próprios trabalhadores que os compunham, tentando evitar seu uso e manipulação.⁽⁴⁵⁾ O sindicato dos gráficos consegue formar no período um departamento esportivo, uma associação esportiva (A.G.E.) e seu semanário tentava apresentar uma página esportiva que visava concorrer com as páginas esportivas dos grandes diários. Subvencionado pelo O Internacional era fundado um clube do sindicato dos empregados em hotéis, restaurantes, etc..., o Grêmio Artístico Esportivo Internacional (G.R.E.I.) em 1929. Uma Federação que congregasse os clubes esportivos dos sindicatos era aspiração a ser concretizada, centralizando-se o "esporte proletário".

O teor dos inúmeros artigos em prol da "proletarização do esporte" era via de regra quase sempre o mesmo:

"Viva o Esporte Proletário

A necessidade do esporte para a juventude é um fato incontestável. A burguesia se aproveita desse fato para canalizar todos os jovens das fábricas para os seus clubes.

Que fazem os jovens nos clubes burgueses?

/..

(45) Por exemplo: - O Trabalhador Gráfico - 5/11/1927, 1/4/1928, 1/5/1928, 25/5/1928, 1/7/1928, 5/12/1928, 10/1/1929, 7/2/1929, 10/12/1932, 7/2/1933; O Internacional - 31/8/1928; 15/9/1928; 1/1/1929; 1/5/1929; Nossa Voz - 1/7/1934; 15/8/1934.

Defendem as cores desses clubes. Se o clube é de uma fábrica e o nome e a cor da fábrica que defendem; a burguesia cultiva neles a paixão e a luta contra a juventude das outras empresas.

Todo operário "footballer" deve ingressar nos clubes proletários.

Já existem alguns, outros entretanto devem ser criados.

No mundo obreiro ninguém mais ignora que o esporte bretão tem sido útil ao capitalismo para desviar a atenção das massas trabalhadoras dos seus sindicatos profissionais.

Nos estamos a ver com simpatia a proletarização que do futebol se vem fazendo entre nós, com a fundação de departamentos esportivos junto as organizações operárias e criação de clubes nas fábricas, nas oficinas de jornais, enfim, em toda a parte onde existe consciência proletária.

Entretanto urge fazer um reparo: esses clubes, já em crescido numero, deviam, todos entrar num entendimento e ingressarem nas sedes dos sindicatos, onde ficariam em departamentos anexos, e, em seguida, organizariam uma entidade suprema, uma Federação, por assim dizer.

Ter-se-ia, destarte, proletarizado o esporte.

Outros operários, exímios "footballers", deixariam os clubes burgueses, vindo para os dos seus irmãos de luta..." (46)

"Dizem os anarquistas que a prática do esporte pela juventude desvirtua e enfraquece para a luta. Mas é preciso ter em conta que os jovens se não praticam o esporte dentro do seu sindicato vão praticá-lo fora dele, resultando disso o afastamento dos sindicatos desses elementos que bem orientados podem ser companheiros conscientes para o futuro.

O esporte entre o proletariado constitui um setor no campo de luta e precisamos criar tantos quantos setores sejam necessários para formar o grande exército que nos livrará das misérias e opressões atuais.

Assim como a beneficência. Bem sei que ela não resolve o problema do proletariado.

Mas cria-se mais um setor, para evitar que a burguesia, inteligente como é, absorva por completo, todos os meios de que podemos dispor para a luta..." (47)

/..

(46) O Trabalhador Gráfico - 25/5/1928.

(47) O Trabalhador Gráfico - 5/12/1928.

"O futebol tomou impulso em todas as camadas sociais. Em todos os lugares vemos pressas, discussões, apog_{tas} sobre o jogo do domingo próximo. Até meados da semana só se fala no jogo realizado - no domingo próximo passado; de meados da semana até o domingo próximo.

++-----
Não queremos dizer com isto que sejamos contrários ao futebol e outros esportes. Todos devem praticá-los em certas horas, nos seus clubes compostos e dirigidos por trabalhadores. Nada disso que é impingido pela burguesia, suas fábricas, estabelecimentos. Trabalhadores que somos, organizamos os nossos clubes, as nossas ligas, feitos e dirigidos por nós mesmos, sem interesses de dinheiro, mas so animados pelo espírito de solidariedade proletária". (48)

A Rússia dos soviets era apontada como exemplo na questão da "criação do esporte proletário", a "Espartaquiada" de Moscou servindo de modelo contrário às olimpíadas "burguesas"; um "espírito fraterno" entre os trabalhadores nos jogos e disputas era incentivado sendo a "calma, a isenção de ambição de vitória a característica mais saliente do esporte proletário". (49)

Criticando os comunistas que "fiéis a consignado "partido" ou da "oposição" não tem poupado esforços para anular a obra da Federação chegando até desorganizar vários sindicatos por não conseguirem dominar, criando fantásticas entidades como a tal Confederação Geral do Trabalho e Federação Sindical Regional e fazendo de sindicatos com um passado honrosíssimo na história do proletariado paulista, centros esportivos, recreativos e dançantes, com vesperais dominicais e ensaios de danças semanalmente", (50) os grupos anarquistas, /..

(48) Nossa Voz - 1/7/1934 - O futebol era apontado como "ópio terrível" para os trabalhadores. As indústrias descontariam em folha "pequenas" quantias mensais para a manutenção do clube da fábrica, segundo esse jornal.

(49) Por exemplo: O Trabalhador Gráfico - 10/1/1929; O Internacional - 1/5/1929. A manipulação dos clubes esportivos, do futebol, pela burguesia era exemplificada às vezes com exemplos mais concretos. Na greve da Light em 1919, a "população dos clubes" teria sido convocada para substituir os grevistas e em 1932 os clubes teriam como missão explícita "arregimentar a população trabalhadora". (Nossa Voz - 15/8/1934). "Times" famosos na cidade como o Palestra, Corinthians, Paulistano, Santos, etc... eram apontados como clubes burgueses onde a "torcida" nunca tinha vez. (O Internacional - 1/5/1929 - Ano IX - nº 155).

(50) O Trabalhador - Ano I - nº 4-5 Março/Abril - 1932 (tendência anarquista).

anarco-sindicalistas, enfatizaram a criação e promoção de atividades culturais, dentro e fora dos sindicatos, mais de acordo com a moral anarquista⁽⁵¹⁾ que se opunha à política comunista.

"O movimento corporativo e sindical precisa ter um caráter permanente, constante, assíduo, ininterrupto. Ao contrario do que tem sido até agora, momentaneo, emergente, ocasional, alternado, ele deve ser persistente, pertinaz, contínuo, aturado, o fulcro para onde convirjam todas as atividades, todos os pensamentos, todas as esperanças dos trabalhadores. A associação deve ser o lugar de reunião de todos aqueles que lhe dediquem as suas atividades, lhe consagrem todos os seus ocios, lhe reconheçam toda a bondade e finalidade e onde se refugiem das atuações banais que os cercam e lhes acenam para lhes arrebatam o dinheiro e a saúde. Deve ser um centro de estudos sociais onde os bons amigos se encontrem, onde haja livros e jornais que possam ser lidos e consultados, deleitando e instruindo o espírito simultaneamente. Os burgueses tem os seus centros, as suas associações, as suas federações onde conspiram contra o sossego e os interesses físicos e economicos e morais dos trabalhadores; tem os seus clubes onde se encontram para seus divertimentos ou para as suas jogatinas. Pois os trabalhadores precisarão ter também os seus recintos associativos, modestos, e verdade, como de gente pobre que são, mas onde não falte o jornal, o livro, a brochura, onde discutam os seus interesses coletivos, onde possam até tomar o seu café, onde organizem as suas palestras educativas ou de orientação, para não serem tomados de surpresa e terem de tudo fazer a pressa, de tudo improvisar sem o necessário preparo, quando o tempo urge e os acontecimentos se precipitam. É muito comum, após um movimento fracassado, após uma arremetida policial, assistirmos ao esfacelamento das associações. Mas isto é necessário que não se repita". (52)

/..

(51) FAUSTO, Boris - Trabalho Urbano e Conflito Social - op. cit.

(52) A Flebe - 14/1/1933

Na ação fora dos sindicatos e organizações operárias, aliás, os grupos anarquistas formados por afinidades ideológicas, relações de trabalho, amizade e "cultura" e mesmo por circunstâncias de vizinhança, colocaram sempre ênfase maior na "educação e instrução", sendo a recreação explicitamente educativa.

Nos fins da década de vinte e inícios da década de trinta os grupos anarquistas ainda propugnavam, por exemplo, um teatro social de conteúdo crítico e voltado para os interesses do proletariado, sendo as peças, às vezes, representadas por operários em salões dos bairros populosos e operários como o Brás (Salão Gil Vicente, Salão da Federação Espanhola, etc...) e nas sedes dos sindicatos ainda filiados à FOSP. Ainda se tem notícia de festivais de confraternização, festivais de propaganda, comemorativos, festivais de caráter cultural benéfico (em prol dos jornais de tendência anarquista, entre eles A Plebe), pic-nics "proletários", noites de "arte proletária", etc... Os pic-nics intitulados "libertários", "primaveras libertárias", "vida anarquista" implicavam em viagens curtas até bairros distantes da cidade, bastante arborizados, com parques, etc..., sua forma não divergindo muito da de um pic-nic corriqueiro com excessão da "hora literária" e da "conferência educativa". Sinais como "reabertura", "reconstituição" de grupos teatrais, cancelamento de pic-nics e festivais, evidenciavam seu caráter intermitente e difícil. Os pic-nics "proletários" ainda conseguiam reunir às vezes 1500 pessoas e festivais bem sucedidos chegavam a contar com quase 800 pessoas.⁽⁵³⁾ Tudo indica que as iniciativas anarquistas quanto à proposição de formas de lazer e instrução

/..

(53) DECCA, Maria A. Guzzo - "Alguns aspectos da Vida Operária em São Paulo: 1927/1934", op. cit.

Os festivais seguiam via de regra esse tipo de forma e conteúdo: "1º abertura pela orquestra; 2º conferencia educativa por-----; 3º Drama social em um ato "A Onda que avança"; 4º Comedia em um ato; 5º Ato variado de que constarão varios recitativos e monologos (A Plebe - 25/02/1933).

Os festivais realizados em sindicatos ou associações operárias de orientação não anarquista eram praticamente iguais sendo seguidos, no entanto, pelo baile familiar. "1. Abertura pela orquestra; 2. Grupo Dramático do Sindicato com o empolgante drama em um ato "O Escravo"; 3º Sinfonia pela orquestra; 4. "Hilariante comedia em um ato "A Noiva e a Égua"; 5. Grande baile familiar..." (O Internacional - 31/7/1928 - Ano VIII - nº 139).

tiveram, maior alcance em São Paulo até 1920.⁽⁵⁴⁾ Afinal, o crescimento da cidade tinha seu preço.

Uma instrução de "caráter classista", isto é, que enfatizasse os interesses opostos da classe dominante e trabalhadora era proposta dentro dos sindicatos e fora deles pelos diferentes grupos.⁽⁵⁵⁾ Os estatutos dos sindicatos traziam na época, como ponto central, a fundação de escolas, bibliotecas, cursos de alfabetização para os sindicalizados (por exemplo, estatutos do sindicato dos gráficos, empregados no comércio, bancários, trabalhadores da Light, etc...). Grupos anarquistas ainda tentavam formar "centros de cultura" voltados para os interesses operários como o "Centro de Cultura Social" (reaberto em 7/1/1933) cujas atividades eram reportadas semanalmente pelo jornal A Plebe⁽⁵⁶⁾. Noticiava-se a formação de Núcleos de Ação e Cultura Proletária,⁽⁵⁷⁾ Ateneu de Cultura Popular, Ateneu de Estudos Científicos e Sociais, etc.. e fundação de grupos de ação cultural e educativa em bairros operários que parecem, no entanto, ter existência efêmera e intermitente. No final dos anos vinte e inícios da década de trinta as propostas de "instrução proletária" por parte dos grupos anarquistas não tiveram, certamente, o mesmo alcance que revelaram ter até os inícios da década de vinte⁽⁵⁸⁾ mas sua vigência na cidade /..

(54) RODRIGUES, Edgar - Nacionalismo e Cultura Social, Rio, Lammert, 1972

FOOT, Francisco; Leonardi, Victor - História da Indústria e do Trabalho no Brasil - op. cit.

(55) DECCA, Maria A. Guzzo - "Alguns Aspectos da Vida Operária em São Paulo: 1927-1934" - op. cit.

(56) A Plebe - praticamente todos os números do ano de 1933.

(57) Por exemplo: A Plebe - 29/4/1933; 10/11/1934

(58) RODRIGUES, Edgar - op. cit.

de São Paulo não pode ser negada.

A "instrução ou educação proletária" que deveria se contrapor à "educação e instrução burguesa" tinha teor geral semelhante entre os vários grupos militantes embora as formas pensadas para sua efetivação fossem diferentes. Sobretudo se identificaram no objetivo de tentar "organizar", através da recreação e educação, o cotidiano do operariado.

Essa organização do cotidiano era proposta pelos grupos militantes, de tendência anarquista ou tendência comunista, ligados ou não à ação sindical, como forma de garantir uma "mobilização" permanente do operariado. A partir de suas concepções políticas tentavam propor uma "resistência organizada no cotidiano" buscando constituir um "modo de vida" que julgavam ser condizente com a condição operária.

Mesmo os pequenos grupos socialistas, constantemente em conflito nos inícios dos anos trinta em São Paulo, de orientação "reformista"⁽⁵⁹⁾ ou "socialista-proletária"⁽⁶⁰⁾ tinham algumas propostas em relação às questões do cotidiano operário. Enquanto os grupos de orientação "reformista" viam a solução das "questões operárias" apenas no âmbito das instituições oficiais e dos poderes constituídos, os grupos que se auto-intitulavam "proletários" tinham propostas de "resistência organizada" para o proletariado, no dia a dia, através de iniciativas de caráter educativo, onde a participação dos poderes públicos, porém, não era descartada. Diferenciavam-se nesse sentido dos grupos de tendência comunista ou de tendência anarquista que, na maioria das vezes, rejeitavam qualquer compromisso com as "instituições burguesas". Em sua política educacional os grupos "socialistas-proletários" previam além da obrigatoriedade do

/..

(59) O Socialista (Órgão do Conselho de Propaganda do Partido Socialista Brasileiro, de São Paulo) 16/7/1933. O Departamento Estadual do Trabalho era, por exemplo, altamente elogiado: "Por aí se vê claramente o quanto de útil tem realizado o D.E.T. não só amparando a malfadada classe obreira, encaminhando-a aos campos e as fábricas, como patrocinando e facilitando a fundação de sindicatos pelas diversas cidades do interior e resolvendo questões surgidas entre operários e patrões..."

(60) Luta Social (Órgão do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo) 7/12/33.

ensino até 14 anos (aí se permitiria que o estudante exercesse função profissional técnica sem prejuízo do aperfeiçoamento cultural), algumas medidas para a "ilustração do operariado" para assegurar a constituição de uma "cultura operária". Assim era recomendada a criação de organizações mixtas de mestres e obreiros que constituiriam "Universidades populares do trabalho"; escola familiar coeducativa, laboratórios populares para experiências, aprendizagem e estudos do povo em geral. O estabelecimento de um código da criança, a ruralização do ensino, escolas de maternologia, bibliotecas populares, eram também recomendadas. (61) Para o "problema econômico" das classes trabalhadoras era estudada a possibilidade da criação de cooperativas de consumo, de trabalho, de produção e cultura... (62)

...

(61) Luta Social - 7/12/1933

(62) Luta Social - 27/1/1934

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretende concluir acerca da vida operária ou do cotidiano do proletariado urbano na cidade de São Paulo nos idos dos anos vinte e inícios dos anos trinta.

Algumas indagações pretendem ser colocadas ao lado de poucas constatações, quase óbvias.

A classe operária homogênea no viver pobre e com experiências cotidianas semelhantes, embora não idênticas, se colocava frontalmente oposta no dia a dia às outras classes e grupos sociais na cidade. Nos meados dos anos trinta uma parcela do operariado vai se diferenciando gradativamente em função de sua "tradição" de ofício e permanência na cidade. Alguns inquéritos publicados na Revista do Arquivo Municipal indicam que, no limiar da década de quarenta, alguns imigrantes operários e seus filhos parecem se destacar no interior do proletariado industrial, notadamente os italianos que se localizaram massivamente no Brás e Moóca. De qualquer maneira, a vida do operariado não se alterou substancialmente com a expansão e diferenciação dos setores industriais ou de serviços pelo menos até 1940. O operário continuava em geral a ser igualado ao pobre.

A classe operária tinha consciência de seus interesses e situação. No final dos anos vinte e inícios dos anos trinta sua ausência em movimentos como os de 1930 e 1932 é bastante significativa principalmente se for levada em consideração a luta sindical e as inúmeras manifestações grevistas, não importa seu alcance, na cidade.

Nos inquéritos, pesquisas e estudos acerca do operariado paulista algumas vezes se pode entrever sua presença reticente, onde a desobediência não raras vezes se insinua. As afirmações dos educadores sanitários, por exemplo, de que o operariado em São Paulo era avesso às instruções educativas mas comparecia regularmente aos centros e "postos" de saúde para receber o leite gratuito ou auxílio médico quando se fazia premente indicam que o operariado não se iludia facilmente. Como afirmou Paulo Sérgio Pinheiro na introdução do segundo volume da série de documentos sobre a classe operária no Brasil, o operariado parecia apresentar uma postura ao mesmo tempo "resignada e revoltada" diante do cotidiano difícil.

Além dessas constatações, mais ou menos evidentes, só podem ser colocadas algumas questões uma vez que a experiência operária só pode ser dimensionada pontual e difusamente.

Talvez a mais curiosa das perguntas suscitadas por essa pesquisa diga respeito ao crescente aparelhamento técnico-burocrático, revestido de caráter racional e científico, que passa a envolver as chamadas "questões sociais". Até que ponto, na cidade de São Paulo, uma "especialização, adequação e racionalização" das questões cotidianas não constituiu a raiz de políticas mais contemporâneas, à cuja eficiência duvidosa estão aliadas intenções de "escamoteamento de problemas" e contenção social?

BIBLIOTECAS OU ARQUIVOS

- Arquivo do Estado de São Paulo - São Paulo
- Arquivo Edgard Leuenröth - Campinas
- Biblioteca do Instituto Adolfo Lutz
- Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros
- Biblioteca do Instituto de Higiene
- Biblioteca Mario de Andrade

FONTES CONSULTADAS

1. ANUÁRIOS, BOLETINS, ESTATÍSTICAS, LEIS E DECRETOS, RECENTSEAMENTOS, RELATÓRIOS E REVISTAS.

- Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1927-1930
- Boletins do Departamento Estadual do Trabalho - 1912-1928
- Boletim do Departamento Estadual de Estatística (Recenseamento de 1934) 1939
- Boletins do Instituto de Higiene do Estado de São Paulo - 1919-1935
- Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - 1934
- Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo - 1922-1935
- Cinquenta Anos de Ensino Profissional no Estado de São Paulo - 1911-1961 (2 volumes), São Paulo, Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, 1962
- Estatística Industrial do Estado de São Paulo - 1929-1934
- Leis e Decretos do Estado de São Paulo - 1927-1934
- Recenseamento Escolar - 1934, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria da Educação e Saúde Pública, São Paulo - 1937
- Relatórios das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo (Relatórios dos Trabalhos das Escolas Profissionais Masculina e Feminina da Capital entre 1922-1927/1928)
- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fabio de Sá Barreto (Secretário do Interior) pelo Diretor Geral da Instrução Pública Amadeu Mendes - 1927-1928), São Paulo, Irmãos Ferraz, 1929
- Relatórios dos Intendentes e Prefeitos Municipais - 1893 a 1927
- Relatórios apresentados ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário dos Negócios do Interior - 1892 a 1927
- Relatórios da Liga Brasileira contra a Tuberculose (1909) e Liga Paulista contra a Tuberculose (1908) - 1911
- Relatório do Serviço Sanitário - 1913/1915 - 1920
- Revista do Arquivo Municipal - 1934-1945
- Revista da Igreja Matriz de São José do Ipiranga e Colégio Sion - "O Amigo de São José do Ipiranga" - 1/10/1936 (Ano IV - nº 10)

2. PUBLICAÇÕES DIVERSAS, FOLHETOS, ARTIGOS E LIVROS

2.1. Publicações Diversas e Folhetos

- Anais do 1º Congresso da Habitação, São Paulo, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus - 1931
- Anais do 1º Congresso Médico Paulista - 1916 (vol.1)
- Anais Franciscanos - Dezembro/1934
- Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia - São Paulo, 1923;1927-1935
- Anais da Faculdade de Medicina de São Paulo - 1926-1933
- Arquivos Paulistas de Higiene Mental, 1923-1935
- Arquivos de Higiene e Saúde Pública (Secret.de São Paulo e Assistência Social) São Paulo, 1936
- Arquivos da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, 1947
- Braz Médico - (orgão oficial do Centro Médico do Brás) Ano I, nºs 1 ao 4, 1934
- Coletanea de Relatórios e Trabalhos por Emilio Ribas (Saúde Pública) São Paulo, s.c.p. - 1904-1917
- Gazeta Clínica - São Paulo, 1933
- Impressões do Brasil no Século Vinte (sua História, Seu Povo, Comércio, Indústria e Recursos) Londres, Lloyd's Greater Britain Publishing Co.Ltd. - 1913
- Memorial sobre o Serviço de Transporte Coletivo (apresentado a Câmara Municipal de São Paulo pela The S.P. Tramway Light and Power Company Ltd. - 1927)
- Os Estados Unidos do Brasil - (Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústrias e Recursos) Londres, B.Aires, Rio de Janeiro e São Paulo - The South American Intelligence Co, - 1919
- Prospecto da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, USP, 1968
- São Paulo Médico - 1928;1932
- Teses do período - Brochuras
 1. AMARAL, João Ferraz do - Escolas ao Ar Livre
Contribuição para o Estudo do Problema de Higiene Escolar em São Paulo, Estabelecimento Gráfico Rossolino, 1932
 2. AMERICANO, Jaime Cardoso - Da Proteção ao Lactante em Nosso Meio Operário, São Paulo, Tipografia Martini, 1924

3. ARAUJO Fº, Francisco C. Problemas Sociais da Alimentação, Tese apresentada ao 1º Congresso Médico-Social Brasileiro realizado em Março de 1945 na Capital de São Paulo - São Paulo, Mimeo., 1945.
4. ARRUDA, Cyro de Oliveira - Contribuição para o Estudo da Mortalidade Infantil em São Paulo; Suas Causas e Profilaxia, São Paulo, Mimeo., 1926.
5. AZEVEDO, Emma de - Contribuição para o Estudo do Peso e da Estatura das Crianças de São Paulo, São Paulo, mimeo., 1932.
6. CARVALHO, Hildebrando Thomaz de - Higiene das Escolas e Prisões - São Paulo, mimeo., 1917.
7. GUIMARÃES Filho, Alvaro - Da Higiene Mental e Sua Importância em Nosso Meio, São Paulo, mimeo., 1926.
8. OLIVEIRA, Ubaldino Antunes - Profilaxia Social, São Paulo, Seção de Obras de "O Estado de São Paulo", 1924.
9. PASCARELLI, Vicente - Da Protecção à Primeira Infância em São Paulo - São Paulo, Irmãos Ferraz, 1926.
10. QUINTANILHA, Ivo Lindenberg - Higiene Pré-Natal, São Paulo, Irmãos Ferraz, 1927.
11. RAMOS, Manoel de Paiva - Ensaio de Cultura Física nas Crianças das Primeiras Idades, São Paulo, mimeo., 1917.

...

3. JORNAIS

3.1. Imprensa Diária

O Combate - 1927-1930

3.2 Imprensa Operária ou Pequena Imprensa - 1926-1936

- Ação Sindical
- Alba Rossa
- A Lanterna
- A Plebe
- Boletim do Grupo Socialista "Giacomo Matteotti"
- Gerra Sociale
- I Quaderni della Libertá
- Il Risorgimento
- La Difesa (órgão semanal do antifascismo)
- La Difesa (órgão bisettimanale degli Uomini Liberi)
- L'Italia (La Difesa)
- La Squilla
- Lo Spaghetto
- Luta Social
- Nossa Tribuna
- Nossa Voz
- O Grito Operário
- O Indicador Gráfico
- O Internacional
- O Malhete
- O Operário
- O Sindicalista
- O Socialista
- O Trabalho
- O Trabalhador
- O Trabalhador Chapeleiro
- O Trabalhador da Light
- O Trabalhador Gráfico
- O Trabalhador Padeiro
- O Trabalhador Vidreiro
- Tribuna Sindical
- Vida Bancária
- Vida Comercial
- Vanguarda Estudantil

BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, Oswald - Marco Zero, Rio, Editora Civilização Brasileira, 1978.
2. ARAUJO Fº, JR - "A População Paulistana" in A Cidade de São Paulo, Vol. II, São Paulo, Cia Editora Nacional, São Paulo - 1958.
3. BASBAUM, Leoncio - Uma Vida em Seis Tempos (memoriais), São Paulo, Alfa Omega, 1976.
4. BARROS, Maria Pais de - No Tempo de Dantes, São Paulo, Editora Brasiliense, 1946.
5. BEIGUELMAN, Paula - Os Companheiros de São Paulo, São Paulo, Símbolo, 1977.
6. BOSI, Eclée - Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos, São Paulo, T.A. Queiroz Editora Ltda, 1979.
7. BUENO, Ernani S. - História e Tradição da Cidade de São Paulo, 3 v., Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
Memória da Cidade de São Paulo - Depoimentos de moradores e visitantes - 1953-1958, Registros 4, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, D.P.H. - 1981.
Coleção "História dos Bairros de São Paulo", Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo (vários volumes consultados, Bom Retiro, Barra Funda, Bras, Bexiga, etc...)
8. CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Rio, DIFEL, 1977.
9. CENNI, Franco - Italianos no Brasil, São Paulo, Martins Editora, s.d.
10. DEAN, Warren - A Industrialização de São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1971.
11. DECCA, Edgar - O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Brasiliense, 1981.
12. DECCA, Maria A. Guzzo - "Alguns Aspectos da Vida Operária em São Paulo" in Flural, São Paulo, Ed. Jap. Ltda, Ano I, nº 3, 1979.

13. DIAS, Everardo - História das Lutas Sociais no Brasil, São Paulo, Alfa Omega, 1977.
14. D'OLIVEIRA, Clodevey - O Trabalhador Brasileiro: Esboço Antroposociológico seguido de inqueritos sobre o Trabalho Feminino no Brasil, Rio, Tipografia da A. Balança, 1933.
15. DUARTE, Paulo - Mário de Andrade por ele mesmo - São Paulo, Edart, 1971
16. DYOS H.J.; WOLFF, Michael - The Victorian City, Londres, Routledge and Keagan Paul, 1973.
17. ENGELS, Friedrich - A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, Lisboa, Martins Fontes, 1975.
18. FAUSTO, Boris - Trabalho Urbano e Conflito Social, Rio, DIFEL, 1976
19. FOOT, F.; LEONARDI V. - História da Indústria e do Trabalho no Brasil, São Paulo, Global, 1982.
20. GALVÃO, Patrícia - Pargue Industrial, São Paulo, Alternativa, edição fac-similar de Mara Lobo, 1933.
21. GRAMSCI, Antonio - Notas sobre Maquiavelo, sobre la política e sobre el Estado Moderno, Buenos Aires, Nueva Vision, 1972.
Cultura y Literatura, Barcelona, Ed. Península, 1972.
22. HOBBSBAWN, Eric - Os Trabalhadores, Rio, Paz e Terra, 1931.
"As Classes Operárias Inglesas e a Cultura desde os Princípios da Revolução Industrial" in Níveis de Cultura e Grupos Sociais, Lisboa, Cosmos, 1974.
23. JONES, Gareth Stedman - Outcast London, Londres, Penguin, 1971.
"Working Class Culture and Working Class Politics in London, 1870-1900; Notes on the Remaking of a Working Class" in Journal of Social History, Londres, pp. 460-503.

24. LE FEBVRE, Henri - La Vida Cotidiana en el Mundo, Madrid, Alianza Editorial, 1974.
25. LINHARES, Hermínio - Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
26. MACHADO, Alcântara - Brás, Rexiga e Barra Funda, São Paulo, Martins Editora 1943.
Savaquinho e Saxofone, Rio, José Olímpio, 1940
27. MAINANI, Silvia L. - O movimento Anarquista em São Paulo, São Paulo, Brasiliense, 1982.
28. MARX, Karl - O Capital, México, Fondo de Cultura Económica, 1973.
29. MORSE, Richard - A Formação Histórica de São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1970.
30. MOURA, Esmeralda R. - Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: Os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital, Petropolis, Vozes, 1982.
31. MOURA, P. Cursino - São Paulo de Outrora, São Paulo, Melhoramentos, 1963.
32. MUNAKATA, Kazumi - A Legislação Trabalhista no Brasil, Coleção Tudo é História, São Paulo, Brasiliense, 1981.
33. PENTEADO, Jacob - Memórias de Um Postalista, São Paulo, São Paulo, Martins Editora, 1970.
34. PINHEIRO, Paulo S. - Política e Trabalho no Brasil, Rio, Paz e Terra, 1975.
35. PINHEIRO, P.S.; HALL, Michael - A Classe Operária no Brasil (1889-1930) - Documentos, Vol. I, São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
36. PINHEIRO, P.S.; HALL, Michael - A Classe Operária no Brasil (1889-1930) - Documentos, Vol. II, São Paulo, Brasiliense, 1981.

37. PRADO, Caio - Evolução Política do Brasil e Outros Estudos, São Paulo, Editora Brasileira, 1961, pp. 117-146.
38. RECHERCHES - Disciplines a Domile, Paris, Cerfi, 1977, nº 28.
39. RECHERCHES - L'Haleine des Faubourgs, Paris, Cerfi, 1978.
40. RECHERCHES - Le Petit Travailleur Infatigable, Paris, Cerfi, 1976, nº 25
41. RECHERCHES - Le Soldat du Travail, Paris, Cerfi, 1978, nºs 32-33.
42. RODRIGUES, Edgar - Nacionalismo e Cultura Social, Rio, Laemmert, 1972.
43. SCHMIDT, Afonso - São Paulo dos Meus Amores, São Paulo, 1954.
44. SEGAVIA, Hugo - "Anos 10. Um Concurso de Habitação Operária" in Modulo, Revista de Arte, Cultura, Arquitetura, Maio/Junho 1981, pp. 12-17.
45. SEGNIINI, Lilliana P. - Ferrovia e Ferroviários, São Paulo, Cortez Editores, 1972.
46. SIMÃO, Azis - Sindicato e Estado, São Paulo, Domus, 1976.
47. THOMPSON, E.P. - Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase, Barcelona, Grijalbo, 1979.
The Making of the English Working Class, Londres, Penguin, 1976.
48. WILLIAMS, Raymond - Culture and Society - 1780/1950 - N.York, Harper & Row, 1966
49. WEIL, Simone - A Condição Operária, Rio, Paz e Terra, 1979.